

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**ECONOMIA, AGREGAÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL
ENTRE PEQUENOS PRODUTORES
(JAGUARÃO/RS, *c.* 1802 – 1835)**

Franklin Fernandes Pinto

Porto Alegre, dezembro de 2018

Franklin Fernandes Pinto

**ECONOMIA, AGREGAÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL
ENTRE PEQUENOS PRODUTORES
(JAGUARÃO/RS, *c.* 1802 – 1835)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Helen Osório

Porto Alegre, dezembro de 2018

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

CIP - Catalogação na Publicação

Pinto, Franklin Fernandes
Economia, agregação e reprodução social entre
pequenos produtores (Jaguarão/RS, c. 1802 - 1835) /
Franklin Fernandes Pinto. -- 2018.
137 f.
Orientador: Helen Osório.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2018.

1. História Agrária. 2. Pequenos produtores. 3.
Economia. 4. Agregados. 5. Escravidão. I. Osório,
Helen, orient. II. Título.

FRANKLIN FERNANDES PINTO

**ECONOMIA, AGREGAÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL
ENTRE PEQUENOS PRODUTORES
(JAGUARÃO/RS, *c.* 1802 – 1835)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Helen Osório

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luís Augusto Ebling Farinatti
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Prof. Dr. Juan Luis Martirén
Instituto Ravignani Universidad de Buenos Aires (UBA)

Prof. Dr. Guinter Tlajja Leipnitz
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

Porto Alegre, dezembro de 2018

À minha família, por todo apoio e carinho concedido

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, por fornecerem durante esse período, todo apoio e incentivo necessário para que esse trabalho fosse concluído, mesmo nos momentos de maior dificuldade para todos. Minha gratidão e amor incomensuráveis estarão sempre com vocês!

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Conselho Nacional Científico e Tecnológico (CNPq), por fornecerem todos os subsídios para minha formação. Em meio aos ataques há quem ousa pensar criticamente, nos resta mencionar que este trabalho não seria realizado caso o incentivo à educação pública e seu exercício de aprendizagem não se fizessem presentes. Muito obrigado, UFRGS e CNPq!

À professora Helen Osório, pela dedicada orientação através de suas leituras e sugestões visando sempre o melhor para esse trabalho. Agradeço pela compreensão e ajuda fornecida em períodos de dificuldades e incertezas, tão necessárias no desenvolvimento desse estudo.

Aos professores que acompanharam de perto esse trabalho – Luís Augusto Ebling Farinatti e Juan Luis Martirén – participando da banca de qualificação e defesa, fornecendo recomendações e conselhos que visam o melhor desenvolvimento dessa dissertação. Agradeço ao Guinter Tlajja Leipnitz por aceitar integrar a banca examinadora, sua crítica será sempre indispensável.

Aos amigos de Jaguarão, por compreenderem o afastamento e as ausências durante esse período tão crucial em minha trajetória profissional, sempre fazendo-se presentes quando visitava àquela fronteira, tanto para fazer um churrasco e juntar a turma quanto para somente botar o papo em dia e tomar um bom chimarrão: Erik, Eduardo, Matheus, Marcos, Elena, Kaiene, Átila, Felipe e Wilhan. Peço desculpas em caso de ter esquecido alguém.

Aos “Legazinhos”: Douglas, Débora, Caio, Leandro Bagé, Iamara, Marcos, Marluce e Guilherme. Acredito que nesse penoso caminho que é a Pós – Graduação, enquanto forasteiros nos acolhemos e fizemos com que as incertezas de um novo lugar nada representasse em meio ao apoio e a amizade que prevalece até hoje. Muito obrigado pelas “caronas” da Cidade Baixa. Nossos churrascos ficarão para a história!

Ao Douglas e a Débora, minhas maiores surpresas durante esse período de Mestrado. Nossa amizade tornou-se tão genuína que é inconcebível pensar no futuro e não ter vocês como grandes amigos; apoiadores uns dos outros, em todos os momentos. Muito obrigado!

Ao fortalezense Caio, parceiro para todas as situações durante nosso período de estadia em Porto Alegre. A Woods e a Arena nunca mais foram as mesmas. Lamento não ter conseguido fazê-lo trocar do tricolor cearense para o gaúcho!

Aos companheiros de orientação: Leandro, Luciano, Edsiana e Vanessa. Agradeço por terem me recebido tão bem. Nossos debates foram de fundamental importância para que esse trabalho fosse adiante.

Aos mitos, Renato Portaluppi e Romildo Bolzan Jr., por terem feito com que nesses dois anos de moradia em Porto Alegre, não só a cidade, mas também a América tenha sido pintada de azul, preto e branco. Realmente o ano de 2017 ficará na memória (inclusive para meus amigos e familiares colorados). Vamos Grêmio!

ECONOMIA, AGREGAÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL ENTRE PEQUENOS PRODUTORES (JAGUARÃO/RS, c. 1802 – 1835)

RESUMO

Essa dissertação tem por objetivo compreender o surgimento e o desenvolvimento econômico dos pequenos produtores de Jaguarão/RS, assim como sua lógica de produção no colonial tardio durante o período de 1802 - 1835. Apesar dos grandes avanços que a produção historiográfica sobre o meio rural tem apresentado, ainda pouco espaço é destinado para esses sujeitos. Em virtude disso, utilizamos como principal fonte para este estudo a totalidade de 67 inventários *post-mortem* de pequenos produtores, onde analisamos o perfil econômico e produtivo de seus estabelecimentos rurais. Ao passo que a pesquisa estava em desenvolvimento, os inventários foram apresentando-nos novos sujeitos que estavam presentes no âmbito da pequena produção e tornaram-se indispensáveis para compreendermos a organização produtiva e familiar desse grupo. Sendo assim, novas fontes de cunho judicial e administrativa (requerimentos ao governador e correspondência de autoridades militares) foram incorporadas a essa dissertação e, as estratégias de transmissão de patrimônio e reprodução social destas famílias – através da agregação e utilização de mão de obra de trabalhadores escravizados – ganharam novos contornos neste trabalho.

Palavras-Chave: História agrária; Pequenos produtores; Economia; Agregados; Escravidão.

ECONOMY, AGGREGATION AND SOCIAL REPRODUCTION AMONG SMALL RURAL PRODUCERS (JAGUARÃO / RS, c. 1802 - 1835)

ABSTRACT

This dissertation aims to understand the emergence and economic development of small rural producers in Jaguarão / RS, as well as their logic of production in the late colonial during the period 1802 - 1835. Despite the great advances that the historiographical production on the rural area has presented, still little space is intended for these subjects. Because of this, we used as main source for this study all 67 post-mortem inventories of small farmers, where we analyze the economic and productive profile of their rural establishments. While research was under development, inventories introduced us to new subjects who were presented within the scope of small production and became indispensable for understanding the productive and family organization of this group. Therefore, new sources of judicial and administrative nature (requirements to the governor and correspondence of military authorities) were incorporated into this dissertation, and the strategies of transfer of patrimony and social reproduction of these families - through the aggregation and use of labor of workers. enslaved - gained new contours in this work.

Keywords: Agrarian history; Small rural producers; Economy; Aggregates; Slavery.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Divisão municipal da Província do Rio Grande de São Pedro em 1850	18
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Mão de obra cativa nas pequenas unidades produtivas rurais de Jaguarão (1802-1835)	33
Tabela 2. Equivalência entre o valor de um escravo e o número de reses	37
Tabela 3. Frequência de meios de produção e menções a atividades agrícolas em Jaguarão e na capitania do Rio Grande de São Pedro	59
Tabela 4. Distribuição de todos os bens (%) no patrimônio dos pequenos produtores. Jaguarão (1802 – 1835)	71
Tabela 5. Dotes e antecipações de herança realizada por Damásio pai e Maria Bernarda para seus herdeiros.....	83
Tabela 6. Estrutura da posse de escravos dos pequenos produtores de Jaguarão, entre 1802 – 1835.....	100
Tabela 7. Distribuição da população escrava por sexo e origem (%), entre 1802 – 1835.....	102
Tabela 8. Variação do valor médio de escravos (em réis)	105
Tabela 9. Presença de escravos nos inventários segundo a idade do primeiro filho, Jaguarão (1802 – 1835)	107
Tabela 10. Produtos mais transportados pela Canoa Gota.....	116
Tabela 11. Média de trabalhadores escravizados levando em consideração o cultivo do trigo.....	119

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Distribuição (%) de todos os bens dos inventários dos pequenos produtores. Jaguarão (1802-1835).....	29
Gráfico 2. Participação dos bens de produção no patrimônio produtivo dos pequenos produtores. Jaguarão (1802-1835).....	30
Gráfico 3. Composição do patrimônio produtivo dos pequenos produtores de Jaguarão, por subperíodos (1802-1835).....	35
Gráfico 4. Frequência (%) de vacuns, equinos, ovinos e muares no rebanho dos pequenos produtores de Jaguarão (1802-1835).....	40
Gráfico 5. Composição (%) do rebanho total dos pequenos produtores de Jaguarão, por subperíodo (1802-1835).....	42
Gráfico 6. Média de animais por inventário <i>post mortem</i> dos pequenos produtores de Jaguarão, por subperíodo (1802-1835).....	46
Gráfico 7. Participação dos diferentes animais no valor total do rebanho dos pequenos produtores de Jaguarão, por subperíodo (1802-1835).....	46
Gráfico 8. Pequenos produtores proprietários e não proprietários da terra. Jaguarão (1802-1835)	49
Gráfico 9. Frequência de meios de produção e menção a lavoura e trigo nos inventários <i>post mortem</i> dos pequenos produtores de Jaguarão (1802-1835).....	54
Gráfico 10. Média de animais por inventário <i>post mortem</i> dos pequenos produtores de Jaguarão, por subperíodo (1802 – 1835)	73
Gráfico 11. Faixa etária dos escravos (1802 – 1835)	103
Gráfico 12. Características das escravarias em relação à idade do primeiro filho (1802 – 1835)	108

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

FAM – Fundo Autoridades Militares

1º COAJ – 1º Cartório de Órfãos e Ausentes de Jaguarão

2º CCRG – 2º Cartório do Cível de Rio Grande

Inv. – Inventário

Cx. – Caixa

Test. – Testamento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1: Estrutura agrária e patrimônio produtivo dos pequenos produtores de Jaguarão (1802-1835)	26
1.1 Sobre o patrimônio dos pequenos produtores da fronteira do Jaguarão	29
1.2. Escravos.....	30
1.3. Rebanhos	39
1.4 A terra.....	48
1.5 O desenvolvimento da agricultura e atividades complementares.....	53
CAPÍTULO 2: Os vínculos de agregação entre os pequenos produtores da fronteira meridional (1802 - 1835).....	63
2.1 A agregação a partir de uma perspectiva econômica	66
2.2 As relações familiares e os vínculos de agregação.....	79
2.3 A agregação enquanto conservação de patrimônio: os casos do casal Damásio Vergara e Eulália Barbosa; e João Evangelista de Souza	81
2.4 Busca por um abrigo em momento de necessidade: os casos de Severina Pereira das Neves e Francisco Jose de Souza	90
CAPÍTULO 3: Pequena produção e trabalho escravo em Jaguarão, entre 1802 – 1835	97
3.1 As escravarias dos pequenos produtores de Jaguarão	100
3.2 A organização da mão de obra cativa na pequena produção em Jaguarão.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
FONTES	128
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	129

INTRODUÇÃO

O objetivo dessa dissertação é compreender o surgimento e o desenvolvimento econômico dos pequenos produtores de Jaguarão, assim como sua lógica de produção no período colonial tardio¹. Para chegarmos ao nosso objeto de estudo, o ponto de partida foram trabalhos que demonstraram a estrutura agrária de Jaguarão e do Continente do Rio Grande de São Pedro, onde o grupo social dos pequenos produtores era ressaltado, porém não haviam pesquisas direcionadas especificamente para esses estabelecimentos rurais.

Para Jaguarão, a dissertação de mestrado de Gustavo Gularte será o fio condutor de nosso trabalho. Nessa obra, Gularte buscou demonstrar que a expansão agrária foi o fator que mais influenciou na consolidação da presença lusitana. Com uma amostragem de 78 inventários *post mortem* abertos em anos pares no período de 1801-1835, analisou a estrutura agrária da região. Podemos perceber, através dessa pesquisa, que os animais compunham a maior parte do patrimônio produtivo, seguidos pelos escravos, terras e equipamentos/ferramentas. Além disso, apontava para uma produção pecuária diversificada, em que o rebanho vacum apresentava uma média superior de animais seguidos, respectivamente, pelos equinos, ovinos e muares. A concentração do gado vacum também foi notada, pois 60% do rebanho estava em posse de apenas quatro estancieiros, os quais possuíam no mínimo 5.000 animais².

Para além disso, o desenvolvimento da atividade agrícola também foi observada em virtude das menções à lavouras e armazenamento de cereais, como o trigo. Mas um dado expresso em seu estudo foi o que nos provocou essa reflexão, haja vista que 37% de sua amostra correspondia a pequenas unidades produtivas rurais que possuíam até 100 reses.

Além de corresponderem a uma grande quantidade dentro da amostragem estudada por Gularte, os pequenos produtores de Jaguarão demonstravam por aqueles dados, que possuíam inclinações distintas para sobreviver no meio rural de Jaguarão. Sendo assim, refletimos se as informações levantadas por Gularte também encaixar-se-iam quando estudados somente aqueles dedicados à pequena produção. Desse modo, a reiterada importância do rebanho vacum

¹ Adotamos a noção empregada por João Fragoso para finais do setecentos e primeiras décadas do século seguinte, que se caracteriza por ser um período no qual acontecem novas formas ou práticas de acumulação na economia colonial escravista em que os comerciantes tornam-se a elite econômica da região, onde o Rio de Janeiro transforma-se no centro de rotas comerciais ligadas ao mercado colonial interno, principalmente com Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O debate sobre o conceito do período colonial tardio consultado, está disponível em: FRAGOSO, João. Algumas notas sobre a noção de colonial tardio no Rio de Janeiro: um ensaio sobre a economia colonial. In: *Locus*, Vol. 6, nº 1, 2000.

² GULARTE, Gustavo. *Fronteira do Jaguarão: unidades produtivas e trabalho escravo na formação de um espaço fronteiriço, 1801-1835*. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. pp. 62-91.

se repetiria entre os pequenos produtores? Haveria algum fator que os distinguísse dos demais grupos, em caráter produtivo e econômico?

Nesse sentido, ao explorar a historiografia constatamos que a presença de pequenos estabelecimentos rurais não é surpreendente, pois se levarmos em consideração o estudo de Helen Osório que utilizou como fonte a *Relação de moradores que têm campos e animais no Continente*, produzida no ano de 1784 e 1785, percebemos um panorama em que haviam distintos produtores ocupando o espaço e produzindo no Rio Grande de São Pedro. Nessa fonte, os agentes do governo responsáveis por elaborar tal relação precisavam indicar a que “negócio” os moradores da Capitania se dedicavam. Sendo assim, as quatro grandes categorias designadas, eram: “lavrador”, o produtor rural que era simultaneamente um agricultor e pastor, mas com uma pecuária menos diversificada se comparada aos criadores; “criador”, os que viviam somente de sua criação; “lavrador e criador”, viviam tanto de sua criação como de sua lavoura e, por último, aqueles denominados de “mais lavoura que criação”, para os quais seu rebanho não era suficiente para o sustento de uma família, que provinha principalmente da agricultura³. Logo, a autora demonstra que 68% dos produtores se dedicavam à pequena produção, sendo estes pequenos agricultores e pastores. Ao ressaltar um grupo até então pouco trabalhado, ficou-nos evidente que os pequenos produtores conseguiram obter seu quinhão no espaço sulino.

Em decorrência disso, nos propomos realizar um estudo focando exclusivamente nos pequenos produtores de Jaguarão como centro de nossa análise. Acreditamos que esse trabalho seja essencial devido esses produtores rurais serem seguidamente mencionados na historiografia, como na amostragem trabalhada por Helen Osório para todo o Continente, e na amostra de Gustavo Gularte, que também ressalta esse grupo, mas não empreende uma análise mais aprofundada. Por isso consideramos fazer sentido uma pesquisa num marco espacial mais localizado se detendo unicamente nos pequenos produtores.

Para isso, decidimos abordar esses temas tendo como recorte temporal o período de 1802 – 1835. Optamos por delimitar esse período por representar o início da ocupação formal por parte da coroa portuguesa na região que estamos analisando, através da fundação da Guarda do Serrito no ano de 1802, e concluir nosso estudo em 1835 por constituir-se no princípio de um período de intensa agitação na então Província do Rio Grande de São Pedro, em que terá início a Guerra dos Farrapos, a qual perdurará pelos dez anos sucessivos.

³ Fizemos um breve resumo sobre as categorias que foram empregadas pelos responsáveis por elaborar a “Relação”. Para ver mais detalhadamente como foi feito este documento e as categorias empregadas, consultar: OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. pp.79-87.

Porém, os autores com os quais viemos dialogando até então, Gularte e Osório, tendem a utilizar a denominação de pequeno produtor para aqueles que possuíam até 100 reses. Para nossa análise, decidimos expandir esse grupo e considerar como de pequena produção aqueles inventariados que possuíam em suas unidades produtivas rurais a posse de até 150 reses. Esse número de animais, levando em consideração o fato de que este pequeno produtor poderia vender em média somente 10% do seu rebanho⁴, nos faz crer que isso não altera sua condição enquanto um pequeno produtor. Pois, como salienta Gelman, ainda temos de levar em consideração a taxa de reprodução desses animais em que

con 400 o 500 animales, tendrán un procreo anual de unas 100 cabezas, con cuyo producto quizá podían mantener a duras penas su familia. Por supuesto para aquel que poseía 20, 30, 100 cabezas esto no podía ser más que un complemento de otras actividades agropecuarias propias y/o del conchavo estacional del jefe de familia y algún hijo mayor em las grandes estancias de la zona⁵.

Diante disso mapeamos os inventários *post mortem* localizados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) como ponto de partida para nossa reflexão. Sendo assim, contabilizamos nesse estudo um universo documental composto de 67 inventários *post mortem* de pequenos produtores que declaram a posse de até 150 reses em Jaguarão, nos quais os bens são majoritariamente rurais e seu sustento advém deste meio, excluindo aqueles em que a atividade rural era complementar.

Durante o processo de seleção desse grupo, algumas características os assemelham enquanto categoria, as quais são: todos vivem da pequena unidade produtiva rural que possuem, sua criação era modesta, mas diversificada a qual possibilita que complementem suas atividades econômicas, como a produção de lã. Também encontramos indícios nos inventários da prática agrícola desenvolvida nestes estabelecimentos rurais, dentre outros aspectos que a partir deste trabalho nos será possível compreender.

No prosseguimento da pesquisa, chegamos a duas questões que eram gritantes nos inventários dos pequenos produtores, a saber: os agregados e os trabalhadores escravizados. Para abordar estes temas tivemos que incorporar em nossa análise documentos de origem administrativa – requerimentos e correspondência de autoridades militares –, e através disso nos foi possível explorar às relações sociais estabelecidas no meio rural, além de captar

⁴ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Op. Cit.* 2010, pp. 139.

⁵ GELMAN, Jorge. Producción campesina y estancias em el Rio de la Plata colonial. La región de Colonia a fines del siglo XVIII. In: *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani*, 6, 1992, pp. 53.

estratégias que visavam à reprodução social e à manutenção de um núcleo familiar. Além disso, também conseguimos explorar aspectos que nos ajudaram a compreender ainda mais as atividades produtivas voltadas para o campo em Jaguarão. Sendo assim, em nosso trabalho conseguimos abordar objetos até então pouco mencionados para esta região, uma vez que nos preocupamos em direcionar nossos olhares para a área que proporcionou a consolidação da Freguesia do Espírito Santo do Serrito de Jaguarão em 1812. Na figura a seguir, vemos a localização da região que estamos analisando nesta pesquisa.

Figura 1 – Divisão Municipal da Província do Rio Grande de São Pedro em 1850



Fonte: GULARTE, Gustavo da Silva. *Op. Cit.* 2015, p. 17.

Conforme podemos observar no mapa, a região de Jaguarão localiza-se no extremo sul do Brasil, sendo fronteira com o atual Uruguai. Esses territórios foram objeto de disputa das coroas ibéricas durante finais do século XVIII e início do XIX. É deste período que resulta a anexação em definitivo deste espaço ao que hoje compreende o Estado do Rio Grande do Sul aos domínios lusos, e que irá conferir a essa fronteira uma maior intensificação no processo de

apropriação dos campos devolutos após a Guerra de 1801, ou Guerra das Laranjas⁶. Entretanto, convém destacar que, apesar de diminutas, já datam do período de 1789 as primeiras concessões de terras naquele espaço através das sesmarias⁷. De qualquer modo, temos de ressaltar que “essas doações geralmente legitimavam uma ocupação da terra que já ocorria antes de ser concedido o título legítimo de posse e, portanto, certamente já havia pessoas ocupando aquelas terras fronteiriças antes de serem doadas sesmarias”⁸.

Essa frente de expansão da coroa portuguesa em direção ao sul do rio Piratini ocorre logo após o Tratado de Santo Ildefonso firmado no ano de 1777 com os espanhóis. Neste acordo, foram definidos os “campos neutrais”. Estes, por sua vez, caracterizavam-se como áreas que não deveriam ser ocupadas por súditos de nenhuma das duas coroas⁹. No entanto, como demonstra Helen Osório, a monarquia lusa por meio da concessão de títulos e fomentando a posse de terras, “paulatinamente, foi apropriando-se dos terrenos neutrais até as primeiras décadas do século XIX”¹⁰.

Com a imprecisão dos limites que foram característicos dos tratados firmados, Jaguarão ganhará contornos tão semelhantes quanto aos demais ocupados anteriormente. Helen Osório aponta que eram dois os motivos que despertaram o interesse dessa região para os portugueses: os rebanhos selvagens que existiam nas margens do rio Jaguarão e o domínio de um sistema hidrográfico, manifesto na Lagoa Mirim, que permitiria a realização do transporte e comércio por toda aquela área¹¹.

⁶ A Guerra de 1801, também conhecida como Guerra das Laranjas, foi um conflito bélico entre as coroas de Portugal e Espanha. Caracterizou-se por ser de curta duração, indesejado por ambos os Estados na Europa, mas ansiado na América devido às disputas que estavam ocorrendo neste espaço, para além das oportunidades de pilhagem e algum ganho junto às autoridades reais. No continente europeu, este episódio teve um intervalo de tempo com pouco mais de três meses, em que as operações militares efetivamente não chegaram a um mês. No continente americano a situação era distinta e serviu de argumento para que os portugueses fossem ampliando sua frente de expansão e consolidassem uma nova delimitação espacial. Para além disso, firmado o tratado de paz em 06 de junho de 1801, havia as dificuldades concretas para chegar a América esta notícia. Para saber mais sobre esta guerra, seus precedentes e suas consequências na política da América, ver: CAMARGO, Fernando. *O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional*. Passo Fundo: Clio. 2001.

⁷ GULARTE, Gustavo. *Op. Cit.* 205, pp. 32-33.

⁸ Idem, 2015. pp. 33.

⁹ Para além das preocupações territoriais que estavam em jogo quando foram criados os “campos neutrais”, pois Portugal e Espanha não chegavam em um acordo sobre a faixa territorial que pertencia a cada um, houve a intenção de criá-los com o intuito de coibir o contrabando e a intensa circulação de pessoas e mercadorias por aquelas paragens, principalmente as inglesas. Durante este período, a Inglaterra e seus produtos comerciais terão uma forte penetração na região platina, em que esta irá adquirir uma importância comercial sem precedentes, e o Rio Grande de São Pedro estará inserido neste cenário. Este contexto será mais bem explorado em: OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. 1990. 248f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

¹⁰ Idem, 1990, pp.141.

¹¹ OSÓRIO, Helen. *Op. Cit.* 1990. pp.193.

O domínio do sistema hidrográfico pelos portugueses significaria contrabando, introdução de produtos e manufaturas inglesas¹². Isso prejudicaria as reformas comerciais borbônicas, as quais buscavam incentivar mais a agricultura do que a indústria¹³. Mas a abundância de gado vacum era um dos motivos de efeito mais imediato que instigava os portugueses, pois era a arreada “desse gado que sustentava as estâncias e charqueadas em formação nas margens e vertentes do Piratini”¹⁴. Logo, percebemos que o gado era o principal objeto de apropriação privada durante esta expansão.

Com isso, concordamos com Gustavo Gularte quando afirma que a expansão agrária vai ser um dos fatores primordiais para garantir a posse dessa área fronteira¹⁵. E esta será uma característica distinta da região em que centramos nossa análise, devido consistir em uma zona de fronteira muito transitada e disputada. Neste sentido, a fronteira tem uma função concreta na vida dos agentes sociais que nela habitam e estes, por sua vez, não vivenciam somente guerras e disputas. Ao contrário, nestes espaços também encontramos diferentes contextos que estimularam ou inseriram obstáculos em relações políticas e econômicas, pois independente do conhecimento da existência de um limite entre os dois impérios, as relações sociais eram mantidas de acordo com o interesse dos colonizadores. Sendo assim, a fronteira é um produto histórico da ação humana, em que a mesma é constantemente ressignificada e assume diferentes sentidos para os atores sociais em diversos contextos¹⁶.

Na frente de expansão lusitana algumas características vão se plasmando nessa fronteira, fruto da negociação entre os militares, população local e os interesses da coroa¹⁷. De acordo

¹² Idem, 1990, pp. 194.

¹³ LYNCH, John. As origens da independência na América Espanhola. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina: Da Independência a 1870*, vol. III. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. pp. 19-72.

¹⁴ OSÓRIO, Helen. *Op. Cit.* 1990, pp. 194.

¹⁵ GULARTE, Gustavo. *Op. Cit.* 2015. pp. 34.

¹⁶ FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. 2012. 343 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. pp. 64.

¹⁷ Um dos casos recorrentes na capitania do Rio Grande de São Pedro são os estancieiros-militares. Helen Osório nos demonstra que o poder deste grupo estava materializado na apropriação de grandes extensões de terras e suas funções estritamente militares. A metrópole tentava barrar a monopolização de bens e poder deste grupo através de iniciativas governamentais, mas havia limitações de exercício do poder metropolitano neste espaço. Sendo assim, a coroa lusa assentia porque esses estancieiros-militares garantiam a preservação do espaço colonial e também o expandiam. Os historiadores Tiago Gil e Martha Hameister estudaram a família de Rafael Pinto Bandeira, uma das figuras proeminentes e que sintetiza a imagem do estancieiro-militar que acabamos de descrever, demonstrando a rede de relações que este sujeito estava inserido e os meios empregados para manutenção da liderança do bando e acúmulo de bens durante os períodos de conquista e defesa do território. Para saber mais sobre os estancieiros-militares, consultar: OSÓRIO, Helen. *Op. Cit.* 1990, p. 225-231. HAMEISTER, Martha Daisson; GIL, Tiago Luís. Fazer-se elite no extremo-Sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007, pp. 265-310. FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Op. Cit.* 2010, pp. 204-346.

com Fragoso, Gouvêa e Bicalho esta ideia consiste em uma economia política de privilégios, na qual o monarca concede mercês, estabelecendo relações de vassalagem e lealdade para com os seus súditos¹⁸. Dessa forma,

Através da distribuição de mercês e privilégios o monarca não só retribuía o serviço dos vassalos ultramarinos na defesa dos interesses da coroa e, portanto, do bem comum. Ele também reforçava os laços de sujeição e o sentimento de pertença dos mesmos vassalos à estrutura política do império, garantindo sua governabilidade¹⁹

Seria justamente nesse período que a apropriação de terras destinada para a grande propriedade dedicada à atividade criatória ganharia destaque. “A solidificação da grande propriedade e do poder dos estancieiros ocorrem numa conjuntura de expansão produtiva do charque, do trigo e da extração de couros, bem como de sua comercialização a outros espaços econômicos do Brasil [...]”²⁰.

Em Jaguarão, a atividade criatória também teve relevo, pois Sérgio da Costa Franco apontou para o desenvolvimento dessa prática já nos princípios de sua ocupação ao descrever alguns inventários de militares que estavam residindo aos arredores da Guarda do Serrito²¹. Mas será com a dissertação de mestrado de Gustavo Gularte que teremos um panorama mais integral do desenvolvimento dessa atividade econômica e dos pequenos produtores objeto desse estudo²².

Nesta empreitada, o uso da história social nos é de grande utilidade, pois ao realizar esta abordagem como uma perspectiva de análise não podemos tomar o objeto de estudo analisando-o de modo isolado. É importante destacar que os aspectos sociais que circundam a vida dos pequenos produtores sofrem diversas interferências dos mais variados fatores, sejam eles de ordem social, cultural ou econômica. Desta forma, levar em consideração aspectos que constituem o ser estudado, é imprescindível. Além disso, como Hobsbawm destaca, a

¹⁸ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade do Império. In: *Penélope*, nº 23, 2000, pp. 68.

¹⁹ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. *Op. Cit.* 2000, pp. 75.

²⁰ OSÓRIO, Helen. *Op. Cit.* 1990, pp. 203.

²¹ FRANCO, Sérgio da Costa. *Origens de Jaguarão (1790-1833)*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul. 1980. pp. 30-37.

²² Além disso, devemos citar que no primeiro capítulo de sua dissertação, Gularte trabalhou de forma mais detida sobre o processo de apropriação dos campos que hoje correspondem ao município de Jaguarão, aqui abordado de forma sucinta. Para saber mais sobre o desenvolvimento desse assunto, ver: GULARTE, Gustavo. *Op. Cit.* 2015, pp. 23-61.

aproximação com a economia no desenvolvimento do conhecimento histórico torna-se fundamental, pois ela não deixa de abordar aquilo que se constitui como um elemento essencialmente dinâmico na história, que é o processo de produção social²³.

Neste sentido, para compreender os pequenos produtores de Jaguarão e sua substancial relevância no processo econômico e nas relações sociais daquela região de fronteira, faz-se necessário utilizar os aportes da história agrária. Como salientou Maria Yedda Linhares, esta perspectiva estava mudando e novos estudos surgindo no Brasil desde a década de 1980, uma vez que a agricultura foi a atividade que mais teria congregado pessoas em seu desenvolvimento. Com isso, uma história da agricultura no Brasil seria, necessariamente, uma história da questão agrária²⁴.

De acordo com Motta e Guimarães, teríamos como realizar uma história social da agricultura em que ao cruzar fontes de diversas origens, esta dimensão histórica buscaria “reconstruir a história dos movimentos sociais e das lutas pela terra a partir de uma metodologia que rompe com esquemas pré-concebidos, reconstituindo ou buscando reconstruir o passado em suas complexas matrizes”²⁵. Desta forma, cabe à pesquisa histórica debruçar-se sobre como o comportamento coletivo do homem se desenrola através do tempo na transformação da paisagem, do meio físico e a organização social resultante desses processos.

Com isso, para nosso estudo as principais fontes que nos guiaram para compreendermos a estrutura produtiva, o modo de produção e os vínculos sociais desses pequenos produtores de Jaguarão são as de procedência administrativas e jurídicas, como: inventários *post mortem*, testamentos, requerimentos e correspondência de autoridades militares. Separados aqueles inventários que atendiam ao critério que delimitamos como sendo de pequena produção, utilizamos um banco de dados no *Microsoft Access*²⁶ para ordenar todas as informações do inventariado, de seus herdeiros (quando legíveis²⁷) e os bens: dinheiro, vestuário, utensílios,

²³ Deste modo, devemos ter a consciência de que estamos lidando com um objeto em que seu tempo cronológico é real e saímos de problemas gerais para responder perguntas específicas. Os autores que nos influenciaram nessa perspectiva, são: HOBBSAWM, Eric. Da história social a história da sociedade. In: _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 83-105. KOCKA, Jurgen. Losses, gains and opportunities: social history today. *Journal of Social History*. Fall 2003. CASANOVA, Julian. La historia desde abajo: la versión radical de la historia social. In: _____. *La historia social y los historiadores*. Barcelona, Crítica, 1997, pp.125-139. THOMPSON. E.P. *Miséria de la teoria*. Barcelona: Crítica, 1981.

²⁴ LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Cardoso; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp. 253.

²⁵ MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Eliane. História Social da Agricultura Revisitada: Fontes e metodologia de pesquisa. *Diálogos*, Maringá, v. 11, n. 3, p. 95-117, 2007. pp. 110.

²⁶ Agradecemos à professora Helen Osório por ceder gentilmente a estrutura do seu banco de dados, o qual utilizamos para armazenar nossos registros.

²⁷ Em muitos casos o estado adiantado de deterioração dos documentos impossibilitou que tivéssemos acesso a esta informação.

joias, mobiliário, residência, terrenos, animais, terras, instrumentos e equipamentos, culturas-produtos, escravos e o seu monte-mor. De posse desses dados, estes elementos foram indispensáveis para que realizássemos a análise serial, apontada por Farinatti como de grande utilidade para a história agrária, principalmente quando combinada com o uso dos inventários²⁸.

Apesar de os inventários serem uma fonte socialmente determinada e sobrerepresentarem os setores com mais recursos²⁹, pois só era realizado por aqueles sujeitos que tinham bens para legar aos seus herdeiros; a presença de inventariados que possuíam poucos recursos para transmitir, como inúmeros casos que encontramos em nosso estudo, permitem-nos realizar uma análise mais ampla da economia e da pequena produção. A própria característica da fonte, massiva e recorrente, possibilita-nos observar permanências e mudanças no decorrer dos períodos analisados³⁰.

Já o emprego das fontes administrativas (requerimentos ao governador e correspondência das autoridades militares) proporcionou-nos caracterizar e problematizar aspectos que circundavam o meio social desses sujeitos os quais foram encontrados nos inventários *post mortem*. A partir dessa primeira análise, fomos apresentados a um mundo rural de relações que perpassavam as dinâmicas produtivas, e a importância da família e reprodução social tornaram-se fatores indispensáveis para compreender as práticas sociais daquele ambiente.

Sendo assim, para uma análise que se propõe a estudar os vínculos sociais dos pequenos produtores, é vital pensarmos na família e seu ciclo de vida. Isso ocorre devido à inviabilidade de tratarmos o indivíduo sem estar imerso em um tecido de relações familiares, pois o “pertencimento a um grupo específico influencia seus membros em boa parte de suas decisões pessoais”³¹. Nesse sentido, o ciclo de vida familiar seria uma configuração que influía na tomada de decisões desses sujeitos, sendo composto por três etapas: a constituição da família, o matrimônio dos filhos ou abandono do lar e, por último, a morte dos pais que representava a

²⁸ FARINATTI, Luís Augusto. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. In: *Anos 90*, v. 15, nº 28, 2008, pp. 57-72.

²⁹ GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Pastores y labradores de Buenos Aires*. Una historia agraria de la campaña bonaerense (1700-1830). Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999. pp. 123.

³⁰ FRAGOSO, João Luis Ribeiro; PITZER, Renato Rocha. Barões, homens livres e escravos: notas sobre uma fonte múltipla – Inventários *post-mortem*. In: *Revista Arrabaldes*, Niterói, n.2, set./dez. 1998, pp. 30.

³¹ BERTRAND, Michel. “De la familia a la red de sociabilidad”. *Revista mexicana de sociología*. Vol 61, nº 2 (apr. Jun 1999) pp.118.

substituição e reorganização da estrutura social do domicílio³². Isso tudo visando à adequação e a busca de equilíbrio para garantir a subsistência dessas unidades familiares³³.

Através disso, notamos que as famílias utilizavam estratégias baseadas na transmissão de patrimônio que visavam à reprodução social e à perpetuação daquela unidade produtiva, pois os grupos domésticos são produtos de diversas soluções possíveis para resolver tanto o problema da subsistência como de sua reprodução. Sendo assim, a distribuição desigual dos bens fazia com que determinados indivíduos gozassem de um prestígio e influência que ultrapassava o puramente econômico que permitia reproduzir-se ao longo do tempo³⁴.

Para alcançarmos os objetivos que nos propomos nesta pesquisa, dividimos o trabalho em três capítulos. No primeiro foi realizada a análise serial dos 67 inventários *post mortem*, onde analisamos o perfil econômico e produtivo desses pequenos produtores. Com isso, problematizamos seu patrimônio como forma de compreendermos a estrutura dessas unidades produtivas e o desenvolvimento da produção que sustentava aquelas famílias. Através desse estudo fomos apresentados aos sujeitos que foram nossos fios condutores para o prosseguimento desse exame.

No segundo capítulo nosso objeto de estudo foram os agregados. Em um primeiro momento, realizamos uma análise com perspectiva econômica, comparando os agregados com os outros pequenos produtores e levantando a hipótese de que com a monopolização da terra ocorrida no percurso da primeira metade do século XIX, poderia haver em Jaguarão mais motivos para o agregamento. Além disso, com suporte da documentação judicial e administrativa, buscamos desvendar as relações que encobriam as diferentes situações de agregação. Em virtude disso, empreendemos um estudo qualitativo com foco em algumas famílias. Neste capítulo trabalhamos com as noções de estratégia familiar e de ciclo de vida que foram fundamentais para a compreensão do fenômeno da agregação.

Na última parte de nosso trabalho estudamos os trabalhadores escravizados dos pequenos produtores, em decorrência do expressivo número médio de trabalhadores por

³² MOLL, Isabel; MIKELARENA, Fernando. Elementos para el estudio de las sociedades agrarias: de los procesos de trabajo al ciclo de vida. In: *Noticiario de Historia Agraria*, n.5, 1993, pp. 34.

³³ ARCE, Estrella Garrido. El ciclo familiar y el tiempo de vida em la Huerta de Valencia, 1747-1800. In: *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XIII, 1, pp. 44.

³⁴ GONZÁLEZ, Francisco García. *Las estrategias de la diferencia*. Familia y reproducción social en la Sierra (Alcaraz, siglo XVIII). Madrid: C. Publicaciones. 2000.

estabelecimento (4,6). Propusemo-nos verificar a composição dessas escravarias quanto a origem, sexo e idade. Indagamo-nos também sobre as possibilidades de aquisição e reposição dessa mão de obra por parte desses pequenos produtores. Desse modo, dirigimos nossos olhares para os aspectos da produção agrícola desenvolvida nas unidades produtivas. Nossa hipótese aqui é de que a produção de trigo foi essencial para que este grupo se tonasse pequenos escravistas.

CAPÍTULO 1

Estrutura agrária e patrimônio produtivo dos pequenos produtores de Jaguarão (1802-1835)

O território que compreende a fronteira do Jaguarão, de modo geral, foi caracterizado pela historiografia desenvolvida até o fim dos anos 1980 como predestinado às atividades de cunho militar, devido às sucessivas disputas entre as coroas ibéricas no final do século XVIII e início do XIX. Posteriormente, serão as incursões à Banda Oriental que reforçarão esta percepção. Contudo, as atividades desenvolvidas no meio rural eram frequentemente mencionadas.

Em *Origens de Jaguarão*³⁵, Sérgio da Costa Franco esboçou um panorama sobre o processo inicial de ocupação das terras daquele espaço, utilizando como principal fonte um amplo número de correspondência de autoridades militares, em especial as de Manoel Marques de Souza. Neste estudo percebemos sua influência fundamental para a caracterização daquela região enquanto uma localidade que havia sido moldada pela guerra. A correspondência de militares que está disponível no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) e que foi utilizada por este autor, nos demonstra ser um instrumento de comunicação e governo, pois não raramente encontramos anexados relatórios em que Manoel Marques de Souza, então Comandante da Fronteira do Rio Grande, faz uma averiguação da conjuntura da localidade e encaminha para o Comandante da Capitania do Rio Grande de São Pedro informações acerca da situação em que se encontra a Guarda do Serrito.

Nesse sentido, Sérgio da Costa Franco fez a utilização em larga escala desses documentos anexados, e neles estão incluídos arreadas de animais, práticas de atividades criatórias, apropriação de terras, entre tantas outras atividades. Apesar de não problematizar os dados que trabalha, o autor nos viabiliza perceber que naquele espaço de ocupação tardia, as mesmas atividades que até então eram desenvolvidas no restante da Capitania estavam ali sendo implementadas também.

Nossa intenção é refletir justamente sobre o desenvolvimento das atividades econômicas vinculadas ao meio rural nessa fronteira. Essas atividades exerciam um papel de influência na sociedade colonial sulina do oitocentos e isto nos foi possível analisar com mais clareza em

³⁵ FRANCO, Sérgio da Costa. *Origens de Jaguarão (1790-1833)*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul. 1980.

Jaguarão através do trabalho de Gustavo Gularte³⁶, pois foi o responsável por desenvolver o primeiro estudo que abordou exclusivamente as práticas agropecuárias no espaço em que nos propomos também a analisar.

Sua tese principal foi de que a expansão agrária e o trabalho escravo permitiram a consolidação daquele território, pois teriam feito com que a população local defendesse suas possessões e tivessem contribuído para com as pretensões lusas. Isso acarreta uma outra concepção, que retira dos tratados diplomáticos e conflitos bélicos a explicação única para a constituição histórica da região. Através deste estudo podemos compreender a complexidade e a ampla gama de grupos sociais que compunham aquele espaço, assim como as atividades que ali eram desenvolvidas. Isto foi-nos essencial para chegarmos à delimitação de nosso objeto de estudo, devido ao fato de o autor ter apontado a grande presença de pequenos produtores com até 100 reses.

Buscamos em nosso trabalho fugir do debate já vencido, há um longo período, que consiste na desmistificação de um meio rural composto somente por grandes propriedades e a proeminência de extensos rebanhos vacuns, em que a mão de obra cativa não se adequava aos “ideais de liberdade” que essas atividades criatórias proporcionavam³⁷. Ciente dessas considerações que o discurso historiográfico tem apontado há um longo período, direcionamos nossos olhares para os pequenos produtores da fronteira do Jaguarão.

Conforme já apontamos, nesse trabalho delimitamos como pequenos produtores aqueles que declaravam a posse de até 150 reses. Com este critério de seleção, trabalhamos com um universo documental em que 43% (67) da totalidade de 154 inventários *post mortem* referentes ao nosso recorte espacial de análise, do período de 1802-1835, são de pequenos produtores e que servirão de subsídio para o nosso estudo. Cabe destacar ainda que desse montante de inventários, cinco não tiveram prosseguimento e poderiam ser enquadrados como pequenos produtores pois condiziam com nosso parâmetro, porém eles serão utilizados de forma qualitativa quando necessário ilustrar casos específicos estudados. Também houve três casos de produtores/comerciantes excluídos, a primeira foi Mariana Rodrigues de Araújo que em um primeiro diagnóstico foi incorporada em nosso banco de dados por possuir 150 reses. Todavia

³⁶ GULARTE, Gustavo. *Fronteira do Jaguarão: unidades produtivas e trabalho escravo na formação de um espaço fronteiriço, 1801-1835*. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

³⁷ A “Estância”, durante um longo período, perpetuou-se no imaginário sul-rio-grandense como um estilo de vida próprio dos habitantes desta região, em que características distintas influenciaria seu linguajar, hábitos e atitudes. Em determinada vertente historiográfica, é abordado com certo saudosismo um estilo de vida passado. Para ver mais sobre representantes desta corrente: XAVIER, Paulo. A Estância. In: *Rio Grande do Sul Terra e Povo*. Porto Alegre: Editora Globo, 1964. pp. 75-87. CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: Período colonial*. Porto Alegre: Editora Globo, 1970.

ao realizar uma análise qualitativa de seu caso, percebemos que entre seus bens estavam 17 escravos e um pedaço de campo no Uruguai, fazendo com que seu monte-mor fosse muito acima dos que estávamos analisando³⁸. O casal Tereza do Nascimento Jorge e Hipólito do Couto Brandão foram incluídos em nossa pesquisa por possuírem 11 reses, mas ao também passarem por uma análise mais refinada notamos que os cônjuges estavam em posse de uma sesmaria de campo, algo que não encontramos com nenhum outro produtor e que assim como aconteceu com Mariana, o seu monte-mor era muito elevado em comparação com os demais³⁹. Como nossa premissa é trabalhar somente com aqueles que se dedicavam à pequena produção rural, decidimos por excluí-los de nossa pesquisa⁴⁰.

Desse modo, buscamos nesse capítulo caracterizar as unidades produtivas rurais desses pequenos produtores da fronteira do Jaguarão através da análise serial dos 67 inventários *post mortem*, avaliando separadamente seu patrimônio, terra, rebanho, instrumentos e indícios de prática da agricultura. Para este fim, optamos por utilizar os subperíodos que foram empregados por Gustavo Gularte⁴¹, com o intuito de percebermos o impacto dos períodos de paz e dos conflitos bélicos no patrimônio dos pequenos produtores da fronteira do Jaguarão. Os períodos de guerra são singulares para percebermos essas variações, pois de acordo com Helen Osório são capazes de criar situações e expectativas que possibilitam a alteração dos principais meios de produção, seja pelo aumento acelerado do consumo (como é o caso do gado), a insegurança e o risco que se produzem sobre determinados bens, como a terra, e as atividades econômicas, como a agricultura⁴². Desse modo, assim ficou dividido: 1802-1810, período formativo e de paz logo após a anexação do território aos domínios portugueses, em que contamos com 5 (7%) inventários *post mortem*; o segundo subperíodo é de 1811-1820, marcado pelas primeiras intervenções na Banda Oriental e que contabilizamos 32 (48%) inventários. Posteriormente, analisamos o período de 1821-1828, que é apontado pela historiografia como de relativa paz antes da eclosão da Guerra da Cisplatina, com 10 (15%) inventários; por último, 1829-1835, momento de recuperação econômica e estabilização da região após a incorporação da Cisplatina, para o qual contamos com 20 (30%) inventários.

³⁸ Inv. de Mariana Rodrigues de Araújo. APERS, 1º COAJ, 1818. Fundo 008. Cx. 008.0025.

³⁹ Inv. de Tereza do Nascimento Jorge e Hipólito do Couto Brandão. APERS, 1º COAJ, 1830. Fundo 008. Cx. 008.0029.

⁴⁰ Inv. de Bebian Josefa da Trindade. APERS, 1º COAJ, 1814. Fundo 008. Cx. 008.0024.

⁴¹ GULARTE, Gustavo. *Op. Cit.* 2015, p. 66.

⁴² OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. pp. 67.

1.1 Sobre o patrimônio dos pequenos produtores da fronteira do Jaguarão

Em um primeiro momento, efetuamos a análise do patrimônio total dos pequenos produtores para o período integral que estamos analisando. Dividimos os bens em: padrão de vida (dinheiro, vestuário, utensílios domésticos, joias e mobiliário), bens rurais (animais, terras, benfeitorias, equipamentos e ferramentas) e escravos. Os resultados estão expressos no gráfico que segue abaixo.

Gráfico 1. Distribuição (%) de todos os bens dos inventários dos pequenos produtores. Jaguarão (1802-1835).

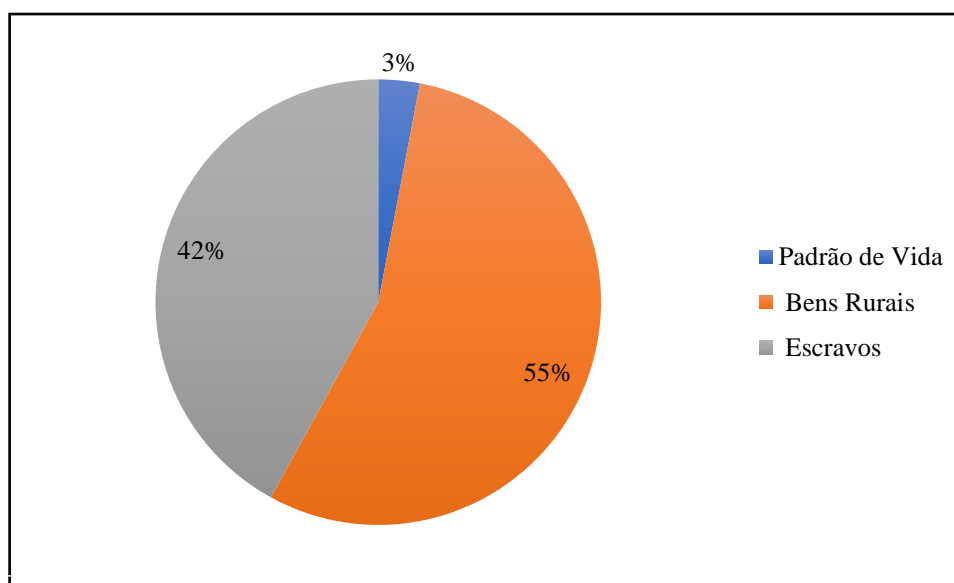


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: 67 inventários *post mortem*. APERS.

Não nos surpreende o fato de os bens de produção – representados pelos bens rurais e escravos – corresponderem a 97% do patrimônio dos pequenos produtores, pois estamos lidando com um grupo muito restrito em que conseqüentemente terá efeito sobre sua capacidade econômica de aquisição de recursos. Logo, é justificável seu padrão de vida corresponder apenas a 3% do monte bruto de suas possessões inventariadas. Conforme o resultado apresentado no gráfico 1, os bens rurais que englobam animais, terras, benfeitorias, equipamentos e ferramentas equivalem à 55% de todos os bens que foram inventariados pelos pequenos produtores, sendo assim, preponderante frente aos demais recursos. Mas essa situação se inverterá quando analisarmos somente o patrimônio produtivo desse grupo, os quais estão manifestos no gráfico abaixo.

Gráfico 2. Participação dos bens de produção no patrimônio produtivo dos pequenos produtores. Jaguarão (1802-1835).

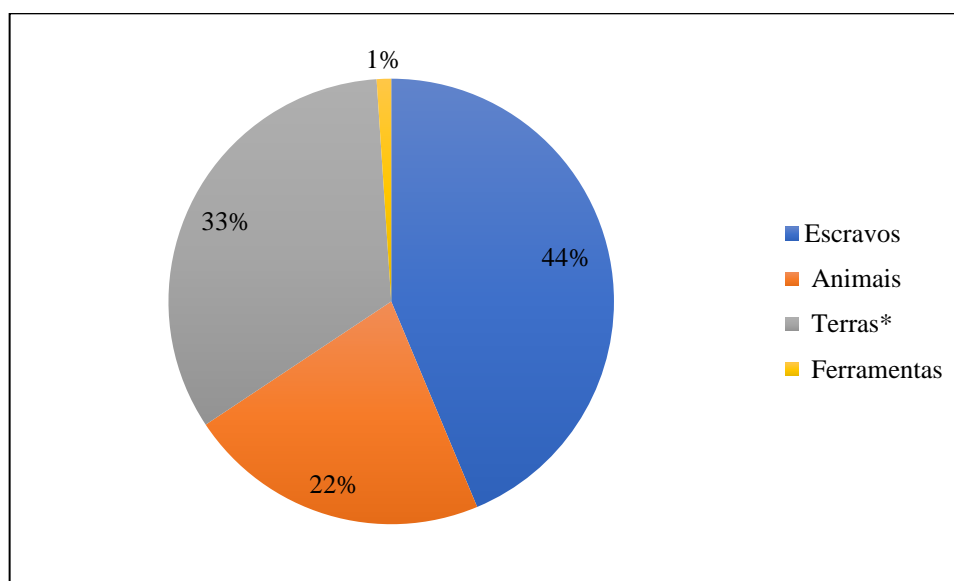


Gráfico elaborado pelo autor.

Nota: (*) levamos em consideração as construções e benfeitorias, como: casas, casas de vivenda, morada de casas, ranchos, arranchamentos e currais.

Fonte: 67 inventários *post mortem*. APERS.

Quando confrontamos os dados e aglutinamos aos bens rurais os animais, ferramentas, terras e benfeitorias, o resultado foi o apontado no gráfico 1, em que sua preeminência foi percebida (naquela ocasião representavam 55% do patrimônio). No entanto, somente a análise dos bens de produção revela-nos um outro panorama, em que os bens rurais se diluem e a mão de obra escrava predomina entre as posses e o monte-mor dos pequenos produtores, representando 44% do patrimônio desse grupo, enquanto as terras 33%, os animais 22% e as ferramentas apenas 1%. Conforme iremos abordar, por conseguinte, esses bens irão sofrer uma pequena variação de acordo com o subperíodo analisado, em que os trabalhadores escravizados novamente demonstrarão a significativa importância dessa força de trabalho para a consolidação das unidades produtivas rurais dessa região. Mas essa análise será realizada no decorrer de nosso trabalho.

1.2 Escravos

O tema da escravidão no meio rural da Capitania do Rio Grande de São Pedro foi um assunto complexo para a historiografia sul-rio-grandense. A atividade criatória, o amplo domínio de terras conjugado com uma visão distorcida da liberdade de circulação no vasto espaço pampeano, impulsionaram uma interpretação equivocada de que as condições desse

espaço não eram propícias ao trabalho escravo. Além, é claro, do discurso de que a política colonizadora da Capitania estava voltada a criar condições favoráveis ao trabalho livre através da colonização de imigrantes⁴³. Com os inúmeros trabalhos que vem sendo desenvolvidos, comprovar a importância da escravidão para a sociedade sulina oitocentista já é um debate vencido⁴⁴.

Para o caso de Jaguarão, constatar a relevância que teve o trabalho dos cativos não chega a ser um trabalho árduo a ser feito. O estudo já citado de Sérgio da Costa Franco, embora não seja um de seus objetivos, já nos demonstra indícios da presença cativa neste espaço ao mencionar que Vasco Pinto Bandeira, primeiro Comandante da Guarda do Serrito, estava em posse de 14 escravos no momento em que foi realizado seu inventário no ano de 1806. Outra fonte que nos serve de testemunho da presença de trabalhadores escravizados, ocorre quando Franco aponta um recenseamento realizado pela Câmara de Jaguarão da população residente no município durante o ano de 1833. Neste documento, embora seja utilizado com ressalvas⁴⁵, percebemos que 46% de um total de 5.457 moradores daquela localidade eram escravos. Somados aos negros libertos, esse contingente populacional somaria 48% dos domiciliados naquele município⁴⁶.

Essa característica da região que estamos pesquisando ficará evidente no estudo de Gustavo Gularte, que trabalhou com uma amostragem de 78 inventários abertos nos anos pares somente com bens rurais, e enfatizará que em 95% desses documentos a posse de escravos estava presente, destacando inclusive que a concentração da mão de obra cativa era bem menor

⁴³ A obra de Guilhermino César é um dos exemplos que tenta minimizar a presença do negro na região pampeana. Além do pouco espaço dirigido para este tema, algo comum para esta vertente, afirma que os cativos só teriam começado a surgir com a implementação das charqueadas em Pelotas após 1780, antes disso sua presença seria insignificante.. Para ver mais: CESAR, Guilhermino. *Op. Cit.* 1970.

⁴⁴ São inúmeros os trabalhos que nos demonstram o quanto a mão de obra cativa esteve também vinculada as atividades criatórias. Podemos citar: ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do Planalto gaúcho*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1997. ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002. OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010. GOMES, Luciano Costa. *Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802*. 2012. 292 f. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. GULARTE, Gustavo. *Fronteira do Jaguarão: unidades produtivas e trabalho escravo na formação de um espaço fronteiriço, 1801-1835*. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-1870)*. 2016. 422f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

⁴⁴ GULARTE, Gustavo. *Op. Cit.* 2015.

⁴⁵ Devemos, no entanto, alertar que o censo utilizado deve ser empregado com cautela devido a maior facilidade de recensear trabalhadores escravizados do que homens livres.

⁴⁶ FRANCO, Sérgio da Costa. *Op. Cit.* 1980, pp. 94-95.

se comparada com a de gado vacum. Além disso, oscilava sempre entre os bens que continham a maior participação no patrimônio produtivo dos produtores rurais da fronteira do Jaguarão, ao lado dos animais e das terras⁴⁷.

Com os dados obtidos através da *Relação de moradores que têm campos e animais no Continente*, Helen Osório determinou que a maior parte dos produtores do Rio Grande de São Pedro (68% - desconsiderando casos não informados) era composta de “lavradores”, na verdade, pequenos agricultores e pastores⁴⁸. Em posse dessa informação, analisou as unidades produtivas a partir dos inventários *post mortem* daqueles que registravam até cem cabeças de gado vacum. Em virtude disso, embora não se destacassem entre os maiores rebanhos, isso não foi um impeditivo para que esses pequenos agricultores e pastores tivessem acesso à mão de obra escrava. Como aponta em seu trabalho, esse grupo em 85% dos casos estudados possuía mão de obra cativa arrolada entre seus bens, perfazendo uma média de 3,3 escravos por estabelecimento rural⁴⁹.

Conforme novos estudos foram sendo realizados, foi-nos sendo demonstrado uma região sulina que em seu tecido social o elemento cativo estava presente de forma contínua, inclusive entre os pequenos produtores. Luís Augusto Ebling Farinatti certificou-nos que para a região de Alegrete, os criadores com até 500 reses na década de 1831-1840 declaravam a posse da mão de obra cativa em 86% dos inventários analisados, havendo um declínio significativo na década de 1861-1870 (68%), período que representa o fim do tráfico atlântico de escravos, o que irá dificultar a aquisição de cativos⁵⁰. Em Bagé, a presença da posse de escravos entre os criadores com até 100 reses também vem a corroborar os dados até então manifestados, pois nos inventários *post mortem* estudados por Marcelo Matheus, no período de 1820-1835, em 100% destes documentos se constatou a declaração da mão de obra cativa. Para os períodos subsequentes, o autor constatou movimento semelhante ao de Farinatti, pois a queda da posse de escravos entre os produtores com até 100 reses inventariadas chega a margem de 28%⁵¹. Logo, não deveríamos encarar com estranheza caso nos deparássemos com situação semelhante para a região que estamos analisando.

Desse modo, Gustavo Gularte só reforçou essas evidências, pois em Jaguarão 86% das unidades produtivas rurais com até 100 reses possuíam cativos. Além disso, estes pequenos

⁴⁷ GULARTE, Gustavo. *Op. Cit.* 2015, pp. 85.

⁴⁸ Idem, 2007, pp.167.

⁴⁹ Ibidem, 2007, pp. 168.

⁵⁰ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Op. Cit.* 2010, pp.369.

⁵¹ MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-1870)*. 2016. 422f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. pp. 182.

produtores concentravam 13,4% da totalidade do contingente escravo de Jaguarão, perfazendo uma média de 3,2 cativos por inventário *post mortem* pesquisado⁵².

Em nosso caso, encontramos em 88% dos documentos estudados a posse da mão de obra cativa, 2 pontos percentuais a mais que Gularte em sua dissertação. Cabe ressaltar o fato de não estarmos trabalhando com uma amostra, mas sim com a totalidade dos inventários *post mortem* de Jaguarão os quais se dedicavam à pequena produção. Contudo, obtemos uma média bem superior à deste autor quanto ao número de escravos por unidade produtiva, a saber: 4,6. Este fato nos causou certo estranhamento e fez com que realizássemos o teste que está expresso na tabela abaixo.

Tabela 1. Mão de obra cativa nas pequenas unidades produtivas rurais de Jaguarão (1802-1835).

	Número de inventários	Número de escravos	Média de escravos por inventários
0-100 reses	44	203	4,61
0-150 reses	59	269	4,55

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: 59 inventários *post mortem*

Como podemos observar com os dados demonstrados na tabela 1, nosso resultado foi bem superior ao encontrado por Gustavo Gularte de 3,2 cativos para os pequenos produtores de Jaguarão. Esse fato causou-nos certo estranhamento, pois seria também mais elevado do que o indicado por Helen Osório de 3,3 escravos de média para toda Capitania do Rio Grande de São Pedro⁵³.

Devido a isso optamos por fazer uma média baseados na posse de reses, pois como esses autores e, principalmente Gustavo Gularte que trabalhou com o mesmo espaço, delimitam como pequena produção aqueles que possuem até 100 reses, pensamos que o grupo que estava na faixa de 101-150 animais pudesse estar distorcendo nosso resultado. Contudo, como podemos observar, a média manteve-se. O número por nós encontrado se aproximaria somente do localizado por Luciano Gomes para a Paróquia de Porto Alegre em 1779, através dos róis de confessados, uma fonte bem diferente da que estamos trabalhando aqui, mas que demonstrou

⁵² GULARTE, Gustavo. *Op. Cit.* 2015. pp. 89.

⁵³ É importante mencionarmos que Gustavo Gularte já havia encontrado uma média superior de escravos para os grandes estancieiros ao comparar seu estudo com o de Helen Osório, corroborando para o fato da grande disseminação que a mão de obra cativa possuía na região que estamos analisando. Enquanto Helen Osório encontrou uma média de 22 cativos, nas unidades produtivas daquela região de fronteira a média era de 30 trabalhadores escravos. GULARTE, Gustavo. *Op. Cit.* 2015, pp. 89.

uma média de 4,2 cativos por domicílio⁵⁴. Desse modo, acreditamos que a grande diferença tenha residido na amostragem selecionada por Gularte, pois ao trabalharmos com um universo documental composto por todos os inventários dos pequenos produtores, possibilitou-nos ter uma maior compreensão acerca das escravarias dessas unidades produtivas rurais da fronteira do Jaguarão.

A escravidão teve papel fundamental em todos os setores da sociedade sulina do oitocentos, e aqui observamos que não era diferente. Mesmo aqueles em que seu rebanho era diminuto, como no caso de Manoel José de Souza Guimarães – que possuía 2 juntas de bois mansos, 3 vacas mansas e 6 cavalos – a posse de escravos estava presente. No seu caso, materializada na presença de Domingos Nação Benguela, 20 anos e Manoel moleque Angola, 20 anos⁵⁵.

A análise prévia que foi realizada da participação de cada bem de produção no patrimônio dos pequenos produtores, nos demonstrou de forma geral o que representavam no monte-mor da família dos inventariados. Mas ainda assim já nos revelaram indícios do quanto a escravidão é significativa ao representar 44% dos recursos desse grupo rural, ficando à frente inclusive das terras (33%), animais (22%) e ferramentas (1%). Mas como ficaria essa divisão nos subperíodos que nos propomos analisar? Buscamos dividi-los em períodos de guerra e paz, pois os períodos de guerra resultariam em situações específicas. Podemos perceber isso? No gráfico abaixo, buscamos apontar minuciosamente como fica a notabilidade de cada um desses bens levando em consideração os pressupostos mencionados.

⁵⁴ GOMES, Luciano Costa. *Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802*. 2012. 292 f. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. pp.100.

⁵⁵ Inv. de Manoel José de Souza Guimarães. APERS, 1º COAJ, 1812. Fundo 008. Cx. 008.0024.

Gráfico 3. Composição do patrimônio produtivo dos pequenos produtores de Jaguarão, por subperíodos (1802-1835).

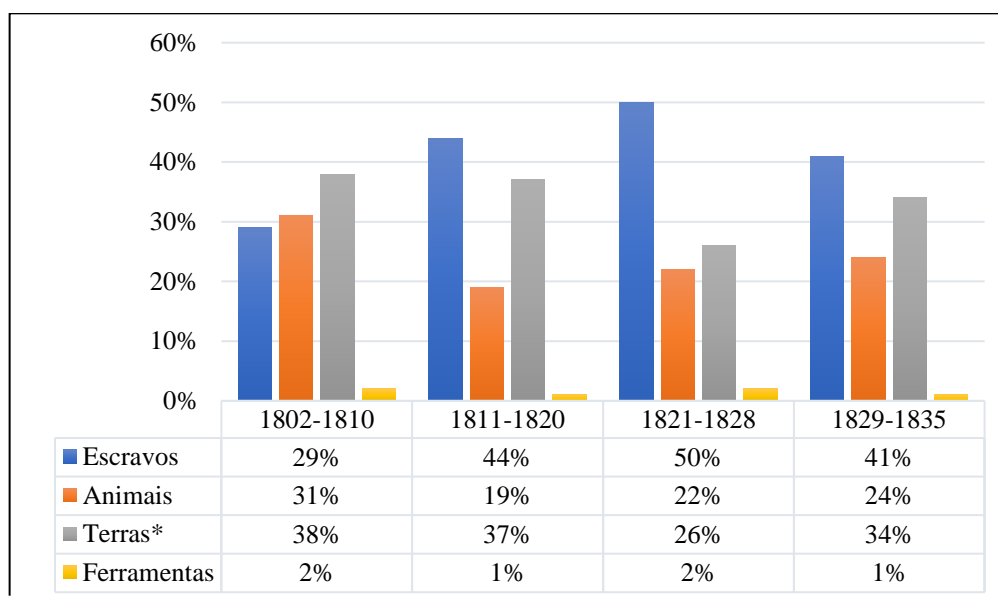


Gráfico elaborado pelo autor.

Nota: (*) levamos em consideração as construções e benfeitorias, como: casas, casas de vivenda, morada de casas, ranchos, arranchamentos e currais.

Fonte: 67 inventários *post mortem*. APERS.

Os dados expressos no gráfico acima, demonstram uma oscilação no patrimônio desses pequenos produtores mais significativa apenas na passagem do primeiro período, de paz, para o segundo, de guerra. Neste, as terras compunham o bem com maior valorização. Logo após eram seguidas pelos animais e posteriormente por escravos e as ferramentas, que sempre intercalaram entre 1% e 2%. Nos períodos subsequentes, tanto de guerra como de paz, os escravos sempre se constituíram na parte mais importante do patrimônio dos pequenos produtores, chegando a representar 50% do que era inventariado no período de 1821-1828 e nunca baixando de 41%. Em seguida vinham as terras, as quais seu declínio pode ser explicado pela alta taxa de produtores sem a propriedade da terra, conforme iremos abordar mais adiante, já que este foi um dos bens que teve uma trajetória ascendente, principalmente na segunda metade do século XIX como demonstrou Graciela Garcia⁵⁶. Já os animais, que se estabeleceram como o terceiro bem de maior valor declarado pelos pequenos produtores, tiveram sua maior participação apenas no primeiro subperíodo (31%) e apresentaram a maior queda entre os bens que registramos, passando seu peso para 19% no período seguinte. Em seguida eles se

⁵⁶ GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista*. 2005. 191 f. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. pp. 25-29.

estabilizam e mantêm uma proporção sem grandes variações em que apresentam, respectivamente, 22% e 24%.

Fazendo um paralelo com o trabalho de Helen Osório, o único período em que as terras ocuparam o posto mais elevado no patrimônio dos pequenos pastores e lavradores que foram estudados, foi justamente no período de paz, mesmo momento em que ocuparam o ápice nos inventários *post mortem* que estamos estudando. Porém, notamos que a escravaria também possuía um peso importante no monte-mor dos pequenos produtores, pois representavam os bens de maior valor nos períodos de guerra, chegando a significar quase metade do patrimônio dos bens inventariados, oscilando com a terra. Contudo, a concentração da participação nos bens entre escravos e terras era bem mais evidente, pois os animais alternaram entre 27,7% a 9%⁵⁷.

Se confrontarmos nossos resultados com os alcançados por Gustavo Gularte, também notaremos um outro cenário, algo que não chega a ser surpreendente. É preciso ressaltar que devemos ter cautela ao fazer tais comparações, pois este autor trabalhou com uma amostragem que englobou todos os tamanhos de unidades produtivas da região. Mas achamos interessante realizar esse cotejo, uma vez que iremos reparar o quão distinto era o patrimônio presente nos estabelecimentos rurais existentes na mesma zona. Ao contrário das respostas que alcançamos, em seu trabalho Gularte percebeu que a maior parte do patrimônio era composta pelos animais, que tinham uma superior representatividade em três dos subperíodos analisados, sendo superados pelos escravos no período de 1812-1820, aparecendo as terras como terceiro bem de maior relevo. A explicação para os cativos superarem os animais estaria na queda do número médio de reses do primeiro para o segundo subperíodo, explicitando o impacto da guerra sobre o patrimônio pecuário⁵⁸. Comportamento esse diferente do que ocorreu com os pequenos produtores, como veremos adiante (gráfico 6).

As informações que possuímos para o primeiro subperíodo nos impossibilitam de compreender por qual motivo as terras seriam os bens de maior valor, pois, além de um pequeno número de inventários, uma das características que nos deparamos nestes documentos são as escassas informações quanto à medição das mesmas, dado que nos ajudaria a calcular o preço médio do hectare. No entanto, quanto aos escravos acreditamos que um fator foi culminante para que ocorresse o seu declínio quanto à participação no monte bruto dos bens de produção, favorecendo então com que a terra assumisse como o bem com maior participação no primeiro subperíodo pesquisado. Ao averiguar os cativos que foram declarados neste intervalo, em 60%

⁵⁷ OSÓRIO, Helen. *Op. Cit.* 2007, pp. 170.

⁵⁸ GULARTE, Gustavo. *Op. Cit.* 2015, pp. 67.

dos casos possuíam mais de 40 anos, circunstância que acarretou na desvalorização da mão de obra escrava no monte-mor dos pequenos produtores que estamos pesquisando. Mas por que, se comparado com as informações de Gustavo Gularte, os animais não figurariam entre os bens de maior importância nas pequenas unidades produtivas rurais? Através da tabela abaixo, buscamos demonstrar qual seria o principal motivo que faria com que essa diferença fosse tão proeminente.

Tabela 2. Equivalência entre o valor de um escravo e o número de reses

	Escravo	Reses
1802-1810	1	151
1811-1820	1	90
1821-1828	1	73
1829-1835	1	82

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: 67 inventários *post mortem*. APERS.

Com o intuito de exemplificar e comprovar o motivo que acreditamos ser fundamental para que os escravos sejam na maioria dos casos o elemento de maior peso no patrimônio dos pequenos produtores da fronteira do Jaguarão, resolvemos elaborar esta tabela em que foi realizada uma análise buscando fazer a equivalência de quantas reses correspondiam ao valor médio de um escravo adulto, sadio e em idade produtiva (15-45 anos) por subperíodo⁵⁹. Ao pressupor que isso corrobore nossa assertiva, nos baseamos em dois fatores: o primeiro seria a já demonstrada ampla disseminação que ocorreu da mão de obra cativa entre os pequenos produtores da fronteira meridional; o segundo surge da reflexão de que ao limitarmos o nosso estudo a um grupo específico, e este grupo, por sua vez, ser definido exclusivamente pelo número de reses (150), percebemos que por mais diminuições que possam ocorrer com os animais, jamais será comparável com aqueles estudos que trabalham com amostras de todo o mundo rural, onde estarão representados grandes, médios e pequenos produtores, lavradores e criadores.

À medida que passarmos para o item 1.3, na parte em que analisaremos com mais afinco os rebanhos encontrados nessas pequenas unidades produtivas rurais, entenderemos o motivo pelo qual no primeiro subperíodo - momento de fixação da Guarda do Serrito e consolidação da ocupação lusa no território - com um escravo adulto em idade produtiva, avaliado em média em 104\$480 *réis*, um pequeno produtor poderia comprar um número importante de 151 reses.

⁵⁹ Optamos por levar em consideração também a mão de obra escrava em idade produtiva do sexo feminino, pois nos deparamos em inúmeras oportunidades com seu valor superior ao de escravos masculinos, principalmente quando escravas de origem crioula.

A situação já será bem distinta nos períodos subsequentes analisados, pois como podemos observar para a década de 1811-1820, um escravo equivale a 90 reses. Além disso, o trabalhador escravo terá seu valor médio nessa época um pouco mais elevado, sendo fixado em torno de 139\$000 réis. Para os subperíodos posteriores é interessante notar a alternância, que apesar de diminuta, é percebida neste estudo. Enquanto no intervalo de 1821-1828 um escravo equivalia a 73 reses e seu preço estipulado em torno de 209\$255 réis, no período seguinte era proporcional a 82 animais vacuns, com uma média de valor em 315\$745 réis. É intrigante esta variação justamente no último subperíodo, conforme veremos mais adiante, será o momento em que as reses terão a maior participação dentro do rebanho tanto no número de animais quanto no patrimônio desses pequenos produtores. Não devemos deixar de mencionar também que neste período começam as iniciativas britânicas para barrar o tráfico atlântico de escravos, o que pode influenciar no aumento do preço no momento da avaliação dos cativos.

Essa constatação de que o valor de um escravo se iguala a um grande número de reses já havia sido registrada por Graciela Garcia ao analisar a região de Alegrete, embora sua ênfase tenha recaído com mais minúcia sobre a terra. Na década de 1830 um escravo custava em média o equivalente a 153 reses, sendo que os animais também se constituíam nos bens de maior participação no patrimônio produtivo dos estabelecimentos rurais daquela região neste decênio⁶⁰. É importante ressaltarmos que habitualmente encontrarmos os animais sendo os bens com mais representatividade no patrimônio dos produtores do meio rural, principalmente na primeira metade do oitocentos, elementos que corroboram o estudo de Helen Osório, como os estudos de Graciela Garcia e Gustavo Gularte que acabamos de citar⁶¹.

O que estamos fazendo até agora serve como um debate inicial para aquilo que nos propomos a aprofundar em um capítulo específico sobre a utilização da mão de obra cativa pelos pequenos produtores da fronteira do Jaguarão. Em princípio, o debate sobre pequena produção e escravidão não seria um dos nossos focos iniciais de análise. Conforme apontamos, Gustavo Gularte já havia trabalhado com a escravidão nas unidades produtivas rurais desse espaço no período colonial. Além disso, o tema da escravidão é um dos assuntos que mais tem crescido e diversificado suas abordagens e metodologias. Contudo, acreditamos que tentar perceber se o trabalho escravo como uma marca de acumulação de capital manteve-se na

⁶⁰ GARCIA, Graciela Bonassa. *Op. Cit.* 2005, pp. 24-30.

⁶¹ Ao realizar uma enorme análise baseada em 401 inventários *post mortem* para o período de 1765-1825, Helen Osório vai perceber que os animais se constituíram na maior parte do patrimônio até 1800, nunca decrescendo sua participação dos 40%. Somente no período de 1805 até 1820 que foram ultrapassados pelas terras, recuperando-se logo após como o bem com o maior peso entre os bens de produção inventariados. Para ver mais: OSÓRIO, Helen. *Op. Cit.* 2007, pp. 69-70.

geração seguinte dos filhos dos pequenos produtores, nos ajudará a compreender se existia uma lógica nessa pequena produção e nos possibilitará outros questionamentos para podermos compreender este grupo.

1.3 Rebanhos

Os rebanhos se constituíram no terceiro bem de maior participação no patrimônio de nossos pequenos produtores. Apesar disso, do nosso universo documental composto por 67 inventários *post mortem*, em 100% dos inventários eram declarados animais. Não obstante, a participação de cada espécie irá variar de acordo com o subperíodo analisado, mas sua abundância nesse território foi um dos fatores que influenciaram o desenvolvimento da economia e apropriação das terras nessa região.

Nas disputas entre as coroas ibéricas pelo domínio de terras no Brasil meridional em finais do século XVIII e início do XIX, o território das margens do Jaguarão se encontrará em determinado momento em uma situação particular pois ali estarão concentrados os conflitos entre luso-brasileiros e espanhóis⁶². Essas disputas bélicas serão utilizadas como ferramentas para que ocorresse a arreada de animais para as estâncias que estavam sendo incorporadas à paisagem rural daquele território. Como nos demonstra Sérgio da Costa Franco, fazendo o uso de uma *Relação dos animais que entraram no Rincão de Sua Alteza Real desde a presente guerra até 24 de dezembro de 1801* a qual encontrou nas correspondências de Manoel Marques de Souza, pode-se concluir que só neste período mais de 10.000 reses foram capturadas no território e passaram pela cobrança regular do quinto. Logo, é de se imaginar que o número de animais que foram apreendidos fosse muito superior aos que constam nessa relação enviada pelo Comandante da Fronteira ao Governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro, o Brigadeiro João Francisco Roscio⁶³. Além disso, ao analisar o mesmo fundo é comum encontrarmos documentos em que as autoridades militares espanholas fazem queixas para os responsáveis pelas possessões portuguesas das arreadas que seus súditos realizavam, como foi o caso do Marquês de Sobre Monte, Comandante de Serro Largo, ao encaminhar um ofício a Manoel Marques de Souza: “Junto a esta achará Vossa Senhoria [a] terceira reclamação que faz

⁶² GOLIN, Tau. *A fronteira: Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Vol I. Porto Alegre: L&PM, 2002. pp. 220.

⁶³ FRANCO, Sérgio da Costa. *Op. Cit.* 1980, pp. 21.

o Marquês de Sobre Monte a respeito da arreada que se fez de 294 Cavalos [...] e quinze mil reses depois da paz”⁶⁴.

Acreditamos que todo esse cenário favoreceu para que as reses fossem pouco avaliadas no primeiro subperíodo, devido ao fácil acesso a esses animais dadas as condições da fronteira que os habitantes daquele espaço podiam manejar. Além disso, o grande número de reses que estavam amplamente acessíveis durante essa época, pode ter contribuído para que durante nosso primeiro íterim possamos contar com apenas 5 inventários *post mortem* que declaram até 150 reses.

Voltando nossa análise para o rebanho de nossos pequenos produtores, apresentaremos abaixo a frequência com que cada espécie de animais é inventariada nos documentos que estamos analisando. Sendo assim, dividimos nosso rebanho em quatro categorias, são elas: vacuns⁶⁵, equinos⁶⁶, ovinos e muares⁶⁷. A partir desta classificação, obtivemos os resultados que estão expressos no gráfico abaixo.

Gráfico 4. Frequência (%) de vacuns, equinos, ovinos e muares no rebanho dos pequenos produtores de Jaguarão (1802-1835).

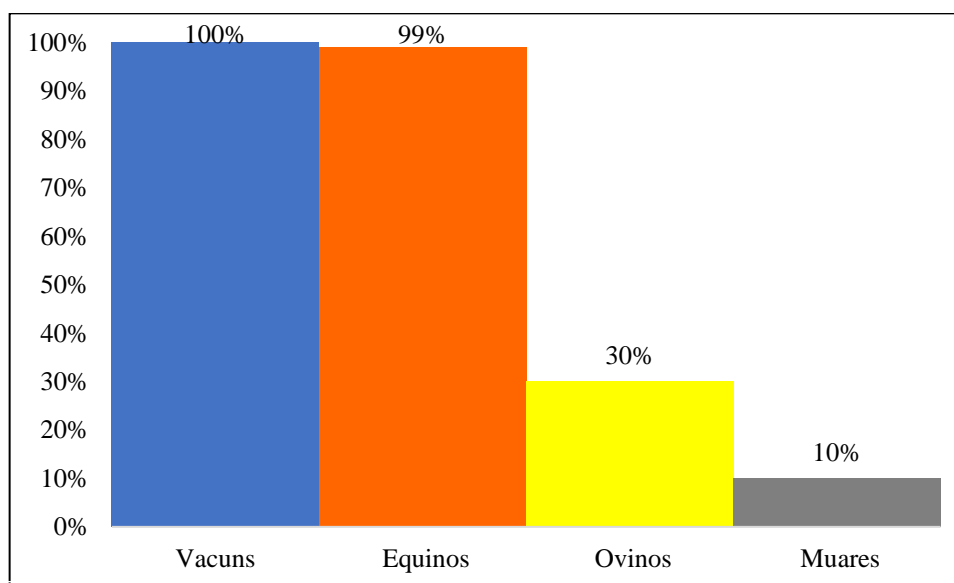


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: 67 inventários *post mortem*. APERS.

⁶⁴ Correspondência de Manoel Marques de Souza ao governador Francisco Roscio, 16/01/1802. AHRs- FAM, Maço 02.

⁶⁵ Nesta categoria estão inseridas as seguintes espécies de animais: reses, reses mansas, reses xucas, reses de criar, reses tambeiras, reses de marca, reses de rodeio, boi manso, boi lavrador, boi de carro, vaca mansa, novilho, vaquilhona, touro e terneiro.

⁶⁶ Nesta situação, consideramos: cavalo, cavalo manso, animal cavalariço, égua, égua mansa, égua xuca, égua de criar mula, redomão e potro.

⁶⁷ Foram inventariados e considerados, os seguintes animais: mula, besta, besta xuca, burro e burro eixor.

Os dados apresentados no gráfico acima nos demonstram o quanto era presente o gado vacum nessas pequenas unidades produtivas rurais, haja vista sua frequência em 100% dos inventários *post mortem* analisados. É fundamental ressaltarmos que nem todos estabelecimentos rurais declaravam reses, mas quando não as possuíam, os bois eram uma constante nesses documentos que estamos pesquisando. Logo após, presente em 99% dos inventários de nosso universo documental, os equinos são a segunda espécie de animais que apresentam mais regularidade nas unidades produtivas, assentando sua importância para as lides rurais e também os conflitos bélicos daquela região. Os ovinos serão um caso interessante de analisar, pois ao mesmo tempo em que representam a terceira categoria presente nos estabelecimentos rurais dos pequenos produtores, quando analisada a composição total do rebanho, os mesmos terão um salto representativo se comparados com os equinos, por exemplo. Enquanto os muars são os animais que menos aparecem em nossa totalidade de documentos, demonstrando o quão nessa região de fronteira, entre os pequenos produtores, a utilização desse animal como meio de transporte foi muito pouco aplicado e/ou também comercializado.

Para podermos abordar de forma mais detalhada os rebanhos, após apresentar a frequência com que os animais eram declarados pelos pequenos produtores, realizamos o gráfico abaixo. Nele, apontamos a composição do rebanho total por subperíodos e quanto cada espécie de animais representava no resultado final. Consideramos que seja um bom contraponto ao que foi exposto acima, pois nos demonstra um panorama distinto e que nos possibilita uma maior problematização acerca da produção pecuária que encontramos na conjuntura em que estamos concentrando nossos esforços de análise.

Gráfico 5. Composição (%) do rebanho total dos pequenos produtores de Jaguarão, por subperíodo (1802-1835).

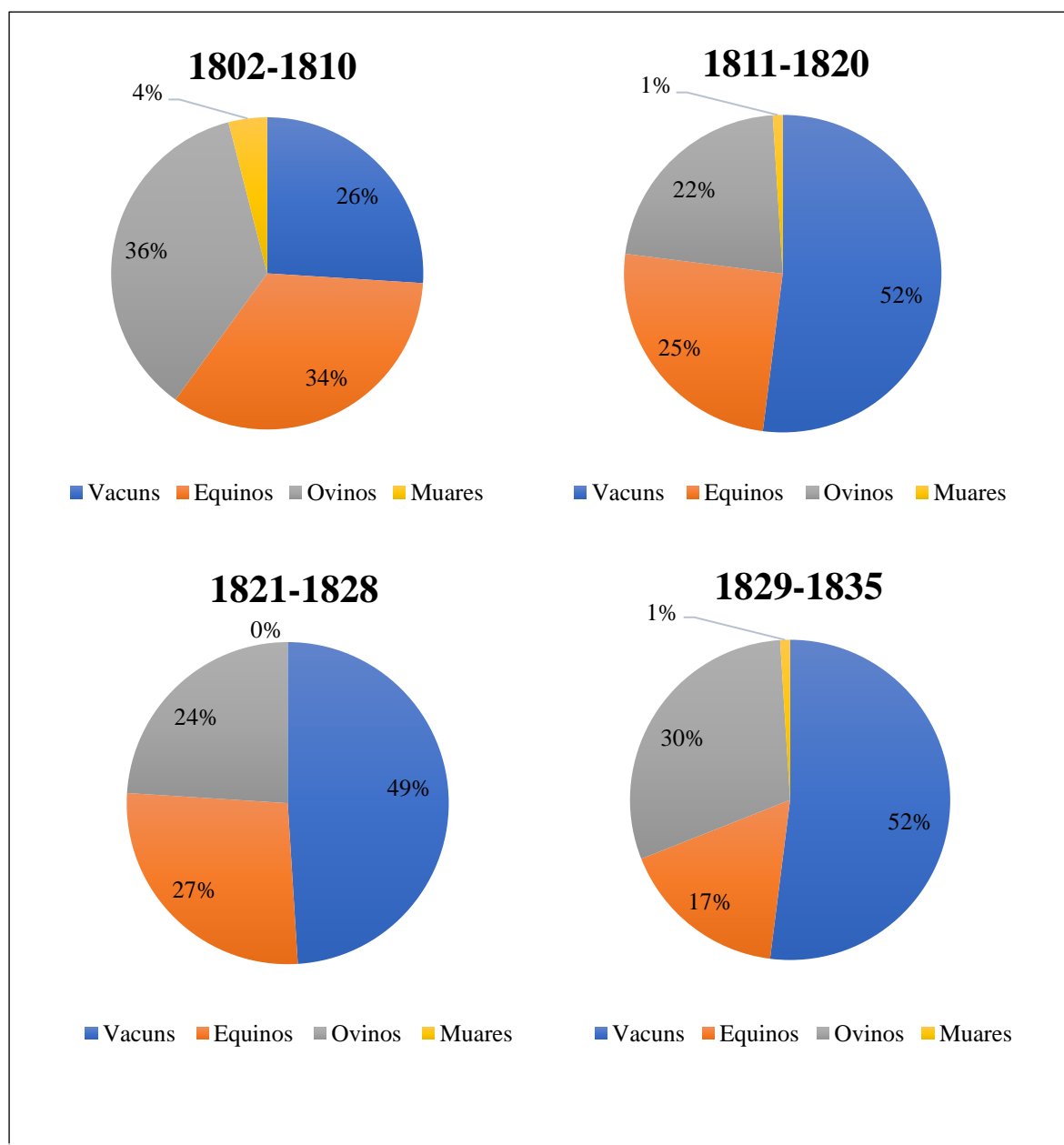


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: 67 inventários *post mortem*. APERS.

Ao passo que fomos avaliando de forma qualitativa os inventários *post mortem*, percebemos que realizar tal análise poderia nos proporcionar uma interpretação diferente acerca dos rebanhos que estavam em posse dos pequenos produtores. O interessante foi perceber que, para o primeiro subperíodo, o gado vacum só representava a terceira espécie de animais em escala de representatividade (26%) entre os animais encontrados nas pequenas unidades produtivas rurais, ficando atrás dos ovinos (36%) e equinos (34%), os quais representavam naquele período, respectivamente, primeira e segunda espécie entre os animais que mais

compunham o rebanho total. Em contrapartida, os muares nunca chegam a atingir um patamar elevado ao restante, sua maior expressividade ocorre justamente no primeiro subperíodo com 4%, decaindo para 1% nos períodos de 1811-1820/1829-1835 e desaparece de nosso universo documental durante 1821-1828.

Apesar de lidar com os dados das estâncias em que analisou 185 inventários *post mortem*, achamos interessante a título de comparação demonstrar os resultados encontrados por Helen Osório para ratificar que entre os pequenos produtores a atividade criatória de muares também foi pouco importante. Se o ponto culminante de sua participação no rebanho correspondeu a 4% nas pequenas unidades produtivas que estamos pesquisando durante o período de 1802-1835, Helen Osório não encontrou uma participação acima de 5% desses animais nos rebanhos dos estancieiros entre 1765 até o ano de 1825⁶⁸.

O grupo de pequenos produtores que estamos analisando acompanham os outros produtores do Rio Grande de São Pedro nessa evolução do rebanho no que tange a concentrar maior quantidade de reses entre seus animais. Este fato já pode ser observado tendo em vista que no primeiro interim o gado *vacum* representava 26% da composição total do rebanho, posteriormente irá intercalar entre 49% e 52%. Isso nos demonstra que com o decorrer do tempo os pequenos produtores irão destinando mais atenção para as atividades criatórias no que se refere aos animais, não eliminando a prática da agricultura e atividades complementares, também importantes para a manutenção da unidade produtiva rural. Essa circunstância em que as reses vão ascendendo no rebanho, de forma geral e com todos os cuidados que devemos ter por se tratar de uma amostragem que engloba toda a Capitania do Rio Grande de São Pedro, já havia sido percebida por Helen Osório principalmente entre 1815-1825⁶⁹, confirmada uma permanência para a região do Alegrete por Farinatti durante a década de 1830⁷⁰ e chega a representar 87% do rebanho de Bagé em 1841-1850 como apontou Matheus⁷¹. Mas Gustavo Gularte também já havia percebido que durante 1830-1834, os animais *vacuns* em Jaguarão quase chegam a representar 80% da composição dos rebanhos⁷². Logo, os pequenos produtores que estamos analisando corroboram com esse padrão e as ideias que esses autores nos apresentam.

⁶⁸ OSÓRIO, Helen. *Op. Cit.* 2007, pp.124.

⁶⁹ Idem, 2007, pp.124.

⁷⁰ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Op. Cit.* 2010, pp.111.

⁷¹ Antes de mais nada, devemos destacar que este autor fez uma divisão em categorias distintas da que empregamos em nosso trabalho, nas quais 87% representavam os bovinos de forma geral. Dessa forma, os animais estavam fracionados da seguinte maneira: bovino, cavalariço, ovino, muar e asinino. Para ver mais: MATHEUS, Marcelo Santos. *Op. Cit.* 2016, pp. 149.

⁷² GULARTE, Gustavo. *Op. Cit.* 2015, pp. 73.

Os dados referentes aos ovinos e equinos foram bastante surpreendentes à primeira vista. Apesar de serem frequentes em 99% dos inventários, os equinos intercalam constantemente com os ovinos na composição total dos rebanhos. Acreditamos que esse fato seja justificável na medida em que sua aplicação para o costeio do gado e como meio de transporte não demande tantos animais, logo, era comum no círculo dos pequenos produtores ter a posse desse animal. Um fato a ser ressaltado é que justamente nos dois períodos de guerra (1811-1820/1821-1828) os equinos compunham a segunda maior parte do rebanho, o que comprova que nesses intervalos sua utilização se fazia mais necessária.

Nos deteremos agora de forma mais minuciosa nos ovinos, pois seu número é muito significativo não só para a região que estamos analisando, mas também para o Continente do Rio Grande de São Pedro, por nos proporcionar outra perspectiva acerca das atividades desenvolvidas no âmbito do meio rural. De acordo com Helen Osório, através de censos e inventários que foram por ela analisados fica evidente a pouca importância desse tipo de pecuária. A diferença que encontrou entre essas fontes foi a de que o número de criadores apontado pelos censos era inferior quando comparado com os inventários. Todavia, a criação de ovinos era uma atividade complementar principalmente para os médios e grandes criadores, não sendo constante entre os pequenos em que apenas 5,4% possuíam esse tipo de animal⁷³.

Contudo, eles estavam presentes em 30% dos inventários *post mortem* dos pequenos produtores de Jaguarão, e nunca baixaram de 22% na composição do rebanho total, chegando a um extremo de 36%. Como Farinatti aponta, os ovinos serviam para o abastecimento interno de carne nas estâncias, ou aqui, pequenas unidades produtivas rurais. Apenas poucos excedentes de lã poderiam ser encaminhados para o mercado local, pois a aceleração da produção ovina no território que hoje compreende o Estado do Rio Grande do Sul só ocorreria na segunda metade do Oitocentos, em que a então Província começaria a exportar o produto com mais regularidade⁷⁴. Com essas informações, fomos aos documentos buscar vestígios que pudessem nos dar algum indício sobre a existência ou não de produção de lã naquele território. Dessa forma, encontramos em 20% dos inventários que declaram a posse desses animais a presença do tear, uma importante fonte para a produção de lã.

Apesar de não termos evidências que garantam a inserção desses pequenos produtores no mercado local, acreditamos que esses indícios são suficientes para que possamos afirmar que nessas pequenas unidades produtivas rurais a produção de lã era praticada. O quadro que

⁷³ OSÓRIO, Helen. *Op. Cit.* 2007, pp. 120.

⁷⁴ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Op. Cit.*, 2010, pp. 119.

estamos expondo se assemelha, embora em menores proporções, com os criadores e lavradores da região platina estudados por Jorge Gelman e Juan Carlos Garavaglia.

Ao estudar o modo de produção camponesa e de grandes estancieros na região do Rio da Prata em fins do século XVIII, Jorge Gelman focará em Colônia do Sacramento, atualmente localizada na República Oriental do Uruguai. Utilizando os livros de recepção de alcabala (um imposto real que era cobrado sobre todos os bens comercializados durante o Antigo Regime nas colônias espanholas, inclusive os animais), nos aproximará de uma perspectiva da que estamos esboçando aqui por também haver a produção ovina, porém em maior escala. De acordo com sua análise em termos numéricos o rebanho de ovelhas era o segundo maior da região (29.480 animais), ficando atrás apenas do rebanho vacum (226.513 animais). Além disso, a maior parte das unidades com ovinos declarados continham entre 101 a 500 animais desta espécie⁷⁵. Já Juan Carlos Garavaglia, estudando as estâncias da campanha de Buenos Aires, demonstra-nos que a proporção da criação de ovinos naquela região era bem maior se comparados com os resultados obtidos para a Capitania do Rio Grande de São Pedro, e isso é mais fácil de visualizar pois em sua pesquisa também fez a utilização de inventários *post mortem*, e naqueles documentos observados comprovou a importância desse animal como fonte de alimentação e comercial para o fornecimento de lã, devido sua presença ser mencionada em 62% das unidades produtivas⁷⁶. Mas não era só na grande produção que os ovinos estavam presentes em Buenos Aires, pois nas estâncias aos arredores do mercado portenho, Garavaglia vai se certificar de que os ovinos totalizavam 13% do rebanho das “estancias de cercanias”⁷⁷. Logo abaixo realizamos a média de animais por subperíodo que estavam presentes nessas unidades produtivas rurais. Além disso, calculamos a participação dos diferentes animais no valor total do rebanho, de modo com que possamos perceber algumas tendências em relação aos animais que estavam em posse dos pequenos produtores da fronteira do Jaguarão. Ao realizar essa análise, optamos por fazer a separação dos bois do restante do rebanho vacum, devido à importância deste tipo de animal para a economia dos pequenos produtores e também por pensarmos na sua utilidade para o desenvolvimento da agricultura nessas pequenas unidades produtivas rurais, como podemos observar.

⁷⁵ GELMAN, Jorge. Producción campesina y estancias en el Rio de la Plata colonial. La región de Colonia a fines del siglo XVIII. In: *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani*, 6, 1992, pp. 47-56.

⁷⁶ GARAVAGLIA, Juan Carlos. Las “estancias” en la campaña de Buenos Aires. Los medios de producción (1750-1815). In: FRADKIN, Raúl O. (Org.). La historia agraria del Rio de la Plata colonial. Los establecimientos productivos (II). Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993. pp. 136.

⁷⁷ GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Pastores y labradores de Buenos Aires*. Una historia agraria de la campaña bonaerense (1700-1830). Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999. pp.157.

Gráfico 6. Média de animais por inventário *post mortem* dos pequenos produtores de Jaguarão, por subperíodo (1802-1835).

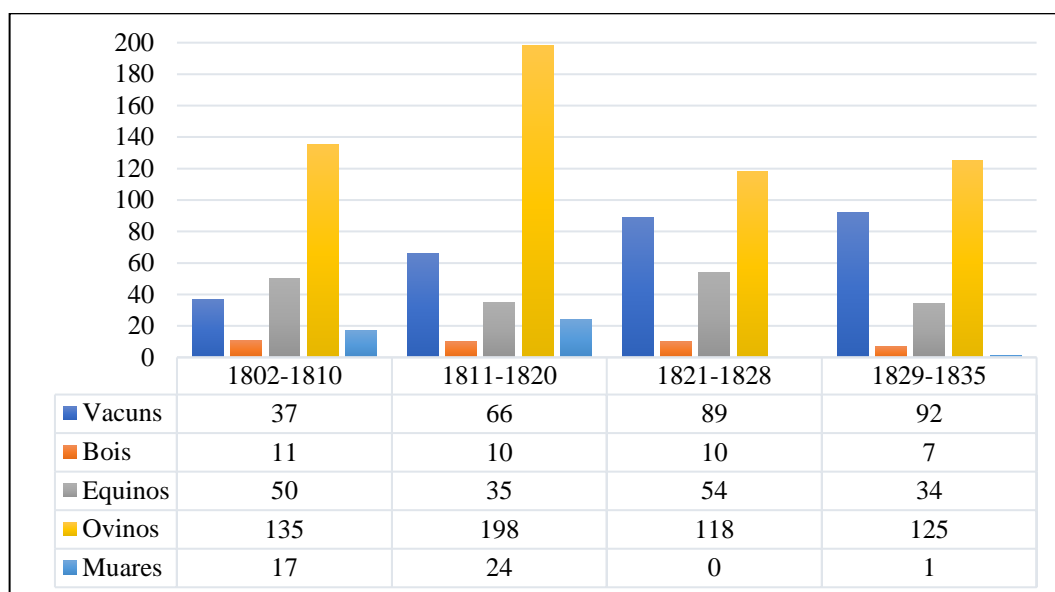


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: 67 inventários *post mortem*. APERS.

Gráfico 7. Participação dos diferentes animais no valor total do rebanho dos pequenos produtores de Jaguarão, por subperíodo (1802-1835).

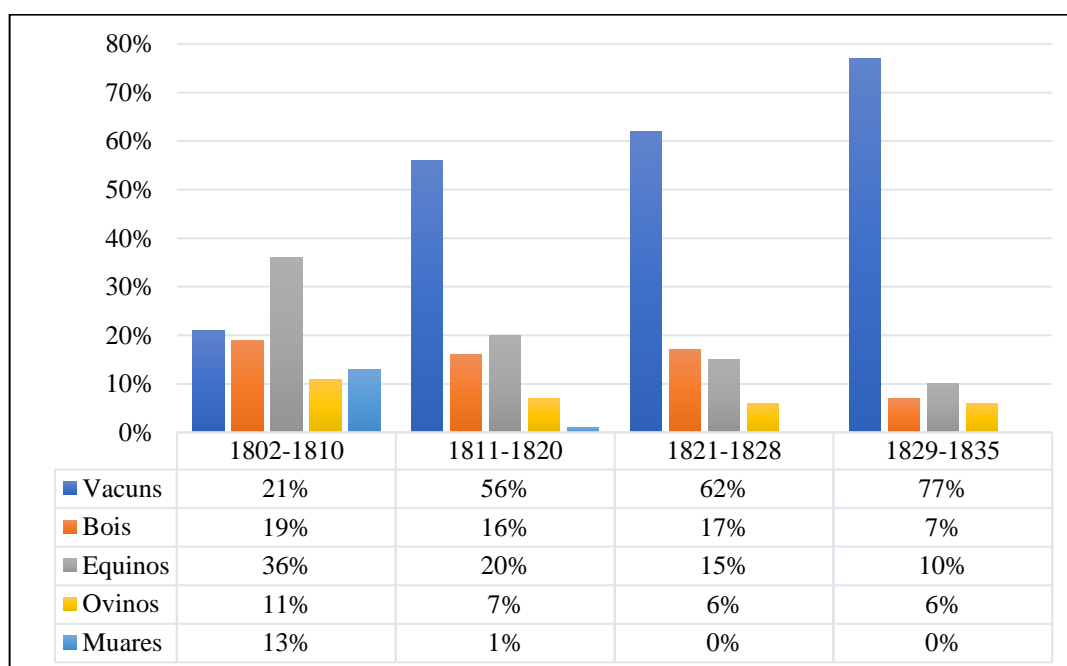


Gráfico elaborado pelo autor.

Nota: Mesmo que a média de muares seja de 1 animal por unidade produtiva no último subperíodo, a representatividade destes no valor total do rebanho era de 0,01%. Em virtude disso optamos por inseri-los como 0% neste gráfico.

Fonte: 67 inventários *post mortem*. APERS.

Através dos resultados expostos, podemos obter algumas conclusões. Ao mesmo tempo em que os ovinos compõem uma grande parte do rebanho dos pequenos produtores e sua média em relação aos outros animais é bem superior, chegando a 198 no período de 1811-1820, nunca ultrapassou 11% da participação no monte-mor referente aos rebanhos, ou seja, eram animais cuja aquisição monetária era mais acessível aos pequenos produtores. Já o rebanho vacum vai progredindo no decorrer dos períodos analisados, aspecto que já viemos pautando em nosso trabalho, uma vez que é ascendente sua participação tanto no rebanho, na média de animais quanto na participação do monte-mor dos integrantes desse grupo. Enquanto isso, com os muares ocorre uma certa variação intrigante na passagem dos subperíodos até desaparecer sua produção. Nota-se que essa alteração não surte efeito na participação do valor total do rebanho, devido ao que acreditamos ser a valorização das reses, uma vez que no primeiro subperíodo os muares representavam 13% do valor do rebanho total e simbolizavam uma média de 17 animais por unidade produtiva que declaravam sua posse. Na época subsequente, o período de 1811-1820, mesmo que sua média se eleve para 24 animais por unidade produtiva, a sua participação no valor do rebanho cai drasticamente para 1%, enquanto as reses ascendiam para mais de metade do valor total.

A ideia de separar os bois do restante do rebanho vacum nessa parte do estudo, decorreu do fato de notarmos a presença constante desses animais conforme fomos realizando a análise qualitativa desses inventários, nos indicando a importância econômica que estes animais tinham para este grupo. Além disso, sabemos de sua relevância para o desenvolvimento de atividades agrícolas, e com esse intuito fizemos essa distinção. Sendo assim, podemos perceber que os bois tiveram certa notoriedade no rebanho dessas pequenas unidades produtivas rurais, pois sua média se manteve entre 10 e 11 animais, decaindo apenas no último subperíodo para 7, e sua participação no valor total do rebanho manteve-se entre 16% e 19%, declinando também no último interim para 7%, ficando atrás apenas para o gado vacum e os equinos. Esse rebanho terá sua relevância corroborada quando realizarmos a análise da agricultura no item 1.5.

É interessante que conforme fomos analisando o rebanho que encontramos nas unidades produtivas rurais dos pequenos produtores da fronteira do Jaguarão, as identificamos muito com as que Garavaglia trabalhou para os arredores do porto de Buenos Aires e as denominou de “estancias de cercanias”. Nelas, os ovinos também representavam uma maior média de animais, seguidos pelos vacuns, equinos, bois e muares. Mas quando averiguada a participação no valor total dos rebanhos, os bens se invertiam e apareciam, respectivamente: vacuns, equinos/muares,

ovinos, bois e novilhos⁷⁸. Como Garavaglia aponta, esses estabelecimentos se caracterizariam por uma vocação produtiva claramente mista. Mas isso não ocorre em quase todas as estâncias? Para esse autor, essas em particular, a atividade criatória do gado teria algumas características particulares devido, sobretudo, ao grande mercado consumidor de Buenos Aires e às produções de leite e carne (ovinos e novilhos) serem os diferenciais destes estabelecimentos⁷⁹.

Encontramos também em nosso rebanho uma pequena parcela de vacas leiteiras e reses tambeiras, em que são frequentes em 13% dos inventários, fomentando a ideia da produção incipiente de leite nessas pequenas unidades produtivas rurais, chegando a média de 27 animais por estabelecimento rural. Logo, queremos deixar claro que estamos comparando nossos resultados com os de Garavaglia somente no que concerne aos rebanhos. Dessa forma, apesar de os animais não serem os bens com maior participação no patrimônio produtivo dos pequenos produtores, podemos perceber que era uma diversa quantidade de espécies de animais que compunham e faziam com que o rebanho que estava em posse dos mesmos fosse bastante diversificado, contribuindo para que suas atividades também pudessem se modificar.

1.4 A terra

A terra constituiu-se no segundo bem de produção com maior participação no patrimônio dos pequenos produtores da fronteira do Jaguarão, chegando a ser o de maior representatividade para o período inicial de ocupação daquele espaço (1802-1810). Contudo, a mão de obra escrava foi tão difundida que acabou tomando grandes proporções e passou o restante do período analisado responsável, na maioria dos casos, por quase metade dos bens que eram inventariados.

O processo de apropriação de terras no espaço que compreende a fronteira do Jaguarão intensificou-se com as disputas coloniais entre as coroas ibéricas no final do século XVIII e início do XIX. Durante esse período, essa região assistiu de forma acelerada à incorporação de seus territórios por se apresentar como uma localidade de fronteira aberta⁸⁰. Dessa demanda por

⁷⁸ GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Op. Cit.* 1999, pp.158.

⁷⁹ GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Op. Cit.* 1999, pp. 156.

⁸⁰ Helen Osório fez um longo debate sobre a discussão de fronteira aberta, a qual compreendemos como a característica dos novos territórios que foram sendo incorporados pela coroa portuguesa através da posse de campos neutrais em fins do século XVIII e início do XIX, decorrentes dos inúmeros tratados assinados com a coroa espanhola e, também, através dos conflitos. A fronteira aberta configurava-se como um espaço belicoso, que nem todos os habitantes gostavam de migrar em decorrência da insegurança e instabilidade, optando por ficar em um local seguro e que já haviam pessoas estabelecidas. Contudo, devido à grande concentração de terras em áreas de ocupação mais antiga, com fronteira fechada e forte concentração da propriedade fundiária, muitos colonos se achavam obrigados a granjear espaço em outras localidades que estavam sendo incorporadas ao domínio luso. Para ver mais sobre este assunto: OSÓRIO, Helen. *Op. Cit.* 1990.

terras, surgirão características específicas que serão apontadas por Gularte, como o caso dos intrusos, pessoas que conseguiram a permissão do Governador da Capitania para povoar os campos, mas ao mesmo tempo não tinham a propriedade da terra, situação que poderia se desdobrar em conflitos por um longo período e ocasionar em sua expulsão⁸¹.

Dessa forma, nesse item buscaremos caracterizar a propriedade da terra através dos inventários *post mortem* que estamos utilizando em nossa análise até este momento. A dificuldade de trabalhar com esses documentos no que se refere às terras diz respeito às faltas ou às omissões de informações básicas como a localidade ou extensão das propriedades fundiárias. Mas uma de suas vantagens para utilizá-los como mecanismo para compreender esse problema está no próprio caráter da fonte, devido a sua confiabilidade por possuir a presença de avaliadores dos bens, testemunhas e herdeiros que a quaisquer informações errôneas poderiam protestar. Em um primeiro momento, o que nos chama atenção é a grande quantidade de pequenos produtores que não possuem a propriedade da terra, conforme podemos observar no gráfico abaixo.

Gráfico 8- Pequenos produtores proprietários e não proprietários de terra. Jaguarão (1802-1835).

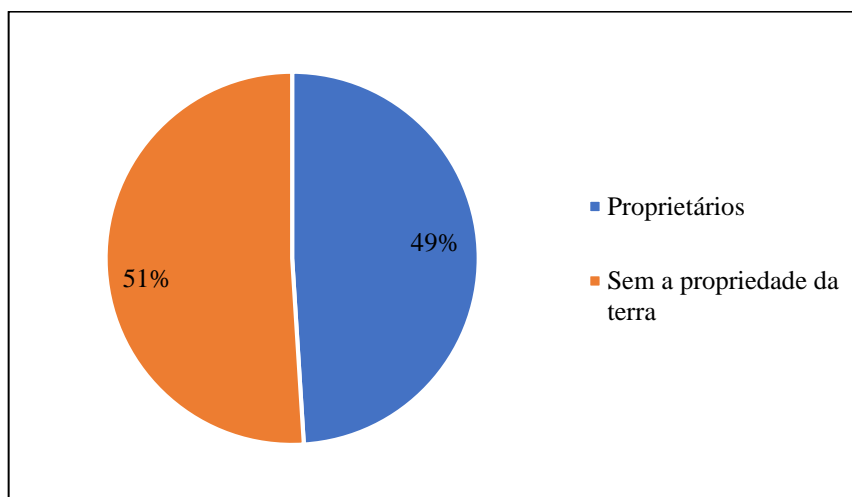


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: 67 inventários *post mortem*. APERS.

Apesar de ser diminuta a diferença, o fato é que a maioria dos pequenos produtores que estamos trabalhando não possuíam a propriedade da terra em que tinham estabelecidas suas unidades produtivas rurais. Logo, ter a propriedade da terra não foi um impeditivo para que pudessem se estabelecer nos campos daquela fronteira meridional. Mas isso não chega a ser

⁸¹ GULARTE, Gustavo. *Op. Cit.* 2015, pp. 35-40.

surpreendente para o espaço estudado, porque Gularte já havia percebido em sua amostragem um elevado índice de 40% de pessoas que não declaravam a propriedade das terras para a mesma região pesquisada.

Se atentarmos para a região platina de um modo geral, podemos inserir os produtores sem a propriedade da terra como uma característica comum em que percorre todo este espaço platino⁸². Garavaglia nos demonstrará que na região de Buenos Aires 42% dos inventários em que ele analisou os produtores não declaravam a propriedade da terra, e não ficava restrito a um grupo específico, o que demonstrava a grande amplitude social deste fenômeno⁸³. Para o Continente do Rio Grande de São Pedro no período colonial, temos também os dados de Helen Osório para os pequenos pastores e lavradores que indicam uma incidência de 30,9% “sem terra”⁸⁴. Já para a região do Alegrete, durante a década de 1830 Graciela Garcia irá nos demonstrar que 47% dos estabelecimentos rurais que por ela foram analisados também não declaravam a posse da terra. Esta situação será muito característica na primeira metade do Oitocentos, como a própria autora pontuou, pois com a introdução da Lei de Terras de 1850, essa situação se inverterá, já que a propriedade fundiária será a partir da segunda metade do século XIX o bem de maior valor no patrimônio dos produtores⁸⁵.

Mas entre esses pequenos produtores que não declaram a propriedade da terra, um fato causou-nos bastante surpresa. Dentro dessa parcela da população, 50% se declaram agregados ou que vivem de favor em terras alheias, e sua grande maioria estavam vivendo desta forma em terras de membros da própria família (pai, sogro e genro). Além disso, notamos que os arrendamentos não são mencionados nos inventários. Devido a isso acreditamos que esse fato deve ser explorado mais detalhadamente em um capítulo posterior.

Quando analisamos os pequenos produtores que possuem a propriedade da terra, começamos a nos deparar com diversos problemas que nos impossibilitam de realizar uma análise mais detalhada e precisa da situação que estamos observando. A partir de agora, não conseguiremos abordar de forma tão precisa e minuciosa como realizamos com o patrimônio produtivo e os rebanhos, de forma geral. A informação sobre as terras demonstrou ser um dos fatores mais inconstantes no arrolamento dos bens desse estrato do meio rural.

⁸² Apesar de não demonstrar os dados referentes aos produtores sem a propriedade da terra, Jorge Gelman utiliza diversas fontes do período colonial, como relatos de viajantes, em que são atestadas a presença desses produtores. O que corrobora com os estudos baseados nos inventários *post mortem*. Ver mais: GELMAN, Jorge. *Campesinos y estancieros*. Uma región del Rio de Plata a fines de la época colonial. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Rei, 1998. pp.104-105.

⁸³ GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Op. Cit.* 1993, pp. 134-135.

⁸⁴ OSÓRIO, Helen. *Op. Cit.* 2007, pp. 169.

⁸⁵ GARCIA, Graciela Bonassa. *Op. Cit.* 2005, pp. 24-27.

A única informação que conseguimos obter em todos os casos averiguados foi o tipo de terra que os pequenos produtores declaravam nos inventários *post mortem*, a saber: campo (22), rincão (4), chácara (3), data de terra (3) e terra (1). Mas quando observamos a forma de aquisição dos campos, conseguimos identificar em apenas sete oportunidades, sendo elas: data de terras (3); compra (2) e herança (2). Esses dados não nos possibilitam tirar maiores conclusões acerca do modo com que os pequenos produtores da fronteira do Jaguarão tinham acesso aos bens de raiz, uma vez que somados eles representam apenas 21% dentro do grupo que declaravam a posse da terra. Ao analisar esses dados preliminarmente, nos questionamos se o fato de essa ser uma região que se caracterizou no início do século XIX como um espaço de fronteira aberta, essa omissão de informações não representaria a posse pura e simples dos campos?

Quando confrontamos nossos resultados com a análise feita por Helen Osório através da *Relação de moradores de 1784*, percebemos que a posse era a forma de apropriação mais comum para os lavradores do meio rural, seguidos pelas concessões régias, por intermédio das datas de terras. Esse cenário não se repetiria nas outras categorias, principalmente no que se refere às datas de terras, o que indica que a extensão dessa propriedade não comportava uma criação de animais mais alargada⁸⁶. Conforme veremos no item a seguir, os pequenos produtores que estamos analisando também possuíam unidades produtivas mistas com o desenvolvimento da prática agrícola. Contudo, como a fonte utilizada por Helen Osório não compreende o espaço que estamos investigando por este ainda não pertencer oficialmente aos domínios lusos, não podemos confirmar essa prática além de levantá-la como uma das hipóteses para este fenômeno.

Uma outra adversidade encontrada ao buscarmos entender a situação fundiária dos pequenos produtores da fronteira do Jaguarão está expressa na carência de informações sobre a extensão das propriedades. Dentre esses inventariados, apenas em 15 casos a dimensão da terra foi mencionada tanto em seu comprimento quanto largura. Em outros 13 inventários, o proprietário enunciava “mais ou menos” o tamanho de sua propriedade e apenas uma medida era mencionada (comprimento ou largura); e outros 5 produtores nem sequer faziam alguma alusão à extensão da área que estava ocupando. Isso nos causou problemas pois ao buscarmos compreender a dimensão do espaço que ocupavam esses estabelecimentos rurais, não conseguimos apreender nenhum dado que nos sirva de média ou tendência para explicar o

⁸⁶ OSÓRIO, Helen. *Op. Cit.* 2007, pp. 99.

tamanho dessas unidades produtivas rurais, pois além de serem escassos, demonstraram ser muito volúveis, fazendo com que a propriedade variasse de 83 a 3.267 hectares⁸⁷.

Esta circunstância afetou também o próprio cálculo que queríamos fazer sobre o valor médio de um hectare de terra, como o que realizamos para os outros bens, em que dividimos por subperíodos. Para os intervalos de 1802-1810 e 1821-1828, possuímos somente um inventário que declara a extensão de comprimento e largura de suas terras, pois o restante ficou concentrado nos outros subperíodos. Dessa forma, o valor do hectare que encontramos de 754 réis correspondem para todo o recorte temporal de nossa pesquisa. Acreditamos que seja um dado genérico e que não deve ser generalizado, pois corresponde a um longo espaço-tempo e não conseguimos perceber sua variação, pois, em princípio, um hectare de terra valeria pouco mais que uma rês para o primeiro subperíodo e, posteriormente, começaria a significar quase metade do que custava esse animal, conforme o cálculo que realizamos na tabela 1 (vide pag.13). Todavia, está dentro da oscilação que Graciela Garcia encontrou para as terras que foram inventariadas - entre os produtores que detinham somente a posse de bens rurais - para todo o território do Alegrete no período de 1830, que foi de 250 a 1.050 réis⁸⁸.

Dentre os itens que buscamos trabalhar até agora, a questão fundiária se demonstrou a mais deficitária no grupo dos pequenos produtores da fronteira do Jaguarão. Acreditamos que esse seja um fato que deva ser melhor explorado pois percebemos que foi uma realidade constante naquelas paragens situações específicas quanto referentes à terra, como é o caso de Panciano Belles que possuía 42 reses “dispersas em terras alheias”⁸⁹. Um caso interessante também é o de Feliciano Pereira das Neves, em que suas 100 reses de criar estavam na estância de João Francisco de Souza, mas vem a ocorrer seu óbito e o dono das terras pede para que seus herdeiros retirassem os animais de sua propriedade por alegar que estavam fazendo peso junto ao seu rebanho. A partir deste momento, seus herdeiros percorreram também a Estância do Juncal deixando os animais, até optarem por deixar em definitivo uma parte de seu rebanho em posse de Feliciano Antonio dos Reis, amigo de seu pai⁹⁰. O que achamos mais intrigante em todo esse caso é o fato de, em meio a todo a esse imbróglio, um dos herdeiros ser acusado de querer encaminhar parte do rebanho para a Cisplatina, mas em nenhum momento a propriedade

⁸⁷ Nos inventários *post mortem* as medidas eram informadas em léguas e braças. Recordemos que uma légua enquanto 6600m², já as braças correspondiam a 2,20m². Logo após, convertíamos essas grandezas para hectares, medida utilizada atualmente e que 1 hectare corresponde a 10000m². Utilizamos esses dados conforme aponta a tabela de medidas antigas não decimais. Disponível em: <http://doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Medidas-antigas-nao-decimais.shtml>. Acessado em: 01/05/2017.

⁸⁸ GARCIA, Graciela Bonassa. *Op. Cit.* 2005, pp. 28.

⁸⁹ Inv. de Panciano Belles. APERS, 1º COAJ, 1810. Fundo 008. Cx. 008.0023.

⁹⁰ Inv. de Feliciano Pereira das Neves. APERS, 1º COAJ, 1831. Fundo 008. Cx. 008.0024.

fundiária é citada. Sendo assim, acreditamos que dentre os bens do patrimônio produtivo dos pequenos produtores de Jaguarão os quais estamos analisando neste estudo, a terra se caracterizou como aquele de mais fácil acesso. No início do século XIX, quando a região tinha como particularidade ser uma zona de fronteira aberta, na qual 51% desse grupo não tinham a propriedade fundiária em que estavam instaladas suas unidades produtivas, esse dado nos fornece subsídios para pensar que a obtenção desse recurso fluiu normalmente nessa região, no período em que estamos analisando. Ou seja, a propriedade ainda não havia sido monopolizada, tanto que é possível ter acesso ao uso da terra sem ser proprietário.

1.5 O desenvolvimento da agricultura e atividades complementares

Os estudos com os quais estamos dialogando no desenvolvimento do nosso trabalho trouxeram grande contribuição ao desmistificar a ideia erroneamente difundida de que a economia do Continente do Rio Grande de São Pedro no período colonial estaria calcada principalmente na atividade criatória. De fato, sua relevância era evidente para a economia sulina pois como demonstrou Helen Osório, a extração do couro nos próprios estabelecimentos rurais para sua venda teve uma notável importância durante o século XVIII, mas isso mudará principalmente após 1790 quando começará a se organizar a produção de charque. Em poucos anos essa fabricação desbancaria o couro como o principal produto que seria exportado do Continente do Rio Grande de São Pedro⁹¹. Mas ainda mais notável será a visibilidade que ganhará a atividade agrícola, representada no cultivo das mais variadas culturas, como o trigo, mandioca, feijão, entre outros produtos.

Até então a região pampeana que era vista como uma paisagem de grandes rebanhos, poderá ser observada sob uma nova perspectiva. A região do Alegrete, em que os campos eram de qualidade superior para a pecuária se comparados com os territórios de ocupação mais antiga, estavam presentes as lavouras destinadas ao abastecimento interno da alimentação, como aquelas voltadas para a fabricação da farinha de mandioca e o trigo⁹². Em Bagé, é inegável o fato de as unidades produtivas as quais por lá foram fixadas também buscaram complementar suas atividades para além da produção pecuária, uma vez que são incontestes os indicativos de produção agrícola para a região⁹³. Sem contar o espaço platino, em que tanto os inventários *post*

⁹¹ Para ter informações mais detalhadas sobre a evolução que a exportação do charque usufruiu na economia sul-rio-grandense, obter informações em: OSÓRIO, Helen. *Op. Cit.* 2007, pp.181-223.

⁹² FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Op. Cit.* 2010, pp.125.

⁹³ MATHEUS, Marcelo Santos. *Op. Cit.* 2016, pp.143-147.

mortem como os dízimos sobre os grãos nos demonstram que a atividade agrícola era tão desenvolvida quanto à pecuária⁹⁴.

Em Jaguarão, Gularte já nos demonstrou que a produção agrícola também se fez presente, uma vez que em sua amostragem encontrou indicadores de tal prática como a grande presença de bois mansos e equipamentos/instrumentos como atafona, arado, moinho, foices, carro e o armazenamento de trigo⁹⁵. Mas os pequenos produtores também investiram nessa prática? Através dos inventários *post mortem* conseguimos encontrar apontamentos que nos demonstrem essa realidade?

Para este fim, realizamos a mesma análise feita por Helen Osório⁹⁶, por sua vez baseada em Garavaglia⁹⁷, para verificar a prática da agricultura. O resultado que expomos no gráfico abaixo é decorrente de uma verificação em que procuramos identificar a frequência com que apareciam todos os instrumentos que consideramos ser necessários para a prática da agricultura. Além disso, também separamos nesse diagnóstico as menções que eram feitas às lavouras e ao armazenamento do trigo pelos pequenos produtores.

Gráfico 9- Frequência de meios de produção e menção a lavoura e trigo nos inventários *post mortem* dos pequenos produtores de Jaguarão (1802-1835).

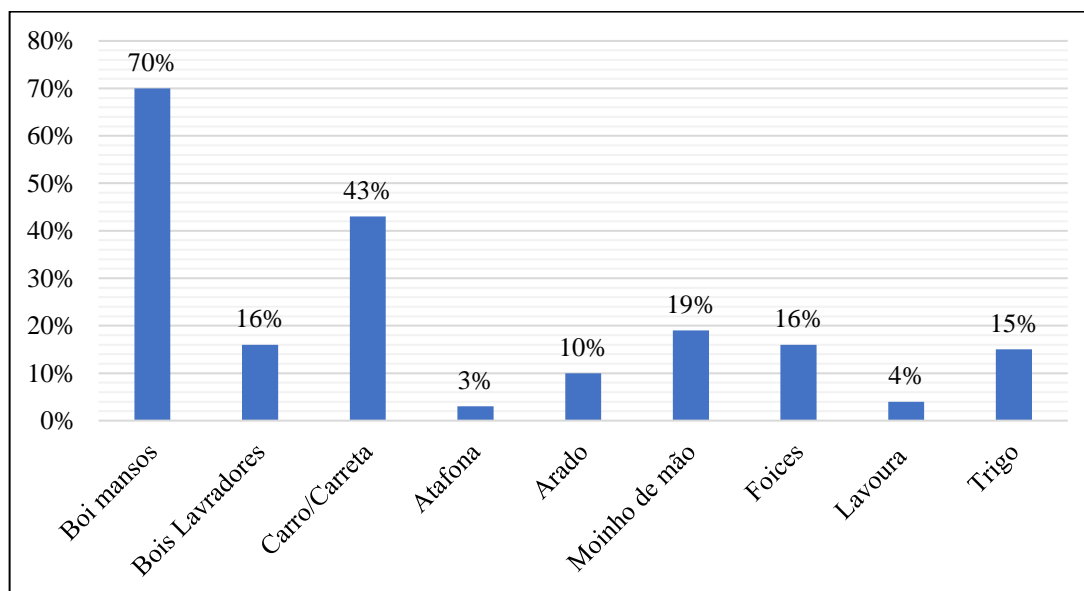


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: 67 inventários *post mortem*. APERS.

⁹⁴ GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Op. Cit.* 1999, pp.176-181; GELMAN, Jorge. *Op. Cit.* 1992, pp.58.

⁹⁵ GULARTE, Gustavo. *Op. Cit.* 2015, pp. 83.

⁹⁶ OSÓRIO, Helen. *Op. Cit.* 2007, pp. 171-172.

⁹⁷ GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Op. Cit.* 1999, pp. 176-178.

Percebemos a grande presença de bois em nosso universo documental. De acordo com Helen Osório, os bois mansos eram utilizados como animais de tração para carretas, atafonas e arados, os quais são um dos indicativos de prática da agricultura, e aliados eram os principais instrumentos para o cultivo da farinha de trigo e mandioca⁹⁸. Nota-se que nos inventários dos pequenos produtores, os bois mansos estão presentes em 70% dos estabelecimentos rurais. Já os carros/carretas, atafonas e arados, respectivamente, 43%, 3% e 10%. Conjugados, esses são indícios suficientes de que a atividade agrícola era desenvolvida naquele espaço. Mas quando encontramos que em 15% dos inventários o trigo é mencionado, não nos restam dúvidas do fato, de modo efetivo, que a agricultura teve grande importância nessas pequenas unidades produtivas rurais.

Mas no que se refere somente aos instrumentos e equipamentos (em nosso caso: bois lavradores, atafona, arado, moinho de mão e foices), Helen Osório utilizou como critério para definição da unidade produtiva rural que se dedicasse também à prática de atividades agrícolas àquelas que declarassem dois desses aparatos entre seus bens⁹⁹. Ao tomarmos isto como parâmetro, baseados nos instrumentos e equipamentos, em apenas 27% dos inventários *post mortem* nos revelariam que os pequenos produtores da fronteira do Jaguarão integrariam a atividade criatória junto à agricultura. Mas isso representaria que os pequenos produtores da fronteira do Jaguarão não se dedicariam tanto a esta atividade? Possivelmente esse material não nos revela tantas informações pois os pequenos produtores talvez não tivessem muitas condições econômicas que lhes permitissem comprar equipamentos mais refinados e, conseqüentemente, mais caros, como as atafonas que em nosso universo documental só estão presente em 3% dos documentos.

Além disso, há de se considerar a ponderação de Farinatti quanto a não declaração ou avaliação de instrumentos nos inventários *post mortem*, e esta advertência se torna mais apropriada devido ao grupo que estamos trabalhando. A inexistência de instrumentos agrícolas não nos permite afirmar que em determinada unidade produtiva rural não se praticava a agricultura, pois só eram inventariados aqueles instrumentos que estavam em boas condições e que seu material era constituído de lâminas ou pontas de metal. Sendo assim, “os instrumentos com partes de ferro, principalmente se estavam velhos, eram de baixíssimo valor e podiam simplesmente deixar de ser avaliados”¹⁰⁰. Logo, não é de se desconfiar que muitas ferramentas podem ter sido deixadas de lado pelos avaliadores devido ao seu baixo valor monetário.

⁹⁸ OSÓRIO, Helen. *Op. Cit.* 2007, pp.162.

⁹⁹ Idem, 2007, pp. 171.

¹⁰⁰ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Op. Cit.* 2010, pp.127.

Porém, temos um outro aspecto que deve ser mencionado, o qual consiste nas relações sociais que estavam presentes no meio rural. Conforme observamos no item 1.4, concernente as terras, mais especificamente no inventário de Feliciano Pereira das Neves¹⁰¹, ressaltamos que na falta da propriedade fundiária este contou com a ajuda de terceiros para depositar seu rebanho em terras alheias. Desse modo, o mesmo não poderia ocorrer com as ferramentas? Não teria como existir uma relação de empréstimo entre os moradores da fronteira do Jaguarão? Este propósito já foi comprovado por Garavaglia para o território do Rio da Prata, que ao analisar a região da Campanha de Buenos Aires, encontra inúmeros testemunhos em inventários e testamentos de colaboração e empréstimos entre os lavradores do território, tanto de ferramentas quanto de animais. Em determinado relato, afirmavam esses paisanos:

“... entre los labradores no se acostumbra alquilar bueyes pa las labranzas porque nunca falta quien empreste estos quando el labrador sea tan pobre y miserable que no tenga los bueyes... Para los dias de siembra unos a otros se prestan los arados com peón y bueyes con cargo de bolverlo em los mismos términos...”¹⁰².

Essa situação nos fez levar em consideração os bois lavradores como um caso específico. Como podemos observar, eles aparecem em 16% das unidades produtivas rurais dos pequenos produtores da fronteira do Jaguarão. Apesar de não termos indícios de que esses animais poderiam ser usados em tais praxes de reciprocidade - além também de serem utilizados como animais de tração - optamos por levá-los em consideração enquanto um instrumento da prática agrícola, que poderia ser usado em tais situações. Helen Osório já havia desconfiado que esses animais poderiam estar envolvidos em tais conjunturas, principalmente por ter encontrado produtores que não possuíam ferramentas, mas mencionavam a presença desses animais¹⁰³. Encontramos situações semelhantes como no estabelecimento rural de José Quadrado, no qual nenhuma ferramenta foi inventariada, mas 2 juntas de bois lavradores estavam avaliadas¹⁰⁴. Também temos o caso de Panciano Belles, que não declarava terras e possuía parte de seu rebanho em terras alheias. Em contrapartida, menciona o cultivo do trigo e declara a posse de 6 bois lavradores¹⁰⁵. Seria errôneo questionarmos a ocorrência de tais concessões em Jaguarão? Panciano Belles não poderia ceder ferramentas e animais em troca de

¹⁰¹ Inv. de Feliciano Pereira das Neves. APERS, 1º COAJ, 1831. Fundo 008. Cx. 008.0024.

¹⁰² GARAVAGLIA, Juan Carlos. “De ‘Mingas’ y ‘Convites’: La reciprocidad campesina entre los paisanos rioplatenses”. IN: _____. *Poder, conflicto y relaciones sociales*. El Río de la Plata, XVIII-XIX. Rosário: Homo Sapiens, 1999. pp. 16.

¹⁰³ OSÓRIO, Helen. *Op. Cit.* 2007, pp.172.

¹⁰⁴ Inv. de José Quadrado. APERS, 1º COAJ, 1806. Fundo 008. Cx. 008.0023.

¹⁰⁵ Inv. de Panciano Belles. APERS, 1º COAJ, 1810. Fundo 008. Cx. 008.0023.

depositar seu rebanho na propriedade fundiária de outro produtor, já que não possuía? Como não temos sinais que nos comprovem a ocorrência desses fatos, apenas levantamos essa hipótese como um dado para futuros estudos que queiram se debruçar e compreender as dinâmicas sociais que percorriam esse amplo espaço.

Temos ainda a menção ao trigo e as lavouras nas unidades produtivas rurais dos pequenos produtores aqui estudados. Como podemos observar, há alusões em 15% dos inventários a este produto e 4% às lavouras. Isso já nos aponta para a proeminência que a produção tritícola teve nessas propriedades, pois além de a maioria dos indícios encontrados serem destinados para este fim, ainda são inventariados muitos alqueires desse grão. Ao contrário da farinha de mandioca e outros produtos alimentícios, como o feijão e o milho, encontrados por Helen Osório para a Capitania do Rio Grande de São Pedro¹⁰⁶ e Farinatti para a região do Alegrete¹⁰⁷, mas nunca mencionados nos documentos que estamos trabalhando.

A farinha de trigo foi um dos principais artefatos destinados, fundamentalmente, para suprir as necessidades do mercado consumidor interno, local e da América lusa. Sua implantação teria ocorrido com a vinda dos casais açorianos para o Continente do Rio Grande de São Pedro, em que as primeiras construções de moinhos de trigo remontam ao período de 1773¹⁰⁸. Esse produto atingirá seu apogeu de exportação no quinquênio de 1811 a 1816, quando representará o segundo produto com maior representatividade nas exportações que eram realizadas na Capitania. Contudo, uma série de fatores contribuíram para sua vertiginosa queda de produção e comercialização, como as sucessivas guerras e a própria lucratividade da pecuária¹⁰⁹. Por outro lado, o crescimento da produção da farinha de trigo norte-americana foi exponencial e decorreu logo após a Guerra de Independência, a isso soma-se o apoio do governo a esses produtores o qual foi de fundamental importância, ocasionando o fortalecimento da produção tritícola daquele país. Dessa forma, esse produto estrangeiro adentrou ao mercado carioca e acabou enfraquecendo aquele produzido por estas bandas no transcorrer do período de 1820, vindo especialmente da Filadélfia¹¹⁰.

Dito isso, reparamos que os 15% dos inventários *post mortem* que mencionam a presença do trigo em sua propriedade, nenhum deles é posterior ao período de 1821. Além disso, sua grande maioria está concentrada entre 1810-1820, temporada em que ocorre o maior

¹⁰⁶ OSÓRIO, Helen. *Op. Cit.* 2007, pp. 172.

¹⁰⁷ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Op. Cit.* 2010, pp. 126.

¹⁰⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: agropecuária e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. pp. 153-157.

¹⁰⁹ OSÓRIO, Helen. *Op. Cit.* 2007, pp. 198-199.

¹¹⁰ BROWN, Gregory G. The impact of American flour imports on Brazilian wheat production: 1808-1822. *The Americas*, vol. 47, N° 3, Jan. 1991. pp. 315-336.

fluxo na importação dessa mercadoria para o Rio de Janeiro com saída do porto de Rio Grande¹¹¹. Cabe ressaltar que encontramos evidências no inventário de Francisco José Rodrigues Fontes, dono de uma Canoa, que nos permitem afirmar que Jaguarão mandava remessas de trigo para a região portuária Rio Grande¹¹².

Apesar de terem quase o mesmo índice de frequência que o trigo, as foices, instrumentos utilizados para ceifar este grão, não apresentam uma regularidade no modo com que são inventariadas. Em princípio, não iríamos utilizá-las como indício de prática da agricultura, mas fomos analisar os inventários *post mortem* que declaram o trigo com o intuito de refinar nossa análise e podermos compreender melhor esta variável. Contudo, nos inventários que declaram o trigo e também mencionam esses equipamentos, estes aparecem em um único documento como “foice”, e em outros dois momentos como “foices de ceifar” ou “foices de ceifar trigo”. Além disso, encontramos inventários que não mencionavam a presença do cultivo deste produto, como Francisco de Farias, mas tinha em seu estabelecimento rural foices de cortar trigo¹¹³. Logo, é prudente ressaltarmos que Helen Osório já nos atentava para o fato de os inventários *post mortem* serem uma fonte muito incompleta para os bens relativos à agricultura, como as lavouras ou a própria produção, devido ao caráter temporário das culturas que eram lavradas pelos produtores e o momento em que o documento era realizado, pois poderia passar despercebido tais dados¹¹⁴.

A título comparativo, elaboramos o quadro abaixo em que colocamos lado a lado os dados referentes aos indicativos de agricultura encontrados nos inventários *post mortem* em nosso estudo, os de Gustavo Gularte que abrange uma amostragem de todos os tamanhos de unidades produtivas rurais de Jaguarão e para os pequenos produtores da Capitania do Rio Grande de São Pedro trabalhado por Helen Osório. O intuito desse procedimento é o de podermos perceber o desenvolvimento dessa atividade na região que estamos estudando, para além de mantermos um maior diálogo com a historiografia sobre este tema.

¹¹¹ BROWN, Gregory G. *Op. Cit.* 1991. pp. 320.

¹¹² Inv. de Francisco José Rodrigues Fontes. APERS. 1º COAJ. Fundo 008. Cx. 008.0024.

¹¹³ Inv. de Francisco de Farias. APERS. 1º COAJ, 1812. Fundo 008. Cx. 008.0023.

¹¹⁴ OSÓRIO, Helen. *Op. Cit.* 2007, pp.172.

Tabela 3. Frequência de meios de produção e menções a atividades agrícolas em Jaguarão e na capitania do Rio Grande de São Pedro

Pequenos produtores de Jaguarão (1802-1835)		Unidades produtivas rurais de Jaguarão (1801-1835)		Pequenos produtores Capitania Rio Grande de São Pedro (1780-1825)	
Meio de produção	% dos inventários	Meio de produção	% dos inventários	Meio de produção	% de inventários
Boi manso	70%	Boi manso	81%	Bois	70%
Bois Lavradores	16%	Carro/Carreta	47%	Carro/Carreta	33%
Carro/Carreta	43%	Atafona	10%	Atafona	9%
Atafona	3%	Arado	22%	Arado	24%
Arado	10%	Moinho	26%	Moinho	23%
Moinho de mão	19%	Foice de trigo	17%	Foices de trigo	29%
Foices	16%	Lavoura	17%	Forno	14%
Lavoura	4%	Trigo	10%	Prensa	13%
Trigo	15%	Foices	8%	Roda	11%

Tabela elaborada pelo autor.

Fonte: para os pequenos produtores de Jaguarão- 67 inventários *post mortem*. APERS.

Para as unidades produtivas rurais de Jaguarão, ver: GULARTE, Gustavo. *Op. Cit.* 2015, p. 83.

Para os pequenos produtores da Capitania do Rio Grande de São Pedro, ver: OSÓRIO, Helen. *Op. Cit.* 2007, p.171.

Quando realizamos este quadro comparativo, o primeiro dado que nos chamou atenção foi a maior diversidade de instrumentos e equipamentos que Helen Osório encontrou nos inventários pesquisados, como forno, roda e prensa. Estes, por sua vez, não são característicos de Jaguarão, pois tanto em nosso estudo quanto no de Gularte não são inventariados, o que nos aponta que nesta região o eixo norteador da produção agrícola era o trigo, em que são mencionados em 15% dos inventários de pequenos produtores de nosso universo documental e em 10% da amostragem de Gularte. Já no estudo de Helen Osório, foram mencionadas apenas 18 lavouras de trigo, o que corresponderia a 9% da amostragem de pequenos produtores com que esta autora trabalhou¹¹⁵. Todavia, a diversidade de produtos cultivados que foi encontrado em posse dos pequenos produtores estudados por Osório, os quais além de mencionarem o trigo, também semeavam a mandioca, o milho, feijão e a cana-de-açúcar, em nenhum momento são referidos nos documentos pesquisados em Jaguarão. Apenas são declaradas lavouras, que entre os pequenos produtores são frequentes em 4% dos inventários e no âmbito de todas as unidades produtivas representam 17%. Pode-se supor que ocorria o cultivo de outros produtos alimentícios nessa região de fronteira, mas até agora apenas a produção tritícola foi mais

¹¹⁵ OSÓRIO, Helen. *Op. Cit.* 2007, pp. 172.

tangível. Sendo assim, torna-se necessário mais estudos que busquem compreender a agricultura e o próprio mercado nesta zona, dado sua proximidade com a região portuária de Rio Grande.

Até este momento tratamos das atividades agrícolas que eram desenvolvidas nessas unidades produtivas rurais, mas não tocamos em um assunto imprescindível para o desenvolvimento dessas atividades, a saber: a mão de obra. Com a alta média de cativos encontradas nos inventários *post mortem*, supõe-se e acreditamos que estes eram empregados nas mais variadas atividades, tanto no costeio do gado quanto na agricultura. Mas conseguimos perceber através destes documentos a proporção de trabalhadores escravos que eram destinados a agricultura? Ou melhor, os escravos roceiros os quais são destinados para a prática agrícola, são mencionados nos documentos que estamos analisando?

Em relação a este fato, Helen Osório já havia ressaltado a pouca frequência com que individualizam os escravos por ocupação nos inventários *post mortem*¹¹⁶, mas em nosso caso fica ainda mais evidente. Estamos trabalhando com um conjunto de 269 trabalhadores escravos em que apenas 6 (2%) tem sua ocupação declarada, sendo 3 roceiros (trabalhadores dedicados a atividade agrícola) e 3 campeiros (empregado no costeio do gado), o restante não nos é possível ter acesso a essas informações. Acreditamos que por estarmos lidando com um grupo bem específico em que o acesso a mão de obra cativa, apesar de ter ocorrido de forma estável, era mais dificultoso se comparados aos grandes proprietários, esses trabalhadores eram empregados em todas as atividades que fossem necessárias para que mantivessem o pleno desenvolvimento da unidade produtiva rural.

Conforme podemos perceber, sabemos que através da diversificação de seus rebanhos esses pequenos produtores complementavam as atividades que eram desenvolvidas em suas unidades produtivas rurais, as quais também demandavam a mão de obra de trabalhadores escravizados. Como exemplo disso temos a grande frequência de ovinos que encontramos nos estabelecimentos rurais, os quais aliados com a presença do tear em 20% dos inventários que declaravam a posse desses animais, revelaram-nos indícios da produção lanar e do artesanato de tecidos. Também citamos a presença das vacas leiteiras entre as espécies de seus animais, nos oferecendo outros vestígios das atividades que por aquelas paragens eram desenvolvidas. Além disso, temos a cria de mulas e a doma de cavalos, sendo esta última espécie uma das que mais representavam no rebanho dos pequenos produtores. Logo, eram variadas as atividades

¹¹⁶ OSÓRIO, Helen. *Op. Cit.* 2007. pp. 149.

que demandavam de braços para que a unidade produtiva rural se mantivesse em pleno funcionamento.

Neste capítulo procuramos caracterizar as unidades produtivas rurais dos pequenos produtores da fronteira do Jaguarão, considerando aqueles que tinham a posse de até 150 reses. Para tanto utilizamos os inventários *post mortem*, que totalizaram um universo documental composto por 67 documentos a partir de nosso critério de seleção, com exclusão de alguns casos em particular. O primeiro fato que nos chamou atenção foi a grande presença de pequenos estabelecimentos rurais, pois se levarmos em consideração a totalidade de documentos disponíveis para o espaço que estamos analisando, estes representavam 44% do conjunto.

Na análise dos dados, começamos a perceber a importância dos escravos no monte-mor dos patrimônios dos pequenos produtores que estamos estudando, ao contrário do que ocorria nas estâncias em que os animais sobrepujavam os outros bens produtivos. Além disso, a média de 4,6 escravos nos estabelecimentos rurais de pequena produção nos fez direcionar um capítulo em específico para tratar deste assunto. Em nosso cenário, o trabalho cativo esteve tão solidificado que, em determinado momento, chegou a corresponder à metade dos bens que eram declarados nas unidades produtivas rurais, correspondendo um trabalhador escravo a um elevado número de reses, sendo que este animal seria de grande importância comercial para aquela época devido à extração do couro e ao charque. Em sequência, viriam, respectivamente: terras, animais e equipamentos/instrumentos.

Na sequência do trabalho realizamos um exame sobre os rebanhos inventariados pelos pequenos produtores da fronteira do Jaguarão, em que ficou identificado a diversidade de espécies de animais que os compunham, assim como as atividades que poderiam ser desenvolvidas para com estes. Através dessa etapa, percebemos que o gado vacum compunha a grande maioria do rebanho, sendo a maior parte tanto em número de animais quanto na participação do patrimônio declarado no que concerne a estes. Os equinos geralmente oscilavam com os ovinos, ficando os bois e muares com menores participações, respectivamente. Os ovinos tiveram uma consideração maior, pois sua média de animais e a grande participação desta espécie nos rebanhos nos fizeram apontar para uma produção, embora modesta, de lã nessas pequenas unidades produtivas rurais.

A propriedade fundiária foi o aspecto mais dificultoso a ser trabalhado nessa pesquisa. Elencamos a dificuldade encontrada em relação às omissões ou falta de informações, que foi o

principal empecilho para que pudéssemos problematizar esse aspecto com mais especificidades. Porém, ainda conseguimos perceber que a grande maioria dos pertencentes ao grupo que estamos analisando não possuíam a propriedade da terra, mas alertamos para o fato de uma categoria em particular representar metade dessa população, que seriam os agregados.

Por fim, buscamos evidências que nos atestassem a prática de atividades agrícolas, como a declaração de instrumentos e equipamentos. Mesmo que a menção da ocupação dos cativos tenha sido escassa, pois os escravos roceiros são também um indício desta atividade rural, conseguimos obter resultados suficientes sobre a diversificação de atividades nessas pequenas unidades produtivas rurais. Através disso, identificamos que os pequenos produtores da fronteira do Jaguarão também praticavam a agricultura, especialmente o trigo, nos deixando-nos inclusive menções de suas lavouras e do próprio grão que cultivavam.

CAPÍTULO 2

Os vínculos de agregação entre os pequenos produtores da fronteira meridional (1802 – 1835)

No capítulo anterior, através da análise serial, compreendemos as atividades agropecuárias que eram desenvolvidas em Jaguarão e figuravam como as principais responsáveis pelo desenvolvimento econômico das unidades produtivas da zona rural e daquela região de fronteira em nosso recorte temporal de análise. Nessa investigação, constatamos a ampla presença de pequenos produtores que não possuíam a propriedade da terra entre seus bens inventariados, constituindo 51% de nosso universo documental composto por 67 inventários *post mortem*. Entretanto, este fato não impedia de que os mesmos estabelecessem seus domicílios e, por aquelas bandas, desenvolvessem sua labuta.

Porém, nesse conjunto de produtores que não possuíam a propriedade da terra declarada, destacava-se um grupo que compunha quase metade dos casos que nos propomos examinar, manifestos nos documentos consultados como agregados. Encontramos essas situações nos inventários *post mortem* de 15 dos pequenos produtores que possuíam até 150 reses. Em todos os casos, conseguimos identificar esta condição na qual viviam as famílias estudadas no momento da declaração dos bens de raiz por parte do inventariante da pessoa falecida. Nesta etapa, o responsável por manifestar o patrimônio do inventariado, além de afirmar que o mesmo não possuía campos, o designava como agregado em terras de uma determinada pessoa, geralmente, no caso aqui estudado, alguém ligado ao círculo familiar, conforme será abordado mais adiante. Desta forma, buscaremos compreender neste capítulo se o fato de agregar-se é uma resposta econômica a limitações de recursos ou se este mecanismo faz parte de um conjunto de relações sociais e uma prática de acesso a pecúlios nessa via "relacional".

O fenômeno apresentado neste capítulo, a agregação, tem sua existência já amplamente mencionada mas pouco debatida pela historiografia do período colonial; em virtude disso, ainda muito pouco se avançou sobre o conhecimento desta categoria. Em sua dissertação de mestrado, defendida em 1990, Helen Osório já alertava para a necessidade das futuras pesquisas que pretendessem explorar o período colonial no Continente do Rio Grande de São Pedro, buscassem determinar o caráter que encobria as relações sob o termo *agregado*¹¹⁷. Contudo, grande parte das pesquisas desenvolvidas estão concentradas na região que pertencia à

¹¹⁷ OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. 1990. 248f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990. p. 231.

Capitania de São Paulo em finais do século XVIII e início do XIX, assim como as fontes empregadas para o entendimento dessa ocorrência são análogas, sistematicamente sendo feito o uso das listas nominativas. Estes estudos, por sua vez, regularmente se preocupam com a composição dos domicílios e, inevitavelmente, dada a natureza do material utilizado e a grande disseminação desse agente/agregado na sociedade da América portuguesa. Porém, é bastante enfatizado o fato de que este sujeito buscava essa alternativa devido ao fato de não poder viver de um modo autônomo. Mas esta pode ser uma argumentação a qual aplica-se a todo o território da América portuguesa?

Além de ser um momento crítico na reprodução de qualquer grupo familiar, principalmente as famílias novas que ainda não estão estruturadas, a formação de um domicílio envolve inúmeras estratégias de diferentes características para que o casal possa levar uma vida independente e consiga criar os seus filhos¹¹⁸. Por sua vez, Levi já alertava para o fato de as estruturas familiares serem entendidas como um modo de preencher um espaço onde cálculos econômicos representavam apenas de maneira parcial e distorcida, uma vez que o seu intuito era a procura por segurança. Além disso, essa sociedade possuía em seus indivíduos agentes conscientes da imprevisibilidade que organizava cada comportamento, ou seja, “se adaptam às situações que os ciclos de vida, os acontecimentos políticos ou econômicos externos e os incidentes mais inesperados podem, aos poucos, criar”¹¹⁹. Sendo assim, não necessariamente a ordenação econômica é o único elemento que molda a sociedade, mas as dinâmicas familiares também afetam as escolhas de caráter econômico dos indivíduos, sua estrutura agrária, de modo que sejam resultado das demandas pessoais em detrimento de uma estratégia familiar, podendo até subordiná-la.

Neste capítulo, tendo em vista o debate em torno dos agregados no período colonial, nos propomos a provocar e explorar mais uma reflexão acerca desses sujeitos, que acreditamos definir mais um tipo de relação social do que, necessariamente, um grupo social coeso. Foi um longo e penoso caminho até conseguirmos materializar os resultados dessa pesquisa, devido ao fato da pouca documentação produzida por esses agentes. Nosso trabalho começou nos arquivos judiciais, onde analisamos inventários *post mortem* dos “agregadores”, aqueles os quais denominaremos aqui, como os proprietários da propriedade fundiária em que o agregado vivia e mantinha suas benfeitorias, animais e plantações. Mas como conseguimos chegar até o

¹¹⁸ GOMES, Luciano Costa. *Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802*. 2012. 292 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. pp. 170.

¹¹⁹ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp. 104.

agregador? Quando o inventariante declarava que o inventariado estava agregado, em todos os 15 casos era mencionado o nome da pessoa com a qual estavam vivendo nessa situação. Em posse dessas informações, utilizamos o método onomástico como ferramenta, em que o nome é alçado à categoria de fio condutor da pesquisa¹²⁰. Neste momento, começamos uma empreitada na busca pelos inventários *post mortem* desses proprietários da terra onde estavam os pequenos produtores agregados, pois dado a inúmera repetição nos nomes, foi um trabalho que se prolongou por longos meses e pesquisamos em mais de 100 inventários¹²¹. Foi necessário levar em consideração todas essas localidades no momento da pesquisa devido ao desdobramento das Comarcas poderem abranger nosso recorte espacial de análise, Jaguarão. Por outro lado, também tivemos o cuidado de pesquisar essas regiões e averiguar se encontrávamos os inventários *post mortem*, em especial Rio Grande, pois tínhamos consciência do fato da mobilidade espacial da população colonial ser uma característica contínua. Apesar de procurarmos em todas essas ferramentas disponíveis, encontramos apenas cinco inventários *post mortem* de agregadores e dois testamentos, os quais nos proporcionam problematizar a categoria de agregado e discutir aspectos circundantes dessa relação, assim como os vínculos familiares desse grupo e as estratégias empregadas nas unidades produtivas.

Paralelamente à pesquisa dos arquivos judiciais conjugamos a análise da documentação administrativa, acessando aos fundos documentais correspondentes à Câmara de Vereadores de Jaguarão (1833 – 1835), a Autoridades Militares (correspondência e códices) e à Estatística¹²². A análise da documentação administrativa deixou claro a ideia de que a figura do agregado era disseminada pela sociedade sulina do Oitocentos, dado ao fato das várias menções e registros quantitativos em censos demográficos encontrados no fundo Estatística¹²³.

¹²⁰ GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: _____. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1989. pp. 175.

¹²¹ Foram consultados os catálogos referentes aos documentos da escravidão disponíveis no APERS para que pudéssemos encontrar os sujeitos que estávamos procurando, além da utilização de relatórios de inventários das Comarcas de Santa Catarina (1763 – 1811); São Pedro do Rio Grande e Santa Catarina (1812 – 1821); Rio Grande do Sul (1822 – 1832); Piratini (1833 – 1880) e Rio Grande (1833 – 1880).

¹²² Essas fontes encontravam-se no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), o qual alegava passar por problemas estruturais e, em decorrência disso a pesquisa nessa instituição estava em uma situação delicada, devido aos cortes realizado pelo governo na área da educação e ciência.

¹²³ O fundo Autoridades Militares, o qual consiste nas Correspondências recebidas pelo Governador da Província do Rio Grande de São Pedro dos Comandantes das fronteiras e guardas, está repleto de menções a agregados vivendo inclusive em terras de militares desde o princípio do povoamento da região que é o nosso objeto de estudo. Além disso, no fundo Estatística são encontrados censos, os quais excedem nosso recorte temporal, onde a permanência desse sujeito é uma característica saliente e visível. Nestes censos, o número de agregados nas unidades produtivas de Jaguarão é superior ao de peões. Sendo assim, neste trabalho podemos estar capturando uma característica estrutural dessa sociedade. Para ver esses censos: Mapas Estatísticos e Territoriais de Agros e Fazendas de Criar, 1847 e 1848. AHRS – Fundo Estatística. Maço 1.

Sendo assim, o resultado desta empreitada fez com que dividíssemos o capítulo em dois temas específicos, com os quais acreditamos ser possível entender a categoria e a relação social em torno dos agregados encontrados em Jaguarão. E também ajudar-nos a compreender a sua inserção no mundo rural, de modo que possamos contribuir para um aprofundamento da interpretação sobre quem eram esses sujeitos e qual papel desempenhavam nesse ambiente.

No primeiro subcapítulo, buscamos compreender os agregados à luz da comparação com outras categorias econômicas já utilizadas pela historiografia e os analisamos de maneira com que pudéssemos compreender se existia alguma diferença, a partir de um critério econômico, entre ser agregado e possuir/não possuir a propriedade da terra. Assim como no capítulo anterior, iremos nos deter em analisar o perfil econômico e produtivo desse sujeito, identificando de que maneira eles se posicionavam na estrutura agrária local. Além disso, nos propomos a problematizar a existência da categoria de agregado em outro grupo tão frequente no meio rural, aqueles que não possuíam a propriedade da terra.

No segundo subcapítulo, analisaremos os agregados no contexto de suas relações familiares. O objetivo é analisar os vínculos existentes entre o agregador e o agregado, caracterizando os diferentes tipos de agregação, a influência do ciclo de vida familiar e as estratégias familiares empregadas para manutenção da estrutura daquela família e unidade produtiva. Estes itens reforçarão a tese de que os agregados e os pequenos produtores, foco de nossa análise, tinham relações específicas, cumprindo uma função dentro da família e dos seus ciclos produtivos.

2.1. A agregação a partir de uma perspectiva econômica

Essa provocação surgiu, basicamente, da análise do trabalho de Graciela Garcia sobre a estrutura agrária de Alegrete ao longo do século XIX¹²⁴ e que foi reiterada por Farinatti¹²⁵ em sua tese de doutoramento. Ambos enfatizam as grandes possibilidades que existiram na primeira metade do século XIX de ser um pequeno produtor sem a necessidade de possuir a propriedade da terra inventariada em seus bens, cenário bastante diverso daquele encontrado a partir de 1850, conforme demonstrado por Garcia¹²⁶. Para estes autores, sobretudo na primeira

¹²⁴GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista*. 2005. 191 f. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005

¹²⁵FARINATTI, Luís August Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010. pp. 444-445.

¹²⁶Após este período, com a Lei de Terras promulgada em 1850, na qual as propriedades tiveram seus preços elevados e a possibilidade de apropriar-se de um campo devoluto sem qualquer tipo de ônus, acabou cerceando as

metade do século XIX - calcado pela extrema imprecisão de limites¹²⁷ -, os estabelecimentos rurais dos pequenos produtores/posseiros acabaram sendo absorvidos pela expansão das estâncias vizinhas, ou de doações de sesmarias as quais se estendiam ilegalmente por seus domínios até 1822.

Diversos autores, como a própria Graciela Garcia, demonstram por meio da análise judicial que o processo de monopolização não ocorreu sem conflitos¹²⁸, diversos sujeitos, incluindo pequenos posseiros buscaram a justiça para legitimar e proteger suas posses. Contudo, a via judicial parece não ter sido o único caminho que possibilitou a existência desses produtores. Luiz Augusto Farinatti procurou demonstrar aspectos de negociação e acomodação que também envolveram estratégias dos pequenos posseiros diante dos processos de monopolização fundiárias ocorridos na primeira metade do século XIX. Segundo o autor, “o posseiro, mais fraco socialmente, acabava por reconhecer a propriedade e tornar-se agregado”¹²⁹. Conforme aponta Farinatti, sua posse seria precária, pois não poderia vendê-la ou transmiti-la legalmente por herança, mas seu direito de uso o qual baseava-se no costume e experiência sua e de seus familiares, desempenhavam um papel importante no estabelecimento daquilo que julgava serem seus direitos e deveres. Além disso, este contexto balizava na medida do possível, a relação do posseiro com o proprietário da terra a qual estava agregado.

O cenário em que pequenos produtores se agregam a grandes proprietários já é ressaltado pela historiografia, embora não ocorra uma problematização maior em torno dessas relações. No Recôncavo Baiano durante o período de 1780-1860, através do uso de censos e registros de terras, Barickman demonstrará a presença de pequenos produtores cultivando em campos de senhores de engenho, devido ao dilatamento dessas propriedades, muitos quinhões desses empreendimentos ficavam incultos.

Em um dos censos realizado pelo Vigário de Iguape – importante freguesia açucareira do Recôncavo – Barickman procurou confrontar esses resultados com os registros de terra dessa localidade. Nisso, demonstrou-nos a presença de 272 pequenos agricultores sendo mencionados, mesmo que esses documentos registrassem a monopolização fundiária dessa

possibilidades de um amplo número de produtores alcançarem algum nível de produção autônoma. Somado a isso, deve-se ressaltar o início da crise do trabalho escravo. Ver mais em: GARCIA, Graciela Bonassa. *Op. Cit.* 2005. pp. 19-67.

¹²⁷ A imprecisão dos limites como característica dos estabelecimentos rurais na sociedade sulina do Oitocentos é amplamente debatida pela historiografia tangente a este tema, inclusive durante o século XVIII nos locais de ocupação mais antiga. Ver em: OSÓRIO, Helen. *Op. Cit.* 2010.

¹²⁸ Idem. 2005. pp. 101-177.

¹²⁹ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Op. Cit.* 2010. pp. 445.

freguesia nas mãos de menos de 50 pessoas. Logo, é salientado que para estes sujeitos, “na Bahia, como no Sudeste, era mais comum usar o termo ‘agregado’”¹³⁰.

Deve-se salientar que várias terminologias eram aplicadas para caracterizar esses agentes. Porém, no espaço trabalhado por Barickman e a fonte utilizada pelo mesmo, a nomenclatura empregada para o agregado variava de acordo com o agente responsável por realizar o censo. Em decorrência disso, duas expressões são mencionadas pelos agentes censeadores de Iguape, a saber: o agregado doméstico e o agregado¹³¹. Apesar de Barickman relacionar a classificação desses indivíduos com aqueles encontrados nas listas nominativas da Capitania de São Paulo, devemos alertar para algumas diferenciações.

A principal delas consiste no contexto onde encontravam-se esses sujeitos, pois percebemos que em muitos casos, apesar do alargamento das propriedades fundiárias dos engenhos de cultivo da cana-de-açúcar, este fato não foi um impeditivo para que esses pequenos produtores agregados conseguissem granjear seu pedaço de terra. Situação esta que será completamente oposta na Capitania de São Paulo, onde a grande gama desses sujeitos estava agregada em fogos já chefiados e, como apontam os estudos examinados, a grande maioria era utilizada como mão de obra devido ao alto custo do trabalho cativo¹³². Além disso, para a Vila de Itu, conforme demonstra Eni de Mesquita Samara, apesar desta região nos primórdios de sua ocupação caracterizar-se por comercializar apenas excedentes agrícolas, logo após, também verá sua economia florescer na segunda metade do XVIII devido ao desenvolvimento dos engenhos de cultivo da cana-de-açúcar. Mas ao contrário do Recôncavo Baiano, o agregado é apresentado através das listas nominativas como aquele o qual “assumia diferentes posições na periferia da família patriarcal”¹³³. Deste modo, eles não possuíam nenhum quinhão de terra para desenvolver suas atividades ou até casa própria, tendo, “portanto, que se ajustar aos proprietários das áreas rurais ou urbanas, dentro dos mais diferentes tipos de relação”¹³⁴.

¹³⁰ BARICKMAN, Bert Jude. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 198.

¹³¹ O *agregado doméstico*, dependendo da unidade censeada, também poderia aparecer somente como “doméstico”, o que sugere falsamente a acepção de um empregado doméstico no sentido atual da expressão. Sendo que para estes, era comum o uso do termo “criado”. Já quando referem-se ao agregado doméstico, denota-se àquele indivíduo incorporado a um fogo de outra pessoa. Em contrapartida, quando realizado o uso da terminologia agregado, ressalta-se que este era um indivíduo o qual vivia de favor em terras alheias, mas que chefiava seu próprio fogo. Ver mais em: BARICKMAN, Bert Jude. *Op. Cit.* 2003. pp. 219.

¹³² SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. BACELLAR, Carlos Almeida Prado. *Agregados em casa, agregados na roça: uma discussão*. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, pp. 187-199.

¹³³ SAMARA, Eni de Mesquita. *Op. Cit.* 2005. pp. 94.

¹³⁴ Idem. 2005. pp. 94-95.

Todavia, é ponderado o fato que esse fenômeno da agregação na região sudeste, de predominância feminina e detectado principalmente no meio urbano¹³⁵, poderia ser considerado como “uma válvula de escape para contornar dificuldades de sobrevivência, onde muitos viviam próximos dos limites da pobreza. Em muitos casos, tenderia a ser uma situação temporária, busca de abrigo em momento de carestia”¹³⁶, fato este que será debatido com maior atenção no tópico a seguir, devido termos o entendimento da complexidade que envolve este grupo e suas relações. Entretanto, cabe aqui salientar, conforme aponta Machado para a freguesia de São Jose dos Pinhais em finais do século XVIII e início do XIX, Paraná, então Capitania de São Paulo, agregar-se podia também ser uma opção estratégica na qual sua perpetuação nessa situação não era conclusa, pois como demonstra, para alguns sujeitos havia a possibilidade de ascender a uma certa autonomia¹³⁷.

Enquanto isso, para a região pampeana da Argentina no período colonial, Carlos Mayo associa o agregado ao típico caso de colonato, onde ocorria uma permuta: terra em troca de trabalho. Deste modo, economizava-se trabalho às custas da terra, trocando um recurso escasso por outro abundante sem a necessidade de realizar pagamento de salários¹³⁸.

Contudo, baseados na objeção levantada por Farinatti no qual questiona a fragilidade da posse desses produtores/posseiros na primeira metade do XIX, tendo em consideração a conjuntura onde a região analisada enquadra-se - sendo Jaguarão de ocupação mais antiga - chamou-nos atenção o fato de, apesar das diferenças interpretativas na historiografia em torno do sentido da função desempenhada pelo agregado em determinada região, sua categoria nunca haver sido questionada ou definida a partir de uma perspectiva econômica a partir do qual pudéssemos confrontá-lo com outros agentes encontrados no meio rural. Afinal, existia alguma diferenciação de cunho patrimonial que pode ser permitido apontar quando analisado seus bens? Ser agregado na região pampeana demarcava maior concentração de recursos quando comparados aos produtores sem a propriedade da terra? Existe a possibilidade de a condição de agregado estar subrepresentada nos inventários *post mortem*, haja vista a expansão das grandes propriedades como ressaltam esses autores citados?

Para problematizar esses questionamentos, buscamos separar os inventários em duas categorias, a saber: agregados (aqueles nominalmente indicados enquanto tais nos inventários)

¹³⁵ Ibidem. 2005. pp. 96-111.

¹³⁶ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Agregados em casa, agregados na roça: uma discussão. IN: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. pp. 190.

¹³⁷ MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. pp. 54-56.

¹³⁸ MAYO, Carlos A. *Estancia y sociedad en la pampa: 1740-1820*. Buenos Aires: Biblos, 1995. pp. 79.

e aqueles que não possuíam a propriedade da terra. Através disso, acreditávamos que ao comparar sujeitos onde a propriedade da terra não estava presente entre seus bens inventariados, teríamos a diferenciação necessária para compreender essa categoria a partir da orientação econômica a qual estamos aqui propondo-nos estudar. Contudo, a análise de seus dados demonstrou-nos o quão complexo era o meio rural analisado nesta dissertação, existindo diferenças significativas dentro do próprio conjunto de documentos dos agregados, no qual o ciclo de vida tinha um peso significativo na ordenação e modelação dessas estruturas e dinâmicas familiares.

Sendo assim, em nossa verificação optamos por fragmentar os 67 inventários *post mortem* nos seguintes grupos: produtores sem a propriedade da terra, os quais somam 18 famílias (27%); produtores com a propriedade da terra, nesta divisão configuram-se a maioria, em um total de 34 casos (51%); agregados que detinham vínculos familiares com o agregador, fato este encontrado em 10 situações (15%); e os agregados que não mantinham quaisquer vinculação com o chefe do fogo onde estavam vivendo, os quais totalizam 5 inventários (7%).

À primeira vista, chama-nos atenção a diferença sutil de trabalhadores escravizados em posse desses produtores rurais, onde a média era de 5 para aqueles com a propriedade da terra e para os agregados que declaravam algum vínculo com o agregador. Enquanto isso, os pequenos produtores sem a propriedade da terra e os agregados que não possuíam qualquer elo com o chefe do fogo possuíam em média 4 cativos. Este dado, de antemão, aproximou os agregados sem vínculo familiar com o agregador - onde o ciclo de vida não exercia influência em demasia como naqueles agregados em terras de familiares - daqueles que não haviam legado bens fundiários para seus herdeiros.

Esta diferença entre os agregados ficará ainda mais evidente se levarmos em consideração o monte-mor desses sujeitos, os quais convertidos em libras esterlinas (£)¹³⁹, ficam bastante distintos se comparados com os valores obtidos para os outros grupos. Sendo assim, colhemos as seguintes médias: 156 libras (£) para os agregados sem vínculo familiar com o agregador; 147 libras (£) para os pequenos produtores sem a propriedade da terra; 276

¹³⁹ Para conseguirmos realizar uma melhor análise da evolução do patrimônio monetário dos pequenos produtores de Jaguarão, optamos por utilizar os valores em libras esterlinas. Para a conversão dos valores utilizamos a tabela onde está expressa a “Taxa de câmbio média mensal da libra esterlina (réis por pence) na praça do Rio de Janeiro” que compreende o período de 1809-1939. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acessado em: 10 junho de 2017. Para o ano de 1808, utilizamos a tabela de valores disponível em MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 254. Para o período anterior a 1808, fixamos o valor em 3,555 réis conforme OSÓRIO, Helen. *Op. Cit.* 2007. pp. 50. Dessa forma, para o cálculo da conversão foi empregada a seguinte fórmula: **Valor em libras esterlinas (£) = [(Valor em mil réis (\$) x Taxa de câmbio “pence”) : 240] : 1000**].

libras (£) para os agregados em terras de familiares; e 400 libras (£) para aqueles que possuíam a propriedade da terra entre seu patrimônio.

Cabe salientar que, apesar das diferenças encontradas dentro de nosso universo documental de pequenos produtores, estas fortunas abrangem ao que Helen Osório delimita como àquela pertencente aos mais pobres do Continente do Rio Grande de São Pedro, haja vista que de acordo com o período estudado as de maiores montantes poderiam variar de 2.000 até 20.000 libras¹⁴⁰. Mas é interessante notar, como podemos observar na tabela 4, o modo no qual estão distribuídos os bens no patrimônio total dos produtores, tendo em vista o motivo de encontrarmos diferenças em sua composição quando analisados com a totalidade dos documentos.

Tabela 4- Distribuição de todos os bens (%) no patrimônio dos pequenos produtores.

Jaguarão (1802 – 1835)

	Padrão de Vida* (%)	Bens Rurais** (%)	Escravos (%)
Produtores com a propriedade da terra	2%	62%	36%
Agregados com vínculo familiar com o agregador	5%	37%	58%
Agregados sem vínculo familiar com agregador	7%	31%	62%
Produtores sem a propriedade da terra	7%	39%	54%

Tabela elaborada pelo autor. Nota: (*) Estão inseridos vestuário, utensílios, joias e mobiliário.

(**) Levamos em consideração os animais, ferramentas e terras (quando inventariadas)

Fonte: 67 inventários *post mortem*. APERS.

A partir dos dados apresentados, notamos o fato de os cativos continuarem sendo grande parte do patrimônio dos pequenos produtores mesmo quando separados em categorias analíticas, dado este que viemos apontando desde o início de nosso trabalho, variando aqui de

¹⁴⁰ OSÓRIO, Helen. *Op. Cit.* 2007. pp. 264-265.

54% até 62%. Estes, só não representarão a maior parte do patrimônio no caso dos produtores que também declaram a terra entre seus recursos, ficando os bens rurais como equivalentes a 62% da fortuna desses inventariados. Enquanto isso, o padrão de vida permanece como os bens de menor representação no monte-mor desse grupo analisado, variando de 2% a 7%.

É interessante salientarmos estes dados, pois vão ao encontro do que Matheus analisou para Bagé na primeira metade do XIX, onde os cativos também tinham maior peso entre as menores fortunas¹⁴¹, fato este justificado por Osório devido as poucas opções de investimento que esses estratos possuíam, considerando que quanto mais alta a faixa de fortuna mais descendia o percentual de escravos, pois as opções de investimento diversificavam-se e, conseqüentemente, os seus negócios¹⁴².

À medida que investigamos minuciosamente os bens desses produtores, levando em consideração somente aqueles ponderados como de produção (escravos, animais, ferramentas e terras – quando declaradas), notamos que entre os agregados, tanto aqueles com vínculo ou sem vinculação com o agregador, e os produtores sem a propriedade da terra, apesar de serem proporções minimamente diferentes, tendem a concentrar sua riqueza majoritariamente em escravos (variando de 58% a 68%), seguido pelos animais (33% a 40%) e, por último, pelas ferramentas (1% e 2%). Esta situação se apresenta de modo diferente quando a mesma investigação é realizada com os produtores que declaram a propriedade da terra, pois além de possuírem mais um bem para balancear, há um outro cenário captado. Os trabalhadores escravizados que até então representavam mais da metade de seus bens, deixam de ser o recurso com maior representatividade na fortuna desses pequenos produtores, lugar este que será ocupado pelas terras as quais representam 45% do patrimônio desse conjunto, logo após vindo os cativos que configuram 37%, seguido pelos animais (17%) e ferramentas (1%).

Quando, entretanto, é analisada a frequência de animais nos rebanhos declarados por esses pequenos produtores, percebe-se a difusão da criação de duas espécies, conforme apontado anteriormente, as quais constituem-se nos animais vacuns e equinos. Os vacuns estão presentes em 100% do universo analisado, enquanto os animais cavaleiros só não estão inventariados em apenas uma situação, dentro do grupo dos produtores sem a propriedade da terra – conformando 94% desses indivíduos. Outro rebanho que se faz presente em todas as categorias aqui analisadas são os ovinos, embora em menor proporção, variando sua

¹⁴¹ MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-1870)*. 2016. 422f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. pp. 163-164.

¹⁴² OSÓRIO, Helen. *Op. Cit.* 2007. pp. 269.

representatividade de 19% a 39%. Ao mesmo tempo que os muares só estão presentes entre os produtores com a propriedade da terra e aqueles sem a propriedade da terra, embora constituindo a menor parte desses rebanhos, representando respectivamente, 12% e 11%. Apesar de possuírem uma frequência de animais parecida, é interessante notarmos o tamanho médio dos rebanhos, conforme pode-se observar na tabela abaixo.

Gráfico 10. Média de animais por inventário *post mortem* dos pequenos produtores de Jaguarão, por grupo analítico (1802-1835).

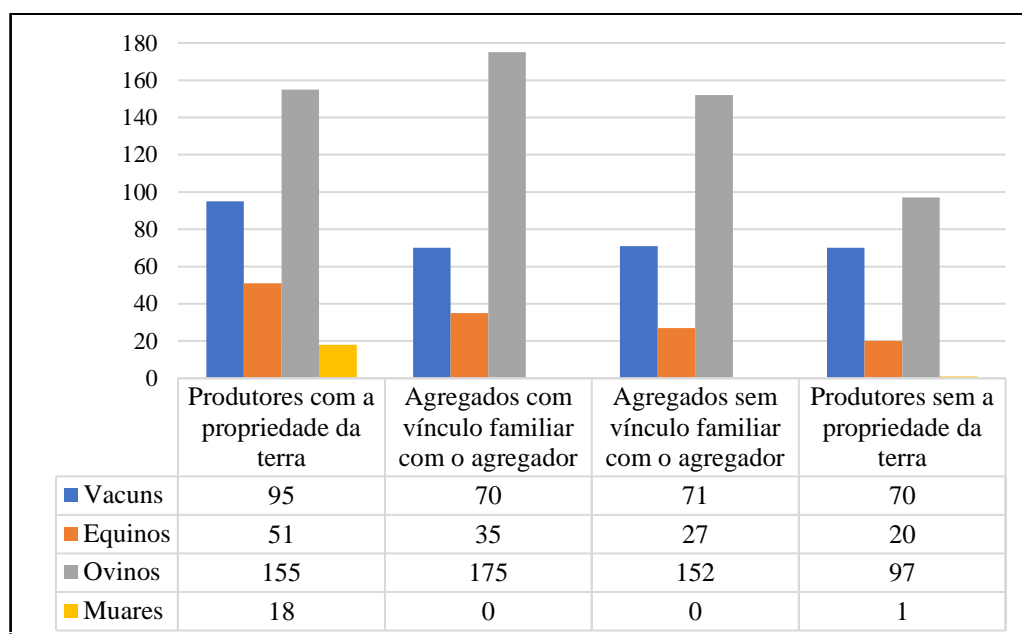


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: 67 inventários *post mortem*. APERS.

Com sua fortuna superior, como evidenciado através da média do monte-mor (400£), os produtores proprietários de terra também apresentam a maior média de animais quando comparados com o restante dos grupos analisados, com exceção dos ovinos – entretanto, possuem a maior frequência deste rebanho, 39%. Nota-se que a média de vacuns, tanto para os agregados de um modo geral, quanto para os pequenos produtores sem a propriedade da terra são quase equivalentes, contendo 70 ou 71 animais, já naqueles produtores e proprietários de terra sua média chega a 95, concentrando grande parte dos produtores os quais possuem mais de 100 reses em nosso universo documental.

Os equinos são uma característica peculiar do nosso espaço de análise, dado a sua alta representatividade no rebanho total. Além disso, podemos perceber que sua criação, voltada para além do uso nas lides rurais – conforme ressaltada no capítulo 1 -, também foi mais elevada nos pequenos produtores os quais tinham a propriedade da terra, possuindo uma média de 51 animais cavалares, enquanto para os agregados que mantinham vínculo familiar com o

agregador possuíam 35; os agregados sem pertencer a parentela do agregador e os produtores sem a propriedade da terra possuíam, respectivamente, 27 e 20 animais. Nos muares, animais com pouco emprego no universo documental aqui analisado (também em decorrência de seu alto custo), notamos que a concentração destes estava nas mãos de poucos produtores, pois apesar de ser evidente uma diferença significativa na média daqueles que possuem a propriedade da terra (18), para os demais que não possuíam a propriedade fundiária (1), os mesmos eram frequentes, respectivamente, em somente 12% e 11% das unidades produtivas. Podemos considerar que os produtores com a propriedade da terra criavam mulas, enquanto nos outros casos havia a presença de um animal de carga.

Uma situação particular envolve os ovinos, devido ao fato de serem a única espécie de animais que os agregados que possuem vínculo com o agregador tem em maior quantidade (175), quando comparados com os produtores em que a propriedade da terra se faz presente (155), os agregados sem elo com o agregador (152) e os produtores sem a propriedade da terra (97). Todavia, em uma análise mais pormenorizada desse panorama, podemos perceber que os números obtidos nesse gráfico ocultam outro cenário desse meio rural. Isto ocorre devido a apenas dois agregados com vínculo familiar com o agregador possuir ovinos em seu rebanho, fato este que ocasionou o grande número de animais em sua média – a mesma situação ocorre entre os agregados sem elo com o agregador. Dessa forma, uma característica constante naqueles onde a presença desse rebanho era sentida, caracteriza-se como a circunstância de quem possuísse estes animais, geralmente os tinham em grande quantidade. Contudo, ao analisarmos os possuidores da propriedade fundiária, notamos que a frequência de ovinos entre os animais inventariados era de 39%, enquanto nos produtores sem a propriedade da terra a mesma referia-se a 33%. Mas ao compreender um conjunto de produtores que possui mais indivíduos, os produtores com a propriedade da terra fazem com que sua média sofresse maiores oscilações quando contrastados com os outros grupos.

Podemos levantar como hipótese que os produtores com a propriedade fundiária conforme consolidavam sua unidade produtiva, seja através da obtenção da terra e da aquisição de mão de obra – cuja média era de 5 trabalhadores escravizados por estabelecimento rural -, tendiam a diversificar sua produção ou também buscar, através da atividade criatória, um meio de diferenciação social e/ou econômica, tendo em vista que esta era umas das principais atividades rentáveis do Continente do Rio Grande de São Pedro. Enquanto isso, os agregados de modo geral, e os produtores sem a propriedade da terra tinham uma média de vacuns e cavalares um tanto quanto semelhante (à exceção dos ovinos, embora entre os produtores sem

a propriedade da terra sejam mais frequentes), fato este já evidenciado na distribuição dos bens desses pequenos produtores.

Acreditamos que nossa hipótese se torna viável, considerando que a prática da agricultura entre esses sujeitos também é bastante idêntica. Os bois, animais de suma importância para o desenvolvimento desta atividade e principal indicativo desta prática encontrado nos inventários *post mortem*, eram frequentes entre os bens inventariados de todos os grupos com uma variação entre 80% e 90%. Entre os produtores com a propriedade da terra, sua média constava de 11 animais; enquanto para os agregados de modo geral era de nove e os produtores sem a propriedade da terra, seis. Ademais, encontramos inúmeros instrumentos/equipamentos – tais como: atafonas, carros/carretas, arados, foices, moinhos de mão, entre outros - os quais conotam o caráter misto desses estabelecimentos rurais¹⁴³.

Até agora notamos a existência de uma diferença, embora sutil, em nosso universo analisado, encontrada através dos produtores com a propriedade da terra perante aos demais grupos analíticos. Esse contraste é percebido tanto em sua fortuna (monte-mor), distribuição dos bens, quanto em seu rebanho. Dada a proximidade, a partir desta perspectiva analítica onde os agregados sem a propriedade da terra e os produtores “sem-terra” aproximam-se consideravelmente em seu caráter produtivo e econômico, questionamo-nos: a condição de agregado pode estar subrepresentada nas fontes as quais estamos analisando? Apresentada essa proximidade entre os agregados sem vínculo familiar com o agregador e os pequenos produtores sem a propriedade da terra, poderíamos levantar a hipótese de haver a possibilidade da condição de agregado ser mais comum nesse grupo de “sem-terra”?

Conforme encontramos na correspondência entre autoridades do Continente do Rio Grande de São Pedro e também na bibliografia já produzida, a ocupação daquele espaço remonta de finais do século XVIII e início do XIX¹⁴⁴. Em uma das inúmeras cartas encontradas

¹⁴³ Apontamento já mencionado no capítulo anterior, mas cabe ressaltar aqui também ressaltar. A agricultura é por deveras complicada de analisar quando a principal fonte utilizada são os inventários *post mortem*, tendo em conta o fato de que os equipamentos/instrumentos somente são inventariados quando os mesmos encontram-se em plenas condições para manuseio, assim como quando seu material não apresentavam-se desgastados. Logo, podemos desconfiar que muitas dessas ferramentas e equipamentos possam deixar de ter sido avaliados devido ao seu baixo valor monetário. A mesma situação ocorre com menções a plantações e lavouras, haja vista que para inventariá-las, era necessário que o processo fosse aberto em um momento onde a mesma ainda não estivesse colhida.

¹⁴⁴ O trabalho pioneiro o qual serve de baliza para os estudos sobre Jaguarão no período colonial, apesar das críticas já referidas, é o de Sérgio da Costa Franco, onde o autor faz o uso de uma vasta gama documental e aborda a ocupação daquele espaço tendo como ponto de partida a disputa entre as Coroas Ibéricas ocorridas em 1801. Para ver mais: FRANCO, Sérgio da Costa. *Origens de Jaguarão (1790-1833)*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul. 1980. Já a dissertação de mestrado de Gustavo Gularte, em determinada parcela de seu primeiro capítulo demonstra-nos um processo mais arrematado da ocupação daquele espaço através da análise de sesmarias e documentação de autoridades militares, em que o autor para além explorar o conflito bélico de 1801 – imprescindível para compreender a formação de Jaguarão - busca uma explicação para a ocupação ocorrida em período anterior a este embate. Ver em: GULARTE, Gustavo. *Fronteira do Jaguarão: unidades produtivas e*

sobre este território, o Comandante da Fronteira de Rio Grande, Manuel Marques de Souza esperava determinações de Paulo Gama, então governador, sobre como proceder devido a muitas pessoas estarem ocupando os campos que haviam sido reivindicados na “Guerra das Laranjas” desde finais do século XVIII e início do XIX¹⁴⁵.

Apesar de serem encontradas doações de sesmarias datadas de finais do século XVIII na região cujos limites pertenciam a Jaguarão, Gustavo Gularte demonstra-nos o “boom” ocorrido na ocupação daquelas terras após a consolidação da ofensiva lusitana em 1801 com a expulsão das tropas espanholas, somado a isso, a proteção militar trazida pela fixação da Guarda do Serrito no ano de 1802; fatos estes os quais proporcionaram maior segurança para aquelas pessoas que desejavam formar suas unidades produtivas naquele ambiente¹⁴⁶. Devido a intensa atividade econômica encontrada nas fontes para Jaguarão, como correspondência e inventários *post mortem*, Sérgio da Costa Franco apontou para uma primeira década do século XIX já como densamente ocupada¹⁴⁷.

É interessante notarmos essa situação pois Gularte concede destaque para a ocupação de modo informal ocorrida ao longo da primeira década do século XIX em Jaguarão, devido a coroa portuguesa não conceder títulos legítimos de terra naquela área até pelos menos 1810, devido a comprometimentos diplomáticos firmados com a coroa hispânica¹⁴⁸. Esse cenário fez com que surgissem inúmeros posseiros nas terras de Jaguarão, e um agente em específico foi denominado nas fontes como “intruso”¹⁴⁹.

Esses intrusos, com a consolidação do Rio Jaguarão como o limite das possessões luso-brasileiras, em 1804, começarão a sofrer inúmeros despachos por parte das autoridades militares locais e que irão se arrastar em conflitos revelados na correspondência entre as autoridades militares¹⁵⁰. Estes militares terão ainda mais influência nesta área em seu período inicial de

trabalho escravo na formação de um espaço fronteiriço, 1801-1835. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. pp. 23-46.

¹⁴⁵ Correspondência de Manuel Marques de Souza ao governador Paulo Gama, 06/07/1803. AHRS- Fundo Autoridades Militares, Maço 04.

¹⁴⁶ GULARTE, Gustavo. *Op. Cit.* 2015. pp. 37.

¹⁴⁷ FRANCO, Sérgio da Costa Franco. *Op. Cit.* 1980. pp. 37.

¹⁴⁸ Ao não concederem títulos de propriedade, as autoridades portuguesas argumentavam que os espanhóis não poderiam queixar-se da expansão de seus domínios. Sendo assim, a metrópole portuguesa e suas autoridades locais mantiveram uma postura ambígua tentando, por um lado, manter relações diplomáticas satisfatórias com a Espanha e, por outro lado, expandir seus domínios nos “campos indecisos”. Ver mais: GULARTE, Gustavo. *Op. Cit.* 2015. pp. 38.

¹⁴⁹ Discutido na historiografia, esses agentes eram aqueles os quais ocupavam a terra e não possuíam o título legítimo da propriedade. Para ver sobre Jaguarão: GULARTE, Gustavo da Silva. *Intrusos em terras fronteiriças: ocupação e povoamento das terras da margem oriental do Rio Jaguarão, 1801-1814.* 2009. 50 f. Monografia de conclusão de curso – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

¹⁵⁰ GULARTE, Gustavo. *Op. Cit.* 2015. pp. 39.

ocupação, devido ao fato de não ter sido instalado durante as duas primeiras décadas do século XIX nenhum órgão administrativo naquela área de ocupação recente. Sendo assim, as autoridades militares detinham todo o poder de mando tanto em questões de cunho militar quanto civis. Entretanto, qual a relação do contexto até então mencionado com a hipótese levantada de a condição de agregado ser mais presente entre aqueles produtores sem a propriedade da terra e não mencionada nos inventários *post mortem*?

Conforme viemos ressaltando, há profundas semelhanças entre os perfis de agregados em que não foi possível identificar vínculo familiar e aqueles produtores que identificamos simplesmente como “sem terra”. Dadas as características da ocupação em Jaguarão, ocupação inicial informal e conseqüente tentativa de/ou expulsão daqueles intrusos de seus campos, podemos levantar como hipótese de que houve ali mais razões para tornar-se agregado? Na análise dos documentos militares daquela região, um caso nos ajuda a problematizar mais essa questão.

No princípio de sua ocupação, o Sargento-mor Vasco Pinto Bandeira foi primeiro Comandante da Guarda do Serrito, e sua figura é amplamente citada na historiografia através dos vários conflitos no período inicial de ocupação de Jaguarão¹⁵¹. Mas esse agente é um caso curioso da hipótese a qual estamos levantando neste momento. Como comandante do único estabelecimento militar luso-brasileiro daquela zona de fronteira, Vasco Pinto Bandeira pôde acumular inúmeros bens, tais como um rebanho com mais de 5 mil animais, duas estâncias e 14 trabalhadores escravizados¹⁵². Porém, acreditamos que o mesmo possa ter usado de seu poderio e cabedal para acúmulo de pecúlios. Apesar de declarar entre sua fortuna duas propriedades rurais, este militar possuía apenas uma doação de sesmaria datada de 1790 no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul localizada entre o Arroio Grande e a Serra do Erval¹⁵³, contudo, ainda restava entre seu patrimônio uma fazenda situada na costa do Arroio Telho.

Dito isso, ao analisar o fundo das autoridades militares, deparamo-nos com uma espécie de relatório em nome de Manuel Marques de Souza datado de 1804 sem destinatário, intitulado em seu cabeçalho: “Pessoas intrusas nos rincões em que estiveram as estâncias de gado pertencentes as guardas espanholas colocadas na parte oriental do Rio Jaguarão”¹⁵⁴. Ao

¹⁵¹ Em *Origens de Jaguarão*, Sérgio da Costa Franco descreve inúmeras contendas sobre as posses realizadas pelos primeiros povoadores daquela área, onde a figura de Vasco Pinto Bandeira é onipresente. Ver mais em: FRANCO, Sérgio da Costa. *Op. Cit.* 1980. pp. 31-33.

¹⁵² Inv. de Vasco Pinto Bandeira. APERS. 2º CCRG, 1807. Fundo 005. Caixa 005.0262

¹⁵³ Requerimento de Vasco Pinto Bandeira, 1789. AHRS- Fundo Sesmarias. Maço 03, caixa 01.

¹⁵⁴ Relatório em nome de Manuel Marques de Souza, 20/04/1804. AHRS- Fundo Autoridades Militares, Maço 04.

mencionarem as quatro guardas¹⁵⁵ que os espanhóis haviam fixado naquela região no período bélico, o realizador deste documento inseria a situação deste local e o que se encontrava no espaço, inclusive seus habitantes.

Ao delinear a situação da Guarda do Quilombo, nos chamou a atenção dois detalhes. O primeiro deles decorre de podermos perceber, através do detalhamento que Sérgio da Costa Franco realiza acerca das localizações dessas guardas militares espanholas, através das fontes por ele analisadas¹⁵⁶, que a mesma se localizava no Arroio do Telho, local onde seria a outra unidade produtiva de Vasco Pinto Bandeira. Já o fator primordial encontrado neste documento resulta do fato de Vasco Pinto Bandeira querer introduzir um agregado seu naquele espaço que estava repleto de pessoas consideradas intrusas.

Não sabemos se o mesmo conseguiu inserir o agregado naqueles campos, pois o documento consultado não nos aponta o desfecho dessa situação. Mas é essencial destacarmos a presença da categoria de agregados entre esses intrusos. Pode ser apenas um modo de referir-se ao indivíduo que estava sob a tutela de Vasco Pinto Bandeira, situação em que o mesmo estava usando-o para garantir a propriedade daquele terreno, tendo em vista ele possuir outra propriedade no Arroio Telho; assim como a sua tentativa enquanto Comandante da guarda de colocar um intruso que havia se tornado um agregado seu, levando em consideração que este relatório citava, em alguns casos nominalmente, as pessoas intrusas em cada região. Um ponto importante de ressaltarmos origina do fato desses intrusos, de acordo com Gularte, serem aqueles os quais encaixam-se no perfil de um camponês, ou seja, não possuíam quantidades significativas - em termos financeiros - de bens¹⁵⁷.

Apesar de os agregados sem vínculo com o agregador aproximarem-se bastante daqueles produtores sem a propriedade da terra, tanto em seu caráter econômico quanto produtivo, o mesmo não ocorre com os agregados os quais possuíam vinculação familiar com o dono da propriedade fundiária. Isso resulta, principalmente, se analisarmos as funções que os mesmos poderiam desempenhar dentro de sua família, conforme veremos a seguir.

¹⁵⁵ Os espanhóis haviam fixado antes da conquista daqueles territórios pelos portugueses, quatro guardas ao norte do Rio Jaguarão denominadas, a saber: Guarda do Serrito, situada “ao nordeste do cerro grande”; Guarda do Quilombo, entre os arroios Quilombo e Telho; Guarda São José, a margem do arroio Bote e Guarda Snata Rosa, nas nascentes do Rio Jaguarão. Ver em: FRANCO, Sérgio da Costa. *Op. Cit.* 1980, pp. 14.

¹⁵⁶ Em *Origens de Jaguarão*, Sergio da Costa Franco observou nas correspondências, requerimentos de sesmarias e mapas quais seriam os elementos de fortificação inseridos pelos espanhóis quando realizada a frente de expansão portuguesa, assim como buscou indicar a localização das mesmas. Ver em: FRANCO, Sérgio da Costa. *Op. Cit.* 1980. pp. 14.

¹⁵⁷ GULARTE, Gustavo. *Op. Cit.* 2015. pp. 40.

2.2 As relações familiares e os vínculos de agregação

Na sociedade da América portuguesa, seja ela urbana ou rural, o sujeito agregado esteve presente de forma significativa em seu tecido social. A contínua reiteração desses indivíduos na conformação daquela sociedade alerta-nos para a necessidade de explorarmos uma característica pouco estudada no campo historiográfico sobre os agregados e a qual podemos perceber e explorar de forma pormenorizada em nosso trabalho, onde os vínculos familiares estão no centro do debate para entendermos a dinâmica desta relação social¹⁵⁸.

Durante algum período, quando mencionada a presença de agregados no fogo ou na unidade produtiva chefiada por outra pessoa, prevaleceu o debate no qual os traços característicos permeavam as questões da dependência e subordinação. Combinado a isso, o fechamento da fronteira ocasionava a diminuição de terras disponíveis para o cultivo fazendo com que esses indivíduos fossem alocados como mão de obra nas respectivas propriedades em troca de um pedaço de terra. Em estudo já clássico na historiografia, Carvalho Franco procurou trabalhar com os homens os quais usufruíam da condição de liberdade no período colonial, qualificando-os como “homens livres pobres” e, nestes, estavam incluídos agregados, tropeiros, entre outras categorias sociais¹⁵⁹. Apesar de homogeneizar várias categorias, a dependência destes indivíduos, desprovidos de bens e propriedades, foi ressaltada frente aos grupos mais abastados da sociedade ultramarina lusitana¹⁶⁰. Esta dependência, por sua vez, podia estar expressa através de troca de favores – sejam eles políticos ou pessoais – ou serviços prestados ao proprietário da terra.

Através da averiguação bibliográfica, podemos perceber que o fenômeno da agregação também se configurou de maneira significativa no espaço platino onde pôde ser captado por uma profícua historiografia preocupada com os aspectos sociais e econômicos do mundo rural constituído desde os primeiros momentos da ocupação espanhola até o longo período de

¹⁵⁸ Partindo do âmbito familiar, o estudo das relações sociais estabelecidas torna-se essencial para todo o conjunto da sociedade colonial, desde escravos até a elite, pois é na família onde originam-se ou convergem todos os aspectos da vida cotidiana, pública ou privada (em que o termo “família” extrapola os laços de consanguinidade). Ver: FÁRIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

¹⁵⁹ FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. pp. 98-113.

¹⁶⁰ Em sua dissertação de mestrado, Hebe Mattos discordou da classificação proposta por Maria Sylvania de Carvalho Franco devido esta autora reunir um conjunto de categorias sociais as quais nem sempre são facilmente perceptíveis sob a representação de homens livres pobres, uma vez que as mesmas nem sempre podem ser identificadas pela pobreza. Além disso, a dependência pessoal frente aos abastados daquela sociedade, mais do que a pobreza, como apontado pela autora, é utilizado como um elemento de homogeneização dos homens livres analisados. Ver: CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009. pp. 59-63.

formação dos Estados nacionais. A dependência desses sujeitos, por parte de determinada historiografia tradicional, será enfatizada do mesmo modo que prevaleceu durante um período na historiografia brasileira. Porém, será problematizada por estes autores, que apontarão principalmente para a dificuldade, segundo o historiador argentino Carlos Mayo, de analisar os agregados, pois “las características de la agregación (...) se basaba en relaciones informales, no escritas, entre el dueño de la tierra y el agregado”¹⁶¹. Diante da idêntica escassez de fontes, os historiadores platinos avançaram em elementos pontuais como, por exemplo, a definição de que a condição de agregado seria menos próspera que a dos arrendatários, devido a esses acordos durarem conforme a vontade do proprietário da terra, embora o agregado também pudesse sair por vontade própria em busca de melhores condições¹⁶².

Talvez a principal pedra-de-toque da produção historiográfica sobre a condição de agregado seja a ideia de que há uma relação entre grandes latifundiários e produtores desprovidos de certas condições materiais ou sociais. Ainda que o tema seja problematizado, em termos que se referem a dependência e negociação, ainda parece pouco explícita a ideia de que a consolidação de relações de agregamento não pressupõe necessariamente que um dos envolvidos seja abastado. Segundo Luís Augusto Farinatti:

No Rio Grande do Sul, é seguidamente repetida a visão dos agregados como inteiramente subordinados aos proprietários de suas terras, servindo-lhes como mão de obra auxiliando o abastecimento das estâncias com produtos agrícolas, sendo protegidos e tutelados por eles, seguindo-lhes nas recorrentes guerras do sul. Em linhas gerais, é possível concordar com essas colocações. Contudo, essas relações eram bem menos ordenadas e não eram automáticas. Em primeiro lugar, nem todo agregado estava arranchado em terras de grandes proprietários¹⁶³

É de relevante importância essa ideia pois em nosso estudo contamos com 15 famílias agregadas que estão, em tese, inseridas na pequena produção. Mas, ao analisarmos de modo intrínseco esses sujeitos, percebemos a relevância da família nas estratégias adotadas, sobretudo por não representarem um grupo coeso, mas um diverso encadeamento de artifícios visando o bem comum daquela parentela. Além disso, são fartas as situações encontradas, compreendendo tanto agregados a famílias abastadas quanto aqueles que buscavam através da agregação um modo de subsistência para garantir sua vida camponesa.

Logo, percebemos que nesse cenário a agregação está diretamente relacionada a relações familiares. Das 15 agregações encontradas, todos haviam contraído matrimônio, sendo

¹⁶¹ MAYO, Carlos A. *Op. Cit.* 1995. pp. 71-72.

¹⁶² *Idem*, 1995. pp. 73.

¹⁶³ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Op. Cit.* 2010, pp. 440.

que 73% das famílias tinham no seu primogênito a idade máxima de 14 anos, com uma média de 4 filhos por unidade produtiva. É imprescindível ter a noção de que a família é basilar para compreendermos essas relações, pois ela é quem “confere aos homens estabilidade ou movimento, além de influir no *status* e na classificação social”¹⁶⁴.

Estamos lidando com uma maioria de famílias novas que estão iniciando sua vida familiar e produtiva, à exceção das redes parentais de Brites Maria da Conceição e Antônio Mendes Borges. Nestes dois casos tratamos com situações onde o chefe de um domicílio, devido a condições que perpassam o final de sua vida produtiva, acabam tendo de optar por vender suas terras e agregar-se a seus filhos, levando consigo um ínfimo rebanho e cativos já com idades avançadas. Ainda assim, para compreendermos ambas as situações – envolvendo famílias novas e velhas – temos de levar em consideração o ciclo de vida desse núcleo, pois é uma das maneiras de aproximar-se das dinâmicas de desenvolvimento e das configurações dos respectivos grupos residenciais, conforme buscaremos a seguir.

2.3 A agregação enquanto conservação do patrimônio: os casos do casal Damásio Vergara e Eulália Barbosa; e João Evangelista de Souza

Ao realizarmos o recorte de nosso objeto de estudo delimitando como pequeno produtor aquele que possuísse entre seus bens até 150 reses, encontramos o casal Damásio Vergara e Eulália Barbosa nesse grupo. O inventário dos cônjuges, aberto em 02 de julho de 1820 pelo pai de Damásio, o qual carrega consigo o mesmo nome, demonstra-nos a condição desta família no momento do falecimento de ambos os cônjuges, caracterizando-a ainda enquanto um domicílio jovem, deixando dois filhos: Thomaz de 4 anos e Damásia com apenas 2 anos, um e outro agora sob a tutela de seu avô.

Em uma primeira análise de seu patrimônio poderíamos interpretar que esta compreendia uma típica família camponesa, sem a propriedade da terra, um diminuto rebanho onde predominavam em quantidade numérica os animais cavалares e buscando equilibrar a força de seu trabalho braçal através da aquisição de mais cinco cativos (dois deles ainda crianças com menos de três anos). Tudo isto, com um monte-mor estipulado em 205 libras esterlinas, riqueza considerada representativa daqueles integrantes das camadas mais pobres do Continente do Rio Grande de São Pedro de acordo com o estudo realizado por Osório¹⁶⁵.

¹⁶⁴ FÁRIA, Sheila de Castro. *Op. Cit.* 1998. pp. 21.

¹⁶⁵ OSÓRIO, Helen. *Op. Cit.*, 2007, pp. 264-265.

Contudo, ao realizar o inventário de seu filho e nora, Damásio Vergara pai alega que o casal morava de agregado em suas terras enquanto ainda estavam em vida¹⁶⁶.

Sem maiores informações – no inventário de Damásio Vergara filho – que pudessem nos ajudar a compreender esta relação de agregação, uma vez que seu registro nos deixou poucos vestígios, conseguimos obter acesso aos inventários dos pais de Damásio Vergara, a saber: Maria Bernarda de Bittencourt¹⁶⁷ e Damásio Vergara pai¹⁶⁸. Ao realizarmos a análise desses documentos uma outra concepção a cerca dessa família foi-nos permitido captar, considerando que o fato de o pai de Damásio Vergara e proprietário da terra onde o mesmo estava agregado com sua família ser um charqueador com uma distribuição de bens tanto em Espírito Santo de Jaguarão quanto em São Francisco de Paula (atualmente, Pelotas), acumulando uma fortuna de mais de 5 mil libras esterlinas.

De modo que melhor pudéssemos apreender o momento da vida da família onde aqui depositamos nossa pesquisa, optamos por daqui em diante utilizar as informações do inventário da mãe de Damásio Vergara, Maria Bernarda de Bittencourt, falecida em 1825. Optamos por este critério devido a acreditarmos que neste documento é possível representar - dentro de todas as limitações que a fonte possui - da melhor maneira a situação e o modo com que a família de Damásio Vergara e Maria Bernarda de Bittencourt estavam organizando-se quando seu filho ainda estava agregado, tendo em vista que com a morte da matriarca da família seus bens foram divididos entre todos seus herdeiros, representando uma nova reorganização na estrutura familiar.

Através disso percebemos que a família de Damásio Vergara pai era um núcleo já consolidado com sete filhos, os quais cinco já haviam contraído matrimônio e dois deles continuavam solteiros, mas com idades de 18 e 29 anos – podemos supor, inclusive, que Damásio filho era o primogênito. Neste documento, também nos é fornecida a informação na qual consta a existência de dois netos, aqueles tutelados por Damásio Vergara pai quando da morte de seu filho, Damásio. Com o acesso a essa fonte, conseguimos desvelar uma outra situação para além daquela expressa em poucas páginas no inventário de Damásio Vergara filho. Aquele pequeno produtor captado em um primeiro instante, acreditamos que possa fazer parte de uma estratégia daquele núcleo familiar visando sua reprodução social e/ou inserção em meios mais abastados da sociedade do Oitocentos, pois conforme argumenta Faria, em zonas

¹⁶⁶ Inv. de Damásio Vergara e Eulália Barbosa. APERS. 1º COAJ, 1820. Fundo 008. Caixa 008.0026.

¹⁶⁷ Inv. de Maria Bernarda de Bittencourt. APERS. 1º COAJ, 1825. Fundo 008. Caixa 008.0026.

¹⁶⁸ Inv. de Damásio Vergara. APERS. 1º COAJ, 1830. Fundo 008. Caixa 008.0026.

agrárias há a necessidade da presença da família como uma condição básica para o estabelecimento de unidades domésticas de produção¹⁶⁹.

Na contramão ao que geralmente ocorre nas famílias mais despossuídas daquela sociedade, com exceção apenas de João Vergara que possui 18 anos, todos os herdeiros de Damásio pai e Maria Bernarda receberam dotes ou antecipações de herança para começar seu núcleo familiar. Conforme argumenta Fábio Kühn, o dote pode ser compreendido como uma imbricação entre família e poder, pois através desse recurso alianças eram seladas unindo famílias e facções políticas, podendo garantir através deste a reprodução e continuidade da riqueza e posição social de uma determinada família¹⁷⁰. Mas além disso, há de levar-se em consideração o fato de que pertencer a uma rede parental que concentrasse mais recursos era um diferencial relevante nas possibilidades de sucesso e fracasso dos sujeitos quando da formação de seu próprio núcleo doméstico ou unidade produtiva¹⁷¹. Cabe salientar que em seu trabalho pioneiro Faria menciona, para Campos dos Goitacazes durante o século XVIII, a mobilidade social de diversos agentes através desses mecanismos¹⁷². Na tabela abaixo, podemos perceber a distribuição de bens realizada por Damásio pai e Maria Bernarda para seus filhos através dos mecanismos de dote e antecipação de herança (citados na fonte também como doações).

Tabela 5. Dotes e antecipações de herança realizada por Damásio pai e Maria Bernarda para seus herdeiros

Filho	Dote/Antecipação	Soma
Felipa Maria Vergara casada com Felisberto Fernandes	• Dote: Um terreno cito no [ilegível], 200 terneiros, 100 ovelhas, 02 escravos	533\$000
Francisco Vergara solteiro de 29 anos	• Doação (antecipação): 3 escravos	666\$000
Manoel Vergara casado	• Dote: 100 mil réis em dinheiro, 1 estrivo de prata, 2 escravos e 60 reses de criar	769\$700
Inocência Maria casada com Pedro Eugenio Gil	• Dote: 3 escravos	511\$600

¹⁶⁹ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. pp. 155.

¹⁷⁰ KÜHN, Fábio. *Gente de fronteira: família e poder no Continente do Rio Grande (Campos de Viamão, 1720-1800)*. São Leopoldo: Oikos, 2014. pp. 121-122.

¹⁷¹ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Op. Cit.* 2010, pp. 258.

¹⁷² FARIA, Sheila de Castro. *Op. Cit.* 1998, pp. 192.

Eugenia Maria Vergara casada com José Antônio Alvez Galvão	• Dote: 3 escravos.	648\$000
Damasio Vergara casado que foi com Eulália Barbosa	• Dote: 2 escravos	384\$000

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Inv. de Maria Bernarda de Bittencourt. APERS. 1º COAJ, 1825. Fundo 008. Caixa 008.0026.

Assim como nos trabalhos de Kühn¹⁷³ e Farinatti¹⁷⁴ para o Rio Grande de São Pedro, também encontramos em nossos casos onde obtivemos acesso aos dotes e antecipações de herança, a compreensão de que em grande parte a maioria dos bens disponibilizados pelos pais aos seus herdeiros eram compostos por escravos e animais, raras exceções também podiam conter terras¹⁷⁵. Já para a região de Campos do Goitacazes, Faria observa um outro cenário no qual grande parte das dotações eram concedidas contendo terras, escravos e alguns bens de uso pessoal, raramente dinheiro compunha parte integrante desses mecanismos. Mas a vantagem de obter acesso a esses bens era a certeza de ter a disponibilidade de terras em locais já ocupados, geralmente as melhores localidades; aliado ao contato com os cativos, os quais auxiliavam no funcionamento das novas unidades¹⁷⁶. Conforme podemos observar na tabela 5, com exceção de apenas um herdeiro, Damásio Vergara pai e Maria Bernarda de Bittencourt dotaram ou “doaram” para todos seus filhos uma quantidade de cativos, apenas Manoel Vergara ganhou conjuntamente um montante em dinheiro e Felipa Maria Vergara um campo o qual não obtivemos maiores informações além da descrita no inventário e transcrita para esta tabela¹⁷⁷. Mas o que esse fator representa para o nosso estudo? Qual a relação de Damásio Vergara filho com os bens disponibilizados por seus progenitores?

Conforme Farinatti, as antecipações – sejam elas através de dotes, bens doados após o casamento e/ou empréstimo – configuravam uma vantagem sobre a herança legítima, pois “permitiam que os futuros herdeiros tivessem acesso aos bens no importante momento de iniciar a construção de um patrimônio próprio, muitas vezes, bem antes do falecimento de um de seus

¹⁷³ KUHN, Fábio. *Op. Cit.* 2014, pp. 126-127

¹⁷⁴ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Op. Cit.* 2010, pp. 308.

¹⁷⁵ Um outro caso de agregado o qual tivemos acesso e também foi-lhe disponibilizado antecipação de herança ou dote a parentela é o de João Evangelista de Souza, agregado ao seu pai Manoel Gerônimo de Souza, situação abordada de modo mais detalhado no discorrer do trabalho.

¹⁷⁶ FARIA, Sheila de Castro. *Op. Cit.* 1998, pp. 192.

¹⁷⁷ Ao analisar os dotes e terças das famílias de engenho do oeste paulista, durante a segunda metade do XVIII e primeira metade do XIX, Carlos Bacellar conclui que a preferência de legar cativos não era circunstancial, mas resultado da percepção da maior facilidade em reparti-los entre seus herdeiros, ao invés de bens como terras e edificações. Ver em: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*. Campinas: UNICAMP, 1997. pp. 148.

pais”¹⁷⁸. Nesse sentido, Damásio Vergara filho ao receber 2 cativos antes mesmo do falecimento de seus progenitores, já estava largando em vantagem em relação àqueles que tinham de iniciar suas unidades produtivas sem incentivo qualquer. Além disso, a doação de escravos era uma estratégia que auxiliava o filho no início de sua atividade econômica, além de ser um fator de distinção social.

Outro ponto que deve ser mencionado no caso de Damásio Vergara filho, conforme viemos argumentando até o momento para os agregados foco de nossa pesquisa, consiste na compreensão deste sujeito estar inserido em uma estratégia dessa parentela baseada em seu ciclo familiar, no sentido de adequação e busca de equilíbrio para garantir sua subsistência. Nesse sentido, Estrella Arce observou para Valência durante o século XVIII a prática recorrente de famílias mais afortunadas terem em suas unidades um filho residindo consigo até o momento do falecimento de seus pais, quando então iria ascender à chefia da família¹⁷⁹.

Além do mais, acreditamos neste fator principalmente quando voltamos nossa atenção para o inventário de Maria Bernarda Bittencourt e percebemos os bens possuídos pela família, tanto em Jaguarão quanto em Pelotas¹⁸⁰. Nestes, deve-se destacar um campo com toda uma estrutura instrumentalizada em prol de uma charqueada na margem do Rio São Gonçalo na freguesia de São Francisco de Paula (Pelotas), o mais importante reduto charqueador daquele período na América Portuguesa; conjugado a uma sesmaria e mais um pedaço de campo na freguesia do Espírito Santo de Jaguarão, também com toda uma ordenação. Contudo, foi percebido que em uma safra para a produção do charque, o rebanho contido no Rio Grande de São Pedro não era suficiente para manter os altos índices de abate os quais eram realizados nas charqueadas pelotenses – podendo variar de 20 a 25 mil novilhos abatidos em uma safra -, sendo que 95% do gado utilizado era comprado de estancieiros e tropeiros de outras regiões. Nesse cenário surge a fundamental localização de Jaguarão para o desenvolvimento dessas atividades, uma vez que esta era uma área limítrofe com a Banda Oriental e este espaço tornou-se essencial para o mantimento dos altos índices de abate nas charqueadas, estando presente nos discursos dos presidentes da província a constante absorção que era feita desse rebanho na região do Prata, considerada uma “região alvo” desses charqueadores devido a corresponder a uma zona

¹⁷⁸ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Op. Cit.* 2010, pp. 299.

¹⁷⁹ ARCE, Estrella Garrido. El ciclo familiar y el tiempo de vida em la Huerta de Valencia, 1747-1800. In: *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XIII, 1, pp. 44.

¹⁸⁰ Além de possuir uma grande quantidade de bens destinados a mobiliário, objetos pessoais entre outros, a família de Damásio Vergara pai e Maria Bernarda de Bittencourt, possuía inúmeros bens de raiz nas duas localidades, além de um rebanho relevante e inúmeros indícios da conjugação da agricultura junto a atividade criatória e charqueadora. Inv. de Maria Bernarda de Bittencourt. APERS. 1º COAJ, 1825. Fundo 008. Caixa 008.0026.

onde concentravam os interesses diretos desses agentes¹⁸¹. Cientes de que os inventários capturam um determinado momento da família e do sujeito, temos de ponderar a declaração contida no inventário de Maria Bernarda Bittencourt o qual consta a posse de apenas 894 reses em Jaguarão, não possuindo animais em Pelotas. Tendo em vista a grande necessidade de animais para manter essa indústria, o número declarado no documento não supriria as necessidades dessa família.

Neste cenário, Jaguarão aparecerá para a família de Damásio Vergara pai como uma possibilidade para o mantimento de suas atividades, considerando a frequente referência de charqueadores com unidades produtivas instaladas em regiões de fronteira com a Banda Oriental, onde Jaguarão também tomaria parte e constariam proprietários charqueadores nessa localidade¹⁸². Sendo assim, essa alternativa surge como método para contornar problemas de abastecimento de modo a evitar correr riscos e tornar o processo de aquisição de rebanhos o mais seguro possível, para que a safra não gerasse prejuízo aos charqueadores. Devido a isso, podemos levantar a hipótese de Damásio Vergara filho estar agregado nas terras do pai em Jaguarão, de modo a administrar sua propriedade?

O filho cuidar de novas unidades produtivas dos pais não seria uma novidade na América portuguesa. No oeste paulista, onde a economia era calcada nos engenhos de açúcar, Bacellar já constata a instalação de administradores nas novas propriedades localizadas em outros municípios. Estes administradores, por sua vez, poderiam ser os próprios filhos devido os proprietários permanecerem ausentes e residindo em suas propriedades originais tratando de seus negócios. Nessas novas aquisições, o filho era um representante do pai, podendo no futuro permanecer como herdeiro da propriedade em que trabalhava com intuito de seu genitor manter uma solução de continuidade em seus bens após a morte¹⁸³.

Nessa região de fronteira poderia ocorrer a mesma lógica. De acordo com Vargas, devido o processo de aquisição de rebanhos conter muitos riscos, era comum os charqueadores colocarem seus próprios parentes para tomarem conta destes negócios. Desse modo, durante a safra, o charqueador dedicava-se exclusivamente aos ofícios da charqueada, fechando negócios e escolhendo os melhores animais. Sendo assim, seria habitual encontrar irmãos, genros, sogros ou filhos de charqueadores estabelecidos com estâncias na fronteira, as vezes administrando as

¹⁸¹ VARGAS, Jonas Moreira. *Os barões do charque e suas fortunas: Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (RS, Século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2016. pp. 157-159.

¹⁸² Através da análise de inventários *post-mortem* e escrituras públicas, Jonas Vargas percebeu a referência de unidades produtivas em Tacuarembó, Cerro Largo, Bagé e Jaguarão pertencentes aos charqueadores pelotenses, os quais buscavam alternativas viáveis para evitar problemas de abastecimento. Ver em: VARGAS, Jonas Moreira. *Op. Cit.* 2016, pp. 164.

¹⁸³ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Op. Cit.* 1997, pp. 138.

próprias terras do charqueador, inclusive, com seu próprio estabelecimento pecuário¹⁸⁴. Seria então Damásio Vergara filho um administrador da terra de seu pai?

Levando em consideração o testamento de Maria Bernarda Bittencourt, mãe de Damásio filho, realizado em 08 de junho de 1824, a mesma declara ser natural da Freguesia do Divino Espírito Santo de Jaguarão onde afirma que nesta localidade tinha “uma casa de minha verdadeira moradia”¹⁸⁵. Os terrenos configuradores da incipiente freguesia, começaram a ser doados a partir de 1814¹⁸⁶. Deste modo, levantamos a hipótese de Damásio Vergara filho ser o administrador das propriedades rurais do seu pai em Jaguarão, enquanto o mesmo cuidava dos negócios relacionados a sua embrionária charqueada em Pelotas¹⁸⁷. Com a morte de seu filho, a organização daquela estratégia familiar vê-se diluída uma vez que o pai perde o administrador de suas propriedades e tem de reorganizar seu núcleo familiar. Isto pode ser perceptível quando o mesmo, na partilha dos bens, redigi um requerimento pedindo para ficar com as posses encontradas em Pelotas e deixando a divisão daquelas disponíveis em Jaguarão para o restante de seus herdeiros, inclusive a falecida companheira de Damásio Vergara filho e seus dois netos que estavam sob sua tutela¹⁸⁸. Nota-se que o negócio de Damásio Vergara pai não conseguirá manter-se após a morte de seu filho (Damásio) e sua esposa, pois em seu inventário de 07 de julho de 1830 as dívidas passivas arroladas naquele documento compreendiam 95% dos bens que seriam legados para seus herdeiros¹⁸⁹.

Com isso, apontamos para a necessidade de compreender a agregação enquanto uma relação na qual permeiam diversas circunstâncias e também características, uma vez que para os casos aqui analisados a família possui grande importância na configuração e reprodução desses eventos. Na historiografia pertinente sobre este assunto, apesar desta corresponder a espaços e fontes analíticas distintas¹⁹⁰, a agregação é comumente associada a um caráter de pobreza e/ou dependência, onde estes sujeitos estariam situados “mais ou menos na periferia

¹⁸⁴ VARGAS, Jonas Moreira. *Op. Cit.* 2016, pp. 169.

¹⁸⁵ Test. de Maria Bernarda Bittencourt. APERS. 1º COAJ, 1824. Fundo 008. Caixa 008.0026.

¹⁸⁶ FRANCO, Sérgio da Costa. *Op. Cit.* 1980, pp. 49-55.

¹⁸⁷ A caracterizamos como incipiente, devido Vargas considerar a “primeira geração” de charqueadores àqueles os quais teriam sido os “desbravadores” neste ramo de negócios, compreendendo a passagem do século XVIII para o XIX e por mais algumas décadas seguintes, tendo estes encontrado mais dificuldades na consolidação de sua indústria charqueadora. Ver em: VARGAS, Jonas Moreira. *Op. Cit.* 2016, pp. 241.

¹⁸⁸ Inv. de Maria Bernarda Bittencourt. APERS. 1º COAJ, 1825. Fundo 008. Caixa 008.0026.

¹⁸⁹ Inv. de Damásio Vergara. APERS. 1º COAJ, 1830. Fundo 008. Caixa 008.0026.

¹⁹⁰ O fenômeno da agregação é amplamente estudado nas freguesias que compunham a Capitania de São Paulo, tanto em regiões urbanas quanto nos espaços da área rural, devido aos historiadores vinculados a demografia histórica estarem preocupados com a composição dos domicílios, onde as listas nominativas compõem o meio predominante para a apreensão deste evento. Mas é importante ressaltar que estas fontes ao serem realizadas por recenseadores, levanta a inquietação destes estudiosos com a falta de discussão dos critérios adotados por essa documentação para descrever a situação na qual encontrava-se parte considerável da população. Ver mais em: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Op. Cit.* 2001. pp. 191-193.

do sistema estrutural como fenômeno socialmente normal”¹⁹¹. Contudo, ao buscarmos entender os agregados de modo a ampliar suas redes e vínculos parentais, podemos obter respostas que fogem de uma lógica já amplamente divulgada.

Um outro caso de agregação encontrado em nossa gama documental que também pode ser pensado através do ciclo familiar e reprodução social de um determinado grupo parental, está na situação de João Evangelista de Souza, agregado ao seu pai Manoel Gerônimo de Souza¹⁹². Com poucos bens declarados – à exceção de nove cativos –, a fortuna de João Evangelista está avaliada em 882 libras esterlinas, possuindo chácaras em terras de seu agregador. O mesmo ocorrido no caso anterior envolvendo a família Vergara repete-se neste cenário. Com uma família composta de oito filhos e sete netos, o agregador Manoel Gerônimo de Souza possuía no momento de sua morte um monte-mor avaliado em mais de 2 mil libras esterlinas, contendo inúmeros bens arrolados e um rebanho o qual ultrapassava dois mil animais vacuns. Seus sete filhos foram dotados com escravos e animais – apenas dois deles receberam também propriedades fundiárias – antes de sua morte, posteriormente receberam na partilha dos bens recursos consideráveis para suas unidades produtivas.

O fator que mais nos chamou a atenção neste caso envolve o agregador declarar explicitamente entre seus bens a posse de duas propriedades que havia negociado e dado para seus filhos exercerem sua atividade criatória. Além disso, outros dois filhos possuíam benfeitorias em suas terras, como o sucedido com João Evangelista de Souza, um dos agregados de nossa análise. Através das informações contidas nessa fonte, podemos levantar a hipótese para este caso de uma prática já mencionada por Farinatti para a região de Alegrete, a qual consiste nos filhos de Manoel Gerônimo de Souza exercerem a atividade criatória junto ao seu pai, mesmo depois de casados¹⁹³.

Apesar de lidar com as famílias pertencentes à elite de Alegrete, fato este que obriga-nos a ter mais cautela em tais conjecturas pois esta categoria não está contemplada em nosso enfoque, Farinatti demonstra-nos que através da utilização de recursos dos seus pais, muitos filhos tiveram a possibilidade de iniciar sua atividade criatória sob abrigo e proteção de seus progenitores, e então formar um pecúlio que lhes possibilitasse a compra de terras e assim inserir-se de modo autônomo nessa atividade¹⁹⁴. Acreditamos que João Evangelista de Souza

¹⁹¹ SAMARA, Eni Mesquita de Sama. *Op. Cit.* 2005, pp. 100.

¹⁹² Inv. de João Evangelista de Souza. APERS. 1º COAJ, 1818. Fundo 008. Caixa 008.0025.

¹⁹³ FARINATTI, Luís AUGUSTO Ebling. *Op. Cit.* 2010, pp. 310.

¹⁹⁴ Idem, 2010, pp. 311.

possa estar posicionado nesta prática e também compreender o ciclo familiar desta parentela, pois, no momento de sua morte, o seu pai Manoel Gerônimo de Souza possuía uma idade estimada em 79 anos¹⁹⁵ e o compartilhamento de recursos era um meio para a reprodução social das famílias na América portuguesa.

Com os casos apresentados nessa seção buscamos dar atenção para dois fatores principais quando analisadas as situações de agregação, até então raramente debatidas. O primeiro deles compreende estarmos lidando com o ciclo de vida de um (a) determinado (a) sujeito/grupo familiar. Como amplamente mencionado pelos estudiosos os quais utilizam inventários *post-mortem* em suas análises, estas fontes captam um determinado momento da vida do agente estudado, ou seja, sua morte. Com isso, a utilização do “bovinocentrismo” como método para delimitar o lugar de pertencimento do sujeito na escala produtiva pode ser falha. Isto fica-nos claro ao inserirmos essas famílias em um contexto mais amplo, através das redes familiares e análise de duas gerações, e percebermos que estes sujeitos estavam incorporados em uma estratégia familiar que poderia fazer com os filhos agregados herdassem as relações e negócios de seus agregadores, assim como sua categoria social enquanto criador, tendo em vista que as duas situações aqui analisadas, de acordo com a idade dos filhos dos casais, supõe-nos que ambos os grupos domésticos (tanto de Damásio filho quanto de João Evangelista) estavam recém no início de sua vida familiar/produtiva.

Um outro ponto intrinsecamente ligado ao ciclo de vida consiste em estarmos atentos quanto a problematização do caráter de pobreza e dependência que cercam esses sujeitos agregados. Conforme podemos observar, ambas situações esboçadas nas famílias de Damásio Vergara filho e João Evangelista de Souza indicam-nos que aquele grupo familiar por estar no início de sua vida produtiva em busca de autonomia estavam sob a tutela de seus pais em lugares que estavam em meio ao fechamento da fronteira. Em parte da historiografia analisada, o caráter periférico do agregado muitas vezes é ressaltado, legando-o uma posição submissa frente aos demais grupos sociais. Contudo, notamos nessas análises que estes sujeitos poderiam estar em uma etapa transitória entre pequeno e médio/grande produtor proprietário de suas terras, uma vez que ao receberem os bens de seus pais sua situação enquanto grupo doméstico sofreria alterações que afetariam a organização de seu fogo. O caso de Damásio Vergara filho é mais explícito ao percebermos que este sujeito, por ser o administrador das terras, em Jaguarão, do seu pai charqueador, já inicia sua vida imerso em um mundo de privilégios os quais outros

¹⁹⁵ Para medirmos a idade estimada do pai de João Evangelista de Souza, utilizamos o testamento realizado por Manoel Gerônimo de Souza em 13/07/1826 onde declara possuir 87 anos e calculamos através do inventário do seu filho aberto em 22/05/1818.

sujeitos não têm a seu alcance, herdando conhecimentos administrativos, prestígio social, entre tantas outras vantagens. Quanto ao caráter de dependência, que, conforme acreditamos, ainda permanece nessas relações, deve ser mais relativizado nestas situações onde esses agentes estão agregados aos seus familiares. Acreditamos que estes casos não podem ser comparados a um simples caso de colonato onde ocorre a troca de terra por trabalho, tendo em vista o fato do filho ser um representante do pai e isso fazer com que o mesmo adquira experiência para no futuro seguir seu negócio. Ambas situações são interrompidas devido a morte dos agregados, fazendo com que as famílias reorganizassem suas estratégias para sua manutenção e reprodução social.

2.4 Busca por um abrigo em momento de necessidade: os casos de Severina Pereira das Neves e Francisco Jose de Souza

Uma das contribuições que buscamos enfatizar em nosso trabalho está em compreender a relação do agregado com o agregador, inserindo-os em uma rede mais ampla para buscarmos respostas frente a cada situação de agregação. Além disso, buscamos ressaltar que estes contextos compreendem inúmeras características e relações estabelecidas, não podendo pensar os agregados enquanto uma categoria social coesa.

Após apresentarmos os fenômenos de agregação onde as fontes nos demonstram a existência de estratégias que podiam alçar o pequeno produtor a um outro patamar, no cenário apresentado a partir de agora nos vemos diante de um outro panorama. Este, por sua vez, consiste em pequenos produtores pobres que se agregavam como uma alternativa para sua subsistência. Ao contrário das situações demonstradas anteriormente, na qual os filhos agregados a sua rede parental teriam condições – através do prestígio adquirido enquanto criavam com seus pais – de seguir em frente com seus próprios negócios, caso não fossem impossibilitados devido sua morte precoce, nesse conjunto de situações destacamos que a agregação surge como uma estratégia de vida dos pequenos produtores.

Severina Pereira das Neves era casada com João Antônio de Miranda quando de seu falecimento no ano de 1827. Através da abertura do inventário realizado no cartório de Jaguarão, podemos perceber que esta também era uma família que recém estava começando sua vida produtiva. No momento de sua morte, Severina Pereira das Neves deixou três filhos sob a tutela de seu marido e pai das crianças João Antônio de Miranda, sendo que a de mais

idade possuía apenas quatro anos, enquanto os outros dois possuíam, respectivamente, dois anos e uma recém-nascida de seis meses¹⁹⁶.

Dentro da amostragem dos agregados contidos nessa dissertação de mestrado, a família de Severina Pereira das Neves era a única que não possuía trabalhadores escravizados. Seus bens equivaliam a uma quantia de 61 libras esterlinas, que correspondiam somente a um pequeno rebanho em que os ovinos compunham a maioria dos animais e, o restante do patrimônio, era composto pelo mobiliário da casa que moravam de agregados. O primeiro cativo que João Antônio de Miranda recebeu ocorre somente dois anos após a morte de sua esposa, em 1829, quando acontece a partilha dos bens de seu pai e agregador que acabava de falecer, Francisco José de Miranda¹⁹⁷.

Conforme Gomes ressalta, casar e formar um domicílio é considerado um dos momentos mais críticos na reprodução de uma família, pois envolve inúmeras estratégias implicando a participação de todos os integrantes do núcleo parental que buscam fazer com que o casal leve uma vida independente para que possa criar seus filhos¹⁹⁸. Além de ser o agregador de seu filho casado com Severina Pereira das Neves, Francisco José de Miranda tinha mais 13 filhos dos quais não conseguimos informações sobre o seu destino após o casamento, sendo que nove mantinham matrimônio no momento da morte de Francisco José de Miranda, um era viúvo e os outros três permaneciam solteiros.

Em meio a um grande número de descendentes, Francisco José de Miranda possuía apenas um pedaço de campo no Arroio Grande, local onde estavam agregados o casal Severina Pereira das Neves e João Antônio de Miranda, junto de seus três filhos. Além disso podemos considerar que ainda deviam conviver no fogo do agregador Francisco, seus outros três filhos solteiros que provavelmente trabalhavam para o seu pai.

Na partilha dos bens do agregador Francisco José de Miranda não encontramos um herdeiro-concentrador que tenha ficado com a terra do pai, pois a propriedade foi dividida de forma igualitária entre todos os beneficiários, considerando que seu patrimônio era equivalente a 500 libras esterlinas onde a terra representava 40% do total dos bens avaliados. Sendo assim,

¹⁹⁶Inv. de Severina Pereira das Neves. APERS. 1º COAJ, 1818. Fundo 008. Caixa 008.0028.

¹⁹⁷ O agregador Francisco José de Miranda possuía 8 cativos, tendo quatro deles ficado sob a posse da viúva Joana Maria de Medeiros; e os outros quatro, divididos entre os quatro filhos homens casados. Houve uma preferência, quando da realização da partilha dos bens, de os homens casados ficarem com os cativos restantes os quais haviam sido doados na meação à esposa, enquanto as filhas mulheres foram beneficiadas com mais utensílios pessoais presentes nos bens de Francisco José de Miranda. Inv. de Francisco José de Miranda. APERS. 1º COAJ, 1818. Fundo 008. Caixa 008.0028.

¹⁹⁸ GOMES, Luciano Costa. *Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802*. 2012. 292 f. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. pp. 170.

este dado corrobora com a assertiva de divisão igualitária entre todos os herdeiros da propriedade fundiária devido ao conseqüente crescimento do valor da terra dentro do pecúlio dos produtores¹⁹⁹. Com isso, supomos que alguns dos filhos de Francisco possam ter continuado a viver naqueles campos, pois nem todos que contraíam matrimônio conseguiam comprar um pedaço de terra. Logo, a agregação deve ser compreendida neste caso principalmente como um fenômeno ou estratégia relacionada ao começo da vida produtiva dessas famílias. Desse modo, o casal Severina Pereira das Neves e João Antônio de Miranda além de cuidar de seu rebanho e plantar, auxiliavam o agregador nas lides de sua unidade produtiva.

Este fato também é demonstrado para os Campos de Cima da Serra por Vicenzi, pois em seu estudo foi encontrado nas listas nominativas uma diferente gama de sujeitos agregados a sua família. Embora tenha prevalecido o estigma da pobreza e dificuldade no acesso à terra, havendo entre esses agentes e seu agregador uma posição hierárquica desigual onde os agregados eram mantidos enquanto uma opção em decorrência da falta de mão de obra, a condição dos agregados poderia ser transitória e aberta à ascensão social²⁰⁰.

Em nosso caso é imprescindível compreender essas situações que ocorrem na agregação entre familiares como uma estratégia de um núcleo familiar visando à autonomia desses sujeitos. Na Vila de Sorocaba, através das fichas de reconstituição de família, Bacellar acredita que o ato de agregar-se pode ser visto como uma etapa da vida de determinados indivíduos, a qual consistia em uma espera e preparação para uma posterior instalação, e dentro dessas situações prevaleceria os filhos e filhas recém casados, muitos deles desapareceriam ao sabor dos anos dificilmente fixando-se de modo permanente²⁰¹.

¹⁹⁹ Dos cinco casos analisados, quatro deles quando concernentes a partilha dos bens, a terra foi dividida de forma igualitária entre todos os herdeiros. Esse fato já havia sido encontrado e maior detalhado por Bacellar ao perceber nas famílias de engenho do oeste paulista duas maneiras de fragmentar seu patrimônio: a primeira delas seria destinar o engenho para um único herdeiro e compensar essa atitude distribuindo a terra entre os demais; também poderia dividir o patrimônio de forma igualitária, onde estes administrariam a propriedade em conjunto. Essa última situação foi encontrada com mais frequência assim como em nosso cenário, embora pudesse haver uma tendência comum no oeste paulista entre os herdeiros de redistribuição dos bens após a partilha, no qual um deles concentrava a propriedade em suas mãos (herdeiro-concentrador). Em Alegrete, Farinatti também encontra uma disposição mais elevada em realizar a divisão da terra de forma equitativa, haja vista o fato deste bem tornar-se no decorrer do período estudado a parte mais importante do patrimônio, dividindo-se então, o valor da terra pelo número de herdeiros. Ver em: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Op. Cit.* 1997, pp. 152-158; FARINATTI, Luís AUGUSTO Ebling. *Op. Cit.* 2010, pp. 322-324.

²⁰⁰ VICENZI, Renilda. *Nos campos de cima da serra: ser preto, pardo e branco na Vila de Lages, 1776-1850*. 233 f. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015. pp. 191-194.

²⁰¹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Op. Cit.* 2001, pp. 189-190.

Uma outra situação de agregação envolvendo produtores pobres foi encontrada em Jaguarão, porém essa não representava apenas uma estratégia familiar visando à autonomia de seus indivíduos. No caso de José Inácio Lucas, que possuía em seus campos como agregado seu filho Evaristo Jose Gonçalves²⁰² com sua esposa e mais quatro filhos entre 5 e 10 anos, a terra foi palco de disputas onde possuir um agregado poderia ser um fator legitimador de propriedade.

Assim como viemos demonstrando nesse item, José Inácio Lucas era um pequeno produtor que concentrava em seu rebanho a maior parte do seu patrimônio, embora possuísse três trabalhadores escravizados, porém todos com idades avançadas²⁰³. Ao analisar sua família, que continha quatro filhos²⁰⁴, podemos caracterizar essa agregação como aquela ocorrida com mais frequência entre os pequenos lavradores. Essa caracteriza-se pelo ciclo de vida de José Inácio Lucas, que já era um produtor com idade avançada e trabalhadores escravizados idosos, porém seus filhos eram todos adultos em idade produtiva. Desse modo, a agregação era um modo de suplementar o trabalho e balancear a mão de obra cativa com o trabalho familiar, pois a perda do braço filial poderia ser desastrosa para a economia desses produtores²⁰⁵.

Uma ocorrência inesperada na declaração dos bens de José Inácio Lucas fez-nos, entretanto, adicionar um outro debate acerca da agregação de indivíduos. A esposa e inventariante de seu filho, Thomazia Maria Cardozo, ao declarar os bens de raiz do casal afirma que os mesmos estavam na condição de agregados em terras de seu sogro. Contudo, ao pesquisarmos no inventário do agregador não encontramos entre seu patrimônio a propriedade fundiária mencionada, apenas consta o usufruto de uma morada de casas térreas cobertas de telha²⁰⁶.

O fato de possuir agregados em suas terras, mas não a mencionar entre seus bens era bastante incomum no espaço estudado, tendo em vista que a propriedade era o bem basilar dessas relações de agregação. Todavia, em seu testamento podemos elucidar que a terra onde José Inácio morava junto de seus filhos era objeto de conflito sobre a quem tocava por direito seu domínio. Nesta fonte, ao postular seus últimos desejos, José Inácio desvela um conflito pela posse de uma sesmaria que o mesmo alega ter recebido e sua posse reconhecida por ordem régia

²⁰² Inv. de Evaristo José Gonçalves. APERS. 1º COAJ, 1820. Fundo 008. Caixa 008.0026.

²⁰³ Inv. de Jose Inácio Lucas. APERS. 1º COAJ, 1828. Fundo 008. Caixa 008.0028.

²⁰⁴ Os quatro filhos de José Inácio Lucas, incluindo o agregado Evaristo José Gonçalves, só foram reconhecidos no testamento desse produtor. Os quatro, po sua vez, não foram mencionados na abertura do inventário. Test. de Jose Inacio Lucas. APERS. 1º COAJ, 1827. Fundo 008. Caixa 008.0028.

²⁰⁵ GOMES, Luciano Costa. *Op. Cit.* 2012, pp. 175.

²⁰⁶ Inv. de Jose Inácio Lucas. APERS. 1º COAJ, 1828. Fundo 008. Caixa 008.0028.

em 14 de abril de 1789²⁰⁷, porém havia um agregado de nome Alexandre José Cardoso nestes campos que nenhuma benfeitoria possuía, mas não queria sair daquele território²⁰⁸.

Essa afirmação é no mínimo duvidosa, pois seu inventário é datado de 1828, uma diferença de 39 anos após a ordem régia mencionada por José Inácio, e ainda assim a propriedade fundiária não está entre seus bens declarados. Diante disso, levantamos a hipótese já referida por Boixadós e Farberman para a região de Los Llanos, localizada ao sul da jurisdição de La Rioja na Argentina durante o século XVIII, em que os agregados poderiam cumprir a função de “contribuir a ‘formar el derecho’ de sus receptores colonizando nuevas tierras o asegurando las propias”²⁰⁹.

Com base nos desdobramentos encontrados nessas fontes, acreditamos que toda essa situação é baseada na informalidade, sendo sua posse reconhecida ao empregar seus familiares²¹⁰. Ao fazer a afirmação de que o “agregado invasor” não cultivava nada nas terras, José Inácio poderia usar isso como modo de reafirmar seu direito àquela propriedade, tendo em vista a obrigatoriedade do cultivo nas sesmarias.

Conforme argumenta Congost, por muito tempo a análise da propriedade estava baseada em um conjunto de leis onde esta seria um produto derivado da legislação, em que prevalecia a ideia de propriedade privada entendida enquanto eterna e imutável, ou seja, a interpretação da propriedade estava baseada no ponto de vista de legisladores, do Estado e das elites, todavia, a realidade social era muito mais complexa²¹¹. Nesse sentido, deve-se observar nas distintas sociedades “as condições de realização da propriedade” e os processos de apropriação social que os tinham acompanhado, não necessariamente reconhecidas nas leis. Logo, deveríamos ter

²⁰⁷ Apesar de afirmar que o campo era seu por direito, José Inácio Lucas afirma nunca ter feito a medição das terras, deixando recomendado para seus herdeiros fazê-la assim que o conflito estivesse resolvido. Não que esta seja uma prática recorrente – medição de terras – mas este fato abria precedente para sua sesmaria estar em comisso, conforme aponta Márcia Motta, pois esta era uma determinação legal a qual poucos sesmeiros cumpriam. Ver: MOTTA, Márcia. Sesmarias e o mito da primeira ocupação. In: *Justiça & História*. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, v. 4, n.7, 2004.

²⁰⁸ É importante ressaltar que a versão dos fatos aqui apresentada, são manifestas por José Inácio Lucas através de seu testamento. Test. de José Inácio Lucas. APERS. 1º COAJ, s/d. Fundo 008. Caixa 008.002.

²⁰⁹ BOIXADÓS, Roxana E; FARBERMAN, Judith. Propietarios, agregados y “pobres de Jesucristo”: Tierra y sociedad em Los Llanos riojanos en el siglo XVIII. In: *Historia Agraria*, n.54, Agosto/2011, pp. 63.

²¹⁰ Não somente fundamentais para construir direito de propriedade nas terras do agregador que os agregados familiares eram utilizados. Correa argumenta para a região de Caçapava no século XIX que esses sujeitos poderiam atuar como posteiros nas terras: um empregado que reside junto ao limite da fazenda ou estância, ficando responsável pelo cuidado dos limites da terra, para que não houvesse roubo de gado. Ver: CORRÊA, André do Nascimento. *Organização domiciliar e escravidão no extremo sul do Brasil: Caçapava no século XIX*. 2017. 216 f. Tese (Doutorado em História)- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017. pp. 60-75.

²¹¹ CONGOST, Rosa. Las leyes sobre la propiedad de la tierra y el análisis histórico de los derechos de propiedad. Reflexiones a partir de algunos bicentenarios. In: *Claves*. Revista de Historia, n.1, 2015. pp. 122.

em conta todas as práticas de propriedade, inclusive as informais, as quais também auxiliariam os indivíduos em aceder a recursos.

De acordo com o que viemos pautando nesse trabalho, não ter a propriedade da terra no espaço de Jaguarão não era um impeditivo para o estabelecimento de unidades produtivas. Contudo, são várias as formas empregadas pelos diferentes produtores para terem suas posses reconhecidas²¹². Devido ao processo de ocupação do espaço onde estava a família de José Inácio Lucas e seus agregados ter sido ocupado de modo informal, a inserção de indivíduos que os auxiliassem a reconhecer aquela terra enquanto pertencente a seu domínio era de fundamental importância para criar seu direito perante aquele território baseado nos costumes e experiências da família.

Neste capítulo, através de fontes judiciais e administrativas, nossa pesquisa abordou os agregados encontrados na área rural de Jaguarão, onde esses sujeitos correspondiam a 22% do nosso universo documental, sendo este composto por 67 inventários *post mortem*. Sua existência foi percebida quando, através da declaração dos bens de raiz do inventariado, a pessoa responsável pelos procedimentos de seu inventário (inventariante) manifestava a condição de agregado perante a uma determinada pessoa, classificada em nosso estudo como agregador. Em todos os casos, o nome da pessoa era mencionado, assim como o vínculo familiar – quando existente. A partir desses vestígios, utilizamos o método onomástico como metodologia de pesquisa para que pudéssemos encontrar os inventários dos agregadores e problematizar questões pertinentes a essa relação.

No primeiro subcapítulo, trabalhamos com todos os pequenos produtores do nosso recorte espacial e os dividimos em quatro categorias, a saber: produtores com a propriedade da terra, produtores sem a propriedade da terra, agregados com vínculo familiar e agregados sem vínculo familiar com o agregador. A partir deste momento, realizamos uma análise com uma

²¹² A historiografia tocante às lutas pela terra demonstra inúmeros conflitos, assim como distintas maneiras utilizadas para o reconhecimento da posse de determinado sujeito e núcleo familiar, abrangendo embates na esfera jurídica assim como a utilização da força para conseguir tal finalidade. Alguns trabalhos consultados foram: ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. Senhores de pequenos mundos: disputas por terras e os limites do poder na América portuguesa. In: *Saeculum* – Revista de História, n. 26, João Pessoa, jan./jun. 2012. pp. 63-77. MOTTA, Márcia. Sesmarias e o mito da primeira ocupação. In: *Justiça & História*. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, v. 4, n.7, 2004. pp. 01-17. MOTTA, Marcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

perspectiva econômica na qual procuramos explorar o perfil econômico e produtivo dessas famílias.

Nesse estudo encontramos uma grande proximidade entre os agregados que possuíam vínculo familiar com o agregador e os produtores com a propriedade da terra no que tange a sua fortuna, rebanho e cativos. Enquanto isso, os produtores “sem terra” e os agregados que não conseguimos identificar algum vínculo, também possuíam semelhanças que os aproximavam enquanto grupo.

O espaço de Jaguarão teve, inicialmente, uma ocupação informal de seus campos, o que, no desenrolar do tempo, resultou em muitas disputas entre os “intrusos” e os grandes proprietários, incluindo militares. Através da extrema imprecisão de limites ocorrida na primeira metade do século XIX e o processo de monopolização fundiária, levantamos a hipótese de que houve em Jaguarão mais razões para tornar-se agregado, como a negociação e acomodação enquanto uma estratégia de pequenos posseiros para proteger suas posses.

No segundo subcapítulo – apesar de haver distintas situações de agregação no espaço pesquisado, as quais possuem características específicas na configuração daquela sociedade – o foco foi sobre os agregados que tinham algum vínculo familiar com o agregador. Nessa parte, buscamos analisar as relações estabelecidas nesses núcleos, com um foco voltado para a família. Diante disso, problematizamos questões como dependência e pobreza, aspectos geralmente presentes quando abordada a questão do agregado.

De antemão, percebemos que a agregação estava fortemente vinculada a situações familiares e de reprodução social. Diante disso, o ciclo de vida foi peça fundamental para compreendermos esse cenário, haja vista que entendemos esses casos como uma estratégia familiar, seja ela originária de famílias abastadas ou camponesas. Logo, foram encontrados agregados que poderiam estar em uma situação transitória entre dependência e autonomia, os quais possuíam vantagens para o início de sua vida familiar e produtiva; assim como famílias pobres, as quais a agregação era um modo de subsistência e garantia de manutenção dos seus bens.

CAPÍTULO 3

Pequena produção e trabalho escravo em Jaguarão/RS, entre 1802 – 1835

A presença dos trabalhadores escravizados na pecuária sulina do Brasil Oitocentista foi, durante um longo período, negligenciada pela historiografia. Até então, mão de obra escrava e as atividades de criação eram consideradas antagônicas, haja vista que o “escravo não foi essencial ao desenvolvimento das estâncias. Circunscrita a atividade destas a preia e invernações do gado, dispensava por conseguinte a concorrência de muitos braços”²¹³. Desta forma, a imagem de um pampa assentado, primeiramente, na migração açoriana e braços livres (peões) para as lides rurais prevaleceu no estereótipo das produções historiográficas dedicadas ao período colonial.

Para esta vertente, o cativo teria sido introduzido nas atividades econômicas da Capitania somente com a implementação das charqueadas em finais do século XVIII na atual cidade de Pelotas, mesmo assim sua população seria numericamente insignificante no Rio Grande de São Pedro. Como principais fontes para suas argumentações estavam os relatos de viajantes, com destaque para os de Auguste de Saint-Hilaire²¹⁴.

Um dos trabalhos pioneiros no que tange ao uso da mão de obra cativa no Continente é o de Fernando Henrique Cardoso, publicado originalmente em 1962. Nele, o autor trouxe uma relevante colaboração para o entendimento da sociedade colonial sul riograndense ao desmistificar a ausência de trabalhadores escravizados em seu tecido social. Além disso, é de grande valia ao enfatizar que, para além da criação do gado, a agricultura também foi uma atividade de muita importância na formação econômica do Rio Grande²¹⁵.

Porém, quando referindo-se a presença de cativos nos espaços incorporados pela coroa portuguesa em finais do século XVIII e início do XIX, o autor faz o seguinte argumento:

Nas áreas que se incorporaram à economia rio-grandense nos fins do século XVIII e primórdios do século XIX, onde se repetia, neste período, a aventura da conquista e da preia ao gado, a presença do negro foi mais ocasional que rotineira, sendo mais aproveitado na qualidade de doméstico que na de peão²¹⁶.

²¹³ CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: Período colonial*. Porto Alegre: Editora Globo, 1970. pp. 29.

²¹⁴ Auguste de Saint-Hilaire foi um botânico, naturalista e viajante francês. Durante o período de 1816-1822 realizou viagens exploratórias pelo Brasil que resultaram em fontes históricas para o trabalho científico devido a descrição dos ambientes por onde passava, sua economia e cultura.

²¹⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 62-64.

²¹⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. *Op. Cit.* 2003. pp. 76-77.

Recapitulando, o contexto de disputas ocorrido em finais do século XVIII e início do XIX, fez com que o território, hoje correspondente a Jaguarão, despertasse a cobiça das coroas ibéricas devido ao sistema hidrográfico representado pelo rio Jaguarão, assim como os rebanhos selvagens existentes naquele espaço. Nesse sentido, ao atrelar-se com afinco às declarações de Saint-Hilaire, Cardoso negligenciou a presença cativa nas regiões de fronteira recém incorporadas aos domínios portugueses. Além disso, afirmando que a presença de trabalhadores escravizados nas atividades produtivas se faria presente, principalmente nos trigais e nas charqueadas, acaba por desconsiderar este fato de uma ampla gama da sociedade sulina²¹⁷. No entanto, o panorama atual é bem diferente do até aqui delineado, pois a importância dos escravos para a pecuária e agricultura rio-grandense nos Oitocentos é amplamente difundida.

Para o território de Jaguarão, encontramos em Sérgio da Costa Franco as primeiras ilações sobre este tema, mesmo que este não seja uma de suas prioridades. Contudo, a presença de cativos para a formação social e econômica do espaço analisado é difundido através tanto de documentos judiciais quanto administrativos, refutando amplas teses da parca presença de trabalhadores escravizados nesses espaços recém anexados²¹⁸. A dissertação de mestrado de Gustavo Gularte será a base que assentará a preponderância dessa mão de obra no meio rural estudado, sendo o primeiro trabalho de cunho acadêmico destinado a observar esses agentes no espaço e tempo referente ao início da incorporação daquele território aos domínios lusitanos. Em Gularte, chama atenção a disseminação dos trabalhadores escravizados nas atividades e lides rurais, assim como sua representatividade no patrimônio dos produtores e proprietários de terras²¹⁹.

Em nosso trabalho, o qual temos como fontes principais 67 inventários *post mortem*, já analisamos e pautamos em capítulo anterior a difusão desses agentes também nas escravarias de pequenos produtores. Contudo, nossa primeira análise visava explorar as atividades que fomentaram a economia de Jaguarão durante o período de nosso recorte temporal. Dessa forma, a pesquisa foi orientada através de uma perspectiva onde o foco permaneceu sobre o patrimônio

²¹⁷ Ao abordar a incorporação dos territórios meridionais na economia da América portuguesa, Helen Osório demonstra uma paisagem agrária e a participação de cativos em sua consolidação, de um modo bastante diferente do esboçado por Fernando Henrique Cardoso, inclusive relativizando a presença singular de cativos no início da expansão tritícola. Ver mais: OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. pp. 178-179.

²¹⁸ FRANCO, Sérgio da Costa. *Origens de Jaguarão (1790-1833)*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980

²¹⁹ GULARTE, Gustavo. *Fronteira do Jaguarão: unidades produtivas e trabalho escravo na formação de um espaço fronteiriço, 1801-1835*. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

produtivo pertencente aos pequenos produtores de Jaguarão, não havendo espaço para uma averiguação mais detalhada desses agentes.

Desse modo, a análise pautada em critérios econômicos fez-nos aplicar um recorte onde os assuntos problematizados estavam vinculados exclusivamente à caracterização das atividades produtivas. Diante disso, diversas perguntas surgiram no desenrolar desse trabalho, principalmente aquelas pautadas sobre a composição dessas escravarias, pois isto ajuda a compreender o modo de acesso dos pequenos produtores a essa mão de obra.

Outro ponto destacado estava relacionado com a forma de utilização desses trabalhadores em um grupo onde seu patrimônio era distinto dos demais estudos realizados no meio rural, em que os animais não representavam o bem de maior rentabilidade. Sendo assim, qual a finalidade de possuir uma média bastante elevada de cativos? Onde esses cativos eram empregados em um território onde é dada maior ênfase para a produção pecuária devido a fronteira e proximidade com os rebanhos presentes no espaço platino?

Desta forma, neste capítulo nos propomos a estudar particularmente esta camada do tecido social da população rural de Jaguarão no Oitocentos. Nosso objetivo está em compreender os planteis que estavam em posse desses pequenos produtores e de que modo essa mão de obra era utilizada; tendo em vista a reflexão surgida com a análise das fontes onde a produção pecuária não é suficiente para responder a alta representatividade e presença desses cativos no espaço analisado.

Para problematizar essas questões, dividimos o capítulo em duas partes. Primeiro nos dispomos a caracterizar essas escravarias dos pequenos produtores através dos 67 inventários *post mortem*, atentando para particularidades como sexo, idade, origem, nação ou porto africano de procedência. Além disso, realizaremos a estrutura da posse escrava de modo com que possamos definir o grau de disseminação da propriedade cativa entre esse grupo. Também buscamos fazer um debate, embora sucinto, sobre trabalho familiar, mão de obra cativa e ciclo familiar, uma vez que em alguns casos percebemos que as dinâmicas familiares influenciaram na aquisição de cativos.

Em um segundo momento, através da prática da agricultura e pensar no trabalhador escravizado enquanto uma forma de renda desses pequenos produtores, buscamos dar início a um debate que questione o porque da ampla difusão dessa mão de obra entre todos os setores de Jaguarão. Com auxílio de fontes administrativas e judiciais, onde destacam a produção voltada para subsistência e importação de gêneros alimentícios, queremos examinar esse contexto produtivo de Jaguarão.

3.1 As escravarias dos pequenos produtores de Jaguarão/RS

Apesar da imagem clássica de que para o desenvolvimento da pecuária e agricultura sulina não seriam necessários muitos braços e que essas atividades econômicas não propiciariam o acúmulo de capital para que ocorresse a incorporação contínua do elemento cativo, temos demonstrado que isto não representa a realidade encontrada nos documentos coevos analisados pela comunidade de historiadores. Ao contrário, a posse de trabalhadores escravizados estava muito mais disseminada pelo corpo social do que se pensava.

Percebemos em nosso estudo a numerosa presença desse agente a partir da análise dos 67 inventários *post mortem* dos pequenos produtores, onde em 88% deles encontramos a presença de escravos, contabilizando um contingente cativo de 269 almas e uma média de 4,6 trabalhadores escravizados por inventário. Conforme já ressaltado, é importante situarmos que essa média era bastante elevada quando comparada com o restante dos produtores do Continente do Rio Grande de São Pedro²²⁰. O número encontrado em nosso estudo somente fica próximo daquele que foi localizado por Gomes para a Paróquia de Porto Alegre em 1779 onde foi encontrada uma média de 4,2 cativos; mesmo assim, é utilizada uma fonte completamente distinta da nossa, os róis de confessados²²¹.

Logo, estes dados por nós encontrados só corroboram com o fato de o quanto nessa fronteira foi utilizada a mão de obra cativa, confirmando sua importância para a consolidação das atividades econômicas dessa região. Na tabela abaixo, através da estrutura da posse de escravos buscamos demonstrar a variação do tamanho das diferentes escravarias, assim como a distribuição dos cativos entre esses pequenos produtores.

Tabela 6. Estrutura da posse de escravos dos pequenos produtores da Fronteira do Jaguarão, entre 1802-1835.

Faixa de Tamanho do Plantel	Nº de proprietários	% do total de proprietários	Nº de Escravos	% do total de escravos
1 a 4	35	59%	91	34%
5 a 9	21	36%	144	53%
10 ou mais	3	5%	34	13%
Total	59	100%	269	100%

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: 59 inventários *post mortem*. APERS.

²²⁰ Esse assunto foi debatido de forma mais minuciosa no capítulo 1 desta dissertação, no subcapítulo “escravos”.

²²¹ GOMES, Luciano Costa. *Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802*. 2012. 292 f. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. pp.100.

A preponderância das escravarias de pequeno porte em que o número de cativos varia entre 1 a 4 trabalhadores, é a que encontra-se com mais frequência na área rural do Rio Grande de São Pedro²²². Em nosso estudo também não foi diferente, uma vez que elas representam 59% dos proprietários que arrolavam escravos entre seus bens. Contudo, apesar de representarem mais da metade dos documentos analisados, as mesmas não concentravam a maior parte dos cativos da área rural de Jaguarão. As escravarias contendo entre 5 a 9 trabalhadores escravizados totalizavam 36% de nosso universo documental e possuíam 53% da mão de obra escrava entre os pequenos produtores da região. É interessante perceber que mesmo lidando com um grupo bastante específico, em que contavam com no máximo 150 reses, três estabelecimentos possuíam dez ou mais escravos.

Não chega a ser surpreendente este fato, visto que a disseminação da mão de obra cativa era recorrente naquele espaço. Inclusive, devemos destacar que os dados aqui encontrados não demonstram uma grande concentração de cativos nas mãos de poucos indivíduos. Acreditamos que isto ocorre justamente por estarmos analisando uma camada específica da zona rural, haja vista que Gularte encontrou para Jaguarão em sua amostragem apenas 6 estabelecimentos com mais de 20 trabalhadores escravizados, mas em contrapartida concentravam 43% dessa mão de obra.

Em Gularte, quando somadas as unidades produtivas com até 9 escravos, chegavam a um índice de 89% das unidades por ele analisadas, porém tinham posse de 41% desses trabalhadores²²³. Não difere muito do encontrado por Osório, em que os estabelecimentos rurais com até 9 cativos são 75% de sua amostragem e as com mais de 20 almas em suas escravarias totalizam 9%. Entretanto, concentravam respectivamente, 35% e 37% dos trabalhadores escravizados na área rural²²⁴.

Sobre o sexo dos escravos presentes nos plantéis dessas pequenas unidades produtivas rurais destacamos que a maioria deles era composta por homens, os quais representavam 61% da totalidade de cativos presentes nos inventários *post mortem*, enquanto as mulheres perfaziam 39% dessa população, ou seja, temos 164 homens e 105 mulheres. A maior presença masculina entre os trabalhadores escravizados não é uma novidade. Nosso percentual fica próximo do que foi encontrado por Helen Osório para toda capitania, que foi de 68% de cativos do sexo

²²² Ver: OSÓRIO, Helen. *Fronteira, Escravidão e Pecuária*: Rio Grande do Sul no período colonial. Segundas Jornadas de História Regional Comparada. Anais. Porto Alegre: PUCRS, 2005. pp. 14-15. GULARTE, Gustavo. *Op. Cit.* 2015, p. 96. MATHEUS, Marcelo Santos. *Op. Cit.* 2016, pp.196-200.

²²³ GULARTE, Gustavo. *Op. Cit.* 2015, pp.96.

²²⁴ OSÓRIO, Helen. *Op. Cit.* 2005, pp. 14-15.

masculino²²⁵. Reforçando esse caráter, Matheus encontrou uma taxa de masculinidade para Bagé que correspondia a 137,5 homens para cada 100 mulheres²²⁶. Enquanto isso, na região de Alegrete essa diferenciação era ainda mais acentuada, pois Farinatti nos demonstra que existia 177 homens para cada 100 mulheres²²⁷. Como já é amplamente discutido na historiografia, uma superioridade masculina indica que o trabalho era o eixo norteador da escravidão. Contudo, como podemos ver no quadro abaixo, essa lógica sofre alterações quando analisamos o sexo dos cativos de acordo com sua origem.

Tabela 7. Distribuição da população escrava por sexo e origem (%), entre 1802-1835.

	Africanos	Crioulos
Homens	74%	44%
Mulheres	26%	56%
Total	100%	100%

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: 59 inventários *post-mortem*. APERS.

Acreditamos que a grande presença de mulheres entre a população de escravos crioulos, que acaba por diminuir a disparidade sexual, pode ser resultado de duas situações, a saber: a reprodução endógena que era fomentada pelos produtores daquela região de fronteira ou uma estratégia econômica presente nos pequenos produtores, devido o baixo custo frente à mão de obra masculina e aproveitamento de seu trabalho em outros setores, como o doméstico. Já a maior presença de cativos do sexo masculino entre os africanos era uma característica comum, conforme aponta Schwartz para o Recôncavo Baiano do período colonial²²⁸. Também devemos destacar que a grande desproporção entre homens e mulheres africanas é o fator que atinge diretamente no resultado final do sexo das escravarias dos pequenos produtores de Jaguarão.

Uma característica que tem distinguido essa região de análise que Gularte já havia apontado, e em nosso estudo também foi encontrado, é a maior participação de africanos nos plantéis de trabalhadores escravizados²²⁹. Em nosso universo documental não conseguimos fazer a identificação da origem de apenas 12 cativos e os africanos compõe 151 almas, enquanto os crioulos 106. Desse modo, os africanos representavam 59% desta população, enquanto os

²²⁵ Idem, 2005. pp. 15.

²²⁶ MATHEUS, Marcelo Santos. *Op. Cit.* 2016, pp. 187.

²²⁷ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Op. Cit.* 2010, pp. 349.

²²⁸ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. pp. 287-288.

²²⁹ GULARTE, Gustavo. *Op. Cit.* 2015, pp. 103.

crioulos eram 41%. Este dado é surpreendente pois vai ao oposto do que os estudos que temos citado até agora tem mencionado, em que os crioulos chegaram a representar até 57,6% do contingente total de cativos²³⁰.

Acreditamos que esta região diferenciava-se devido Jaguarão ser uma economia dinâmica em que a proximidade com o porto de Rio Grande – único porto oceânico do Continente e receptor de escravos vindos tráfico atlântico – tornaria o escravo mais barato e de mais fácil aquisição. O tráfico de escravos que abastecia o Rio Grande de São Pedro foi analisado na dissertação de mestrado de Gabriel Berute. Nela, o autor aponta para a grande maioria de africanos que eram desembarcados naquele espaço. Além disso, o desequilíbrio sexual era uma constante no cenário analisado por este autor, principalmente entre os africanos²³¹.

Ao refinar um pouco mais nossa análise e diagnosticar a faixa etária dos cativos que se faziam presente nesta região, podemos perceber um pouco da lógica que era realizada para com a instituição escravista em Jaguarão entre os pequenos produtores. Os resultados obtidos estão expostos no gráfico abaixo.

Gráfico 11. Faixa etária dos escravos (1802-1835)

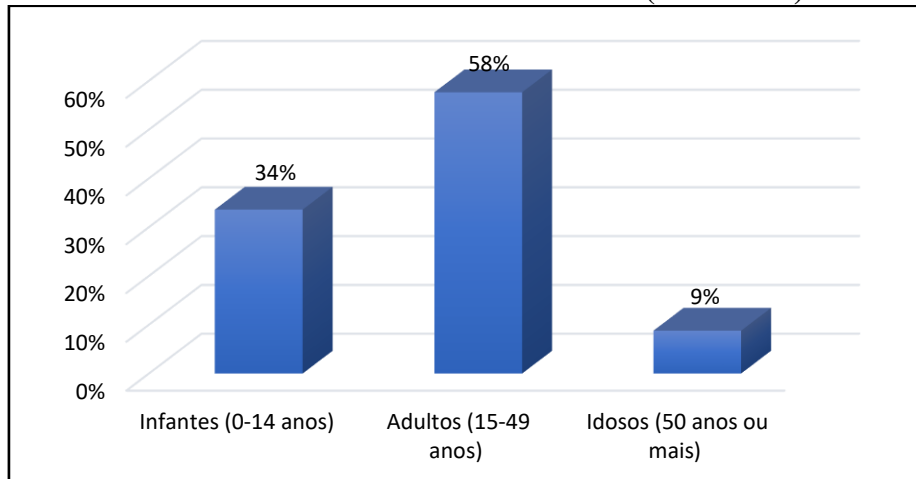


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: 59 inventários *post-mortem*. APERS.

²³⁰ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Op. Cit.* 2010, p. 349. Também observamos no trabalho de Helen Osório que os crioulos chegaram a representar 52% e 53% dos cativos nos períodos observados por esta autora. Ver mais: OSÓRIO, Helen, *Op. Cit.* 2005, pp.15. Além disso, temos o exemplo de Caçapava, onde os crioulos também compõem a maioria das escravarias e a tendência observada por Correa foi a diminuição da participação dos escravos de origem africana nos planteis. Ver em: CORRÊA, André do Nascimento. *Ao sul do Brasil Oitocentista: Escravidão e estrutura agrária em Caçapava, 1821-1850.* 2013. 118f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013, pp.72.

²³¹ BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c.1790-c.1825.* 2006. 200f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. pp.51.

Nos resultados expressos no gráfico acima, em apenas 7 casos não conseguimos identificar a idade do cativo e tivemos que excluir de nossa análise. Com isso, chegamos ao seguinte resultado: os cativos adultos, considerados em idade produtiva, representavam a maioria nesses planteis (58%). É interessante notar que as crianças também possuem uma grande representação entre esses trabalhadores escravizados, com um índice de 34%, e os idosos representariam 9% do contingente da população cativa.

Como apontamos no texto, os dados até aqui expostos nos remetem que o trabalho era o eixo norteador da escravidão nessa região. Logo, é congruente termos encontrado a maioria dos cativos desses pequenos produtores em idade produtiva. Todavia, a grande participação de crianças entre essa população pode ser indicativa de dois fatores nessa região: 1) a ocorrência da reprodução endógena nessas unidades produtivas e 2) estratégia empregada pelos pequenos produtores – aquisição de infantes – devido ao custo desses cativos e pensando no futuro da mão de obra familiar.

Contudo, devemos ponderar sobre a idade produtiva desses cativos. Como alerta Berute, muitos senhores optavam por comprar escravos com pouca idade, pois além de seu valor ser reduzido se comparado com os trabalhadores escravizados em idade produtiva, muitos destes escravistas optariam por ensinar-lhes as lides rurais²³². Além disso, Matheus já encontra para a região de Bagé crianças com até 7 anos denominadas como campeiros²³³.

Acreditamos que em nosso cenário não seja diferente, pois no inventário de Maria Victorina aberto no ano de 1819 pelo seu marido e inventariante Antonio Silveira da Terra, sete escravos são arrolados e nenhum deles é adulto: José Congo de 14 anos, Francisco Rebolo de 14 anos, João Congo de 13 anos, Thereza Congo de 14 anos, Florencia Crioula de 7 anos, Vicentina Crioula de 3 anos e Manoel Crioulo de 1 ano²³⁴. Nos perguntamos também até que ponto as crianças não eram compradas no ápice da produção familiar desses pequenos produtores já que seu valor era inferior, de modo com que estes expressassem um tipo de racionalidade econômica desse grupo. Desse modo esses senhores os ensinavam as lides do campo para quando diminuísse a mão de obra de sua família – seja pela morte ou casamento de algum integrante – e ela então poderia ser substituída pelo escravo.

²³² BERUTE, Gabriel Santos. *Op. Cit.* 2006, pp. 63-64.

²³³ MATHEUS, Marcelo Santos. *Op. Cit.* 2016, pp. 218.

²³⁴ Inv. de Maria Victorina. APERS, 1º Cartório de órfãos e Ausentes de Jaguarão, 1819. Fundo 008. Caixa 008.0025.

No quadro abaixo podemos perceber a variação dos valores dos cativos pelos sub-períodos analisados. Nele observamos que por representarem 68% dos escravos de origem crioula, as crianças reduziam a média final de valor desses cativos nos dois primeiros períodos.

Tabela 8. Variação do valor médio de escravos (em réis)

Períodos	Africanos	Crioulos
1802-1810	108\$100	--
1811-1820	132\$208	56\$562
1821-1828	174\$090	158\$900
1829-1835	162\$900	203\$660

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: 59 inventários *post mortem*. APERS.

Conforme a historiografia vem apontando e não deixaremos de fazê-lo também, a ideia mitificada de que as atividades desenvolvidas no meio rural sulino não propiciavam o acúmulo de capital, também não pode ser aplicada a este espaço. Apesar de lidarmos com um grupo específico, os pequenos produtores, os mesmos possuíam acesso estável à mão de obra cativa e conseguiam realizar a incorporação contínua dessa força de trabalho. Mas estaríamos lidando com uma produção pequeno-escravista ou com unidades produtivas em que predominavam o trabalho familiar?

Durante muito tempo, a existência de cativos nos pequenos estabelecimentos rurais causou grande impacto na historiografia e na discussão de um campesinato na América Portuguesa. Isto ocorreu devido ao fato de que, seguindo a lógica proposta por Chayanov a família camponesa dependeria somente de sua força de trabalho, possuindo uma racionalidade específica que não se enquadrava na lógica do capital²³⁵. É muito importante citarmos a contribuição que Pierre Vilar concede a este tema, pois para este autor a “granja autônoma” da família camponesa, se seguisse os padrões de Chayanov, deveria manter um equilíbrio constante de produção. Vilar aponta que esses estabelecimentos teriam de conservar três princípios básicos para manterem sua autonomia, que consistem em: garantir a existência e reprodução da força de trabalho, amortecer o capital para reparar instrumentos e alimentar o gado. Por fim, investir, já que para semear e desenvolver outras atividades, o investimento se faz necessário.

²³⁵ CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano; STOLCKE, Verena. *A questão agrária*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. p. 133-163.

Mas o que aconteceria caso uma sucessão de déficits permanecessem? Neste caso, elas corriam o risco de eliminação. Em um outro cenário, onde produção de excedentes ocorresse, Vilar acredita que o camponês poderia comercializar seu produto fora da economia camponesa proposta pelo modelo de Chayanov e isso ajudaria na acumulação de capital²³⁶. Neste sentido, Hebe Mattos tem salientado que não era incomum a presença de pequenos plantéis de escravos entre pequenos produtores, principalmente antes do fim do tráfico em 1850. Para esta autora, é preciso estar atento para o impacto que a introdução do elemento cativo pode ter na lógica organizacional da unidade doméstica, ou seja, enquanto os escravos eram poucos em um domicílio camponês, não ocorreria uma transformação significativa na lógica da família, pois os cativos se tornariam a mão de obra que substituiria a dos filhos ou chefes de fogos, seja pela morte de algum integrante ou casamento de algum filho²³⁷.

Ao analisar as famílias nos inventários *post mortem* estudados, Osório inspirada pelo procedimento realizado por Mattos, buscou confrontar o número de herdeiros – somado junto ao inventariado – com o número de escravos para medir se ocorria a dependência do trabalho cativo nessas unidades produtivas. Ainda que esta seja uma forma de medida precária, já que nos inventários não conseguimos identificar se algum herdeiro casado ainda fazia parte do grupo doméstico, ela nos serviria de indícios para averiguar e problematizar a ocorrência dessa dependência ou não²³⁸.

Realizando o mesmo procedimento relatado acima, fomos analisar a família desses pequenos produtores em que a posse de cativos estava presente. Do total de 59 inventários em que possuíam escravos, conseguimos identificar a família em 55 documentos. Destes, em 73% dos casos os integrantes das unidades domésticas era superior ao número de escravos; 5% prevalecia a equidade entre família e plantel de cativos; e em 12% as escravarias se sobrepunham. Já a média de integrantes nas famílias era de 6,9, enquanto a de cativos permaneceu em 4,6. Tomando por base esses dados com todas as ressalvas feitas acima, podemos salientar que a mão de obra de trabalhadores escravizados que estavam em posse dos pequenos produtores de Jaguarão, eram utilizados como força de trabalho complementar ao trabalho desenvolvido pelo núcleo familiar.

²³⁶ VILAR, Pierre. ¿Economía campesina? In: _____. Iniciación al vocabulario del análisis histórico. Barcelona: Editorial Crítica, 1980. p. 265-311.

²³⁷ MATTOS, Hebe Maria. Campesinato e escravidão. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João. *Escritos sobre história e educação: Homenagem à Maria Yedda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: MAUAD; FAPERJ. 2001, p. 331-350.

²³⁸ OSÓRIO, Helen. *Op. Cit.* 2007, p. 176.

Com o intuito de analisar o efeito do ciclo de vida na aquisição de cativos, Farinatti, ao abordar os pequenos criadores com até 500 reses em Alegrete, propõe uma divisão destes em dois grupos os quais Hebe Mattos também já havia realizado em seu trabalho²³⁹. Em posse das informações das famílias, de um lado colocaríamos os casais novos que não tinham filhos com mais de 15 anos, e do outro os que tinham um ou mais filhos acima dessa idade. Abaixo esboçamos nossos resultados.

Tabela 9. Presença de escravos nos inventários segundo a idade do primeiro filho, Jaguarão (1802-1835).

Idade do 1º filho	Inventários com escravos	Média de cativos por inventários com escravos	Número de escravos	Número de inventários
Maior de 15	56%	4,6	144	31
Menor de 15	44%	4,5	108	24
Total	100%	4,6	252	55

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: 55 inventários *post-mortem*. APERS.

Neste quesito nossos dados diferem dos encontrados por Farinatti. Para aquele espaço o autor encontrou uma média superior de cativos para os casais mais maduros, ou seja, aqueles que possuíam filhos com mais de 15 anos²⁴⁰. Em nosso caso, ambas famílias apresentam um índice quase similar. Ainda de acordo com as lógicas descobertas por Farinatti, os casais mais jovens optariam por comprar escravas do sexo feminino, quando conseguissem adquirí-las. Seguindo a ideia do ciclo de vida, a preferência por cativas mulheres se justificaria pois além do preço ser mais reduzido, elas poderiam engravidar e seus filhos se tornariam um acréscimo a mão de obra quando os chefes das famílias ficassem mais velhos e seus filhos saíssem dos domicílios.

Esta hipótese pôde ser comprovada através de sua análise, pois entre os casais jovens a incidência de mulheres e crianças era maior que a de homens entre os cativos. Conforme podemos observar no gráfico abaixo, nossos dados também serão distintos daqueles encontrados para região de Alegrete.

²³⁹ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Op. Cit.* 2010, p.432. Convém ressaltar que este procedimento foi utilizado pela primeira vez com Hebe Mattos. Ver mais: MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

²⁴⁰ Idem, 2010, pp. 432-433.

Gráfico 12. Características das escravarias em relação à idade do primeiro filho (1802-1835).

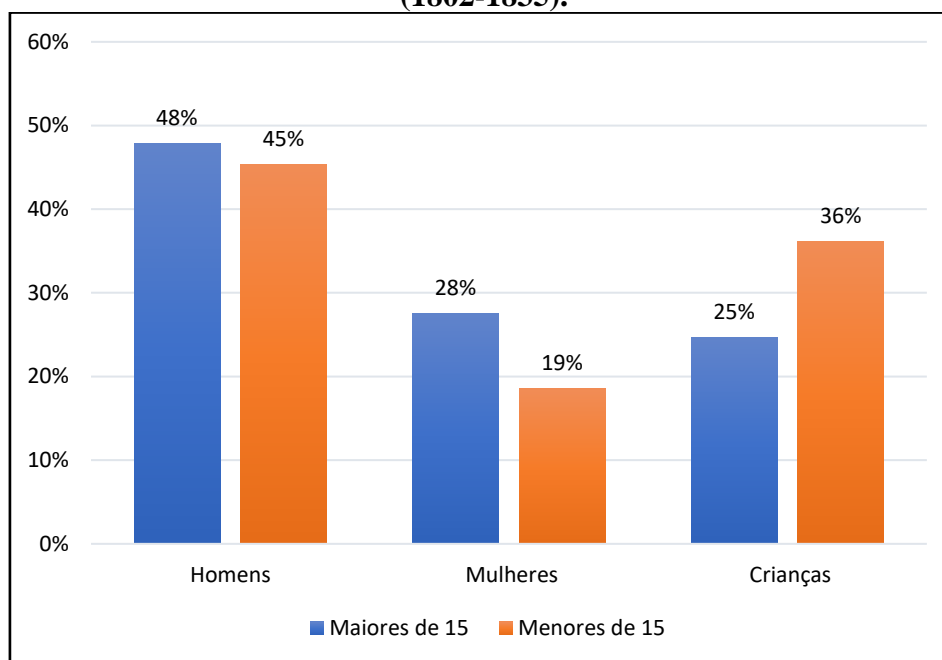


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: 55 inventários *post mortem*. APERS.

Percebemos que os homens compõem a maioria de ambas as escravarias, representando 48% dos cativos em posse dos casais com filhos maiores de 15 anos e 45% para os casais mais novos. Enquanto isso, observamos que no grupo do casais mais maduros as mulheres eram o segundo contingente de maior representatividade e, por sua vez, as crianças eram as segundas que estavam mais presentes entre os trabalhadores escravizados dos casais com filhos em que a idade era inferior aos 15 anos.

De acordo com os fatores expostos, analisando de modo integral o conjunto dos pequenos produtores, o ciclo familiar não ditou, em sua grande maioria, a aquisição de escravos por este grupo. Porém, quando analisados casos específicos, como demonstramos no capítulo anterior, o ciclo de vida pode incidir no ordenamento das dinâmicas e estruturas familiares, como a aquisição e transmissão de patrimônio.

Se na abordagem do conjunto dos 55 inventários *post mortem* não se percebe a incidência do ciclo de vida ditando a aquisição de cativos, em contraponto encontramos seis escravarias com famílias em que o genitores eram africanos e os filhos crioulos. Em todos esses casos estamos lidando com famílias de produtores jovens que acabaram de iniciar sua vida produtiva; com filhos menores de 15 anos, rebanho diminuto e um plantel de cativos composto somente por dois adultos e uma ou duas crianças. Seria essa uma estratégia utilizada pelos chefes dessas unidades produtivas para organizar a mão de obra daquele domicílio para

contornar riscos ou incertezas? Acreditamos que essa possa ser uma alternativa, embora ainda mereça maior atenção deste tema com o uso de fontes diversas não limitadas aos inventários.

Por fim, os mesmos dados apontados nessa análise da composição das escravarias dos pequenos produtores, faz-nos pensar, em primeira instância, que a ocorrência de acúmulo de capital para a aquisição de escravos por esse grupo se fazia presente. Porém de que forma isso ocorria? Conforme amplamente trabalhado na historiografia sulina, a atividade criatória foi a mais difundida e rentável nesse espaço durante o período colonial. Mas nosso grupo de análise estava restrito à posse de 150 reses, fato este que não pode caracterizá-los como dependentes unicamente dessa produção. Sendo assim, quais atividades faziam com que o trabalhador escravizado fosse amplamente empregado nessas unidades produtivas? Balizados por essas provocações que nos propomos a levantar no ponto a seguir algumas hipóteses resultado de nossa análise documental.

3.2 A organização da mão de obra cativa na pequena produção em Jaguarão

O estudo esboçado acima torna-se de fundamental importância para ajudar-nos a compreender a utilização desses trabalhadores escravizados em posse dos pequenos produtores de Jaguarão. Conforme observou-se, a maioria da população cativa encontrava-se em idade produtiva era de origem africana e do sexo masculino. A proximidade com o porto de Rio Grande pode ser considerado um dos fatores primordiais para a possibilidade de reposição dessa mão de obra. Além disso, a superioridade das crianças entre os cativos crioulos pode ser representativa de alguma estratégia empregada pelos chefes das unidades produtivas pensando no futuro da mão de obra da unidade produtiva. Entretanto, alguns traços característicos de nosso grupo de análise faz com que suscitemos alguns pontos.

O primeiro consiste no monte-mor desses sujeitos. Conforme já trabalhado em capítulo anterior, os trabalhadores escravizados chegaram a variar de 29% a 50%, durante o período estudado, no montante da fortuna desses pequenos produtores. Com uma média geral de 4,6 cativos por unidade produtiva, indagamo-nos qual o poder aquisitivo desses produtores para a compra desse número de escravos? Nesse sentido, calculamos a média do patrimônio desses agentes e chegamos ao numerário de 310 libras esterlinas (£) por produtor. Sendo assim, com um rebanho bastante reduzido que não ultrapassava 150 reses, qual atividade propiciava o acúmulo de capital para manter tal número de escravos e repor essa mão de obra?

Outro ponto está na diversificação das atividades desenvolvidas nestas unidades produtivas. A agricultura fez-se presente nesses estabelecimentos rurais de modo que nos

inventários *post mortem* encontremos indícios de sua prática; seja através da presença de ferramentas entre seus bens, menções a trigo e lavouras. Contudo, e por estes produtores não possuírem na atividade criatória seu principal meio de aquisição de capital, a agricultura seria a produção que possibilitaria renovar a mão de obra desses domicílios? Quais outras atividades poderiam nortear os pequenos produtores para adquirir cativos, além de também representarem uma diferenciação social na sociedade Oitocentista? Com esses questionamentos nos propomos a buscar compreender a utilização da mão de obra nas unidades produtivas do meio rural de Jaguarão.

Ao estudar a “escravidão miúda” em Sorocaba, aquela denominada como de pequeno porte, Bacellar trabalhou com os domicílios onde a posse de cativos não passasse de cinco indivíduos. Com isso, ao analisar listas nominativas o autor relaciona a economia de subsistência e o abastecimento interno da região como orientação dos produtores em domínio dessas escravarias²⁴¹.

Nesse universo estudado, Bacellar acredita que senhores e escravos punham-se normalmente a viver e trabalhar lado a lado. Porém, em sua amostragem a maioria de trabalhadores escravizados eram os nacionais/crioulos, devido ao menor poder aquisitivo desses pequenos produtores. Além disso, as mulheres compunham maioria nesses grupos devido seu baixo custo quando comparado com os homens e, também, por ser uma estratégia em decorrência da versatilidade que a mão de obra de uma escrava do sexo feminino representava para a unidade domiciliar²⁴².

Apesar de apresentar planteis que coincidem em quantidade com os dos pequenos produtores de Jaguarão, acreditamos que o cenário analisado por Bacellar distingue-se do aqui estudado. Nas escravarias do grupo pesquisado não predominaram as mulheres, além disso, estamos lidando com produtores que conseguiam acumular capital para obter mão de obra cativa de africanos advindos do tráfico, embora Sorocaba esteja afastada desse comércio. Além disso, as fontes encontradas nos permitem refletir um pouco mais sobre a questão produtiva no âmbito rural de Jaguarão no período colonial. Estas fontes são tanto judiciais quanto administrativas, compostas por inventários e requerimentos.

No espaço platino, segundo Djenderedjian, a agricultura teve um grande peso nas atividades produtivas durante a primeira metade do século XIX, sendo capaz de suprir sem

²⁴¹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. A escravidão miúda em São Paulo colonial. IN: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. pp. 239-254.

²⁴² Idem, 2000.

grandes problemas o consumo local de uma população que estava em pleno crescimento²⁴³. No Continente do Rio Grande de São Pedro a importância dessa atividade produtiva também não seria distinta, advindo o fato de as estâncias que buscavam concentrar sua atividade produtiva voltada exclusivamente à produção pecuária, teriam de recorrer ao mercado interno para suprir-se de alimentos. Somado a isso, os produtos cultivados – em especial o trigo –, representavam consideráveis índices nas exportações para os portos tanto do Rio de Janeiro quanto da Bahia e Pernambuco²⁴⁴. Sendo assim, acreditamos que grande parte da mão de obra dos trabalhadores escravizados contidos nas escravarias dos pequenos produtores estavam voltados, principalmente, para a prática da agricultura em princípios da colonização daquele espaço.

Conforme demonstra Osório, os produtos mais exportados no Continente do Rio Grande de São Pedro eram o couro, charque e trigo. Em seu estudo, nos é apresentado que esses três gêneros produtivos chegaram a representar a partir de 1802, no mínimo, 71,7% das exportações rio-grandenses; enquanto seu ápice atingiu o patamar de 93,9%. O trigo, produto norteador da produção agrícola, teve flutuações em relação ao volume e valor exportado, tendo atingido seu máximo entre 1811 e 1816 quando ultrapassou os valores exportados do couro, tornando-se o segundo produto de maior exportação do Rio Grande²⁴⁵.

Em nosso universo documental de 67 inventários *post mortem*, encontramos menções ao cultivo específico do trigo em 14,3% documentos quando realizada a declaração dos bens desses produtores. Apesar de não ser de grande representatividade dentro da totalidade das unidades produtivas, temos de levar em consideração que para esse cereal ser declarado, o inventário deveria ter sido aberto nos momentos da colheita ou logo após, a qual ocorria geralmente no mês de janeiro.

Diante disso, acreditamos que os pequenos produtores de Jaguarão dedicaram-se especialmente para a produção desse cereal frente as grandes estâncias dedicadas exclusivamente à pecuária. Neste cenário os cativos ganhariam maior ênfase, sendo utilizados como mão de obra auxiliar no cultivo do trigo devido ao tamanho médio das famílias, conforme nossas pesquisas.

De acordo com Gelman, na localidade de Colonia, a produção desse cereal estava nas mãos das famílias camponesas devido não haver grande espaço para esse cultivo nos grandes estabelecimento rurais mercantis. Para este autor, a falta de interesse dos grandes produtores

²⁴³ DJENDEREDJIAN, Julio. *Historia del capitalismo agrario pampeano: la agricultura pampeana en la primera mitad del siglo XIX*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008. pp. 24.

²⁴⁴ OSÓRIO, Helen. *Op. Cit.* 2007, pp. 199-202.

²⁴⁵ Idem. 2010, pp. 198-199.

nesse cultivo era em decorrência desta ser uma atividade de alto risco, na qual ocorriam flutuações que podiam ditar o lucro da safra²⁴⁶. Em nosso espaço de estudo esta hipótese pode ser levantada, ao passo que, em sua dissertação de mestrado, Gustavo Gularte não encontra trigo armazenado dentro do grupo das médias e grandes estâncias que analisou, sendo esta atividade mais frequente nas pequenas unidades produtivas²⁴⁷.

Devido aos inventários não disponibilizarem, em sua grande maioria, informações sobre o cultivo que nos propiciassem problematizar a produção desse cereal, fomos em busca de documentos qualitativos que pudessem dar-nos algumas amostras da prática dessa cultura. Afinal, ela estaria realmente presente em Jaguarão?

Bastante encontrados nas fontes analisadas, os “intrusos” conforme mencionamos já foram objeto de estudo de outros trabalhos acadêmicos²⁴⁸. Durante a segunda década do século XIX, devido aqueles campos serem ocupados em sua grande maioria de modo informal, logo após sua anexação aos domínios lusos em 1802, localizamos inúmeros documentos onde essas pessoas estão sujeitas a mandos das autoridades militares. Em alguns casos estas fontes demonstram-nos a situação daquela região devido esses “intrusos” buscarem justificar a necessidade de permanecer naquele território por eles habitado.

Um dos casos que chamou-nos atenção é o de Manuel Teixeira de Mello, o qual envolveu-se em disputa pela terra que ocupava. Do outro lado estava Joaquim Manoel da Porciúncula, este último alegando que tinha a posse daquele campo. Apesar das autoridades militares terem sido favoráveis ao requerimento de Joaquim Manoel da Porciúncula, o “intruso” Manuel buscou usar a seu favor para não ser despachado de imediato, a arguição da colheita de trigo que havia praticado. Neste documento de 06 de agosto de 1811, argumenta Manuel:

Sendo o suplicante um pobre assim carregado de tão numerosa família o Comandante da Guarda do Cerrito lhe tem ordenado por ordem superior para que despeje dentro de 8 dias aquele arranchamento. Nestas tão críticas circuntâncias o suplicante recorre a inata Piedade de Vossa Excelência para que haja por bem mandar suspender aquela ordem; atendendo o que um pobre velho, onerado com tanto peso de pessoas a quem sustenta, **tendo muitos trigos já colhidos, e não tendo quem o ajude a faze-los conduzir para os Portos de embarque** visto a ausência de seus filhos, e genros lhe é impossível sair dentro do limite de 8 dias²⁴⁹. [grifo nosso]

²⁴⁶ GELMAN, Jorge. *Campesinos y estancieros*. Uma región del Río de la Plata a fines de la época colonial. Bueno Aires: Los libros del Rey, 1998. pp. 232-233.

²⁴⁷ GULARTE, Gustavo. *Op. Cit.* 2015. pp. 86.

²⁴⁸ Idem, 2015.

²⁴⁹ Requerimento Manuel Teixeira de Melo. AHRS. Fundo militares. 1811. Documento: REQ 005.032.

Mesmo com o Governador despachando de modo favorável a intervenção pedida pelo suplicante, o Comandante da Guarda teve de conferir as informações que Manuel forneceu no requerimento remetido, à pedido de seu superior. Para essa atividade o então Tenente Comandante da Guarda do Serrito, Silvestre Teixeira Pinto, é destacado para repassar, logo após a visita, notícias sobre a situação encontrada. Apesar de o mesmo ter confirmado que a situação da família de Manuel não correspondia com a verdade, pois os maridos de suas filhas achavam-se empregados em outras unidades produtivas próximas a dele, o Tenente Silvestre Teixeira Pinto relata que Manuel “**tem muitos trigos para conduzir, [isso] é verdade**; por quanto fica executado o respeitável despacho de Vossa Excelência de suspensão de ordem de despejo”²⁵⁰.

A prática da agricultura não foi um empecilho somente nesse caso para que as ordens de despejo das autoridades militares fossem cumpridas em relação aos “intrusos” em Jaguarão. Nesse mesmo requerimento de Manuel Teixeira de Melo, embora não tão rica em detalhes, existe uma cópia das ordens que o Comandante da Guarda em 1810, Hipólito do Couto Brandão, recebeu sobre como proceder para o despejo dos moradores “intrusos” em 16 de setembro. Neste documento era referido:

1º Em observância das Ordens que tenho do Iustríssimo Excelentíssimo Senhor e Governador Capitão General mande vir intimar por um inferior a todos os moradores que se tem arranchado na costa de Jaguarão desde a Barra do Telho até o Passo do Sarandi sem exceção de pessoa que **não plantem milho nem outra coisa naqueles terrenos**, desde a intimação desta ordem em diante, devendo desde logo, principiarem a despejar todos aqueles arranchamentos por não terem título de legítima propriedade[...]²⁵¹. [**grifo nosso**]

Sendo assim, a prática da agricultura em Jaguarão era difundida entre os produtores daquele espaço, e uma das vantagens estava na localização dessa área junto a rios e cursos de água, pois essa atividade

Ocupaba de preferencia áreas bien irrigadas y cercanas a los ríos, dada la dificultad de procurarse agua por medio de la construcción de sistema de riego, de costo demasiado alto [...], y a fin de contar con la posibilidad de comunicación por la vía fluvial, mas rápida y barata que la terrestre²⁵².

²⁵⁰ Requerimento Manuel Teixeira de Melo. AHRs. Fundo militares. 1811. Documento: REQ 005.032. [**grifo nosso**].

²⁵¹ Idem, REQ 005.0032.

²⁵² DJENDEREDJIAN, Julio. *Op. Cit.* 2008. pp. 46.

Em relação a produção agrícola e a mão de obra cativa, o trabalho de Hebe Mattos nos aponta uma característica bastante peculiar. Ao estudar o sudeste escravista e buscar compreender a organização daquele mundo social no século XIX também utilizando inventários *post mortem*, Mattos percebe nas fontes por ela analisadas que havia uma maior tendência na difusão da propriedade escrava onde as áreas destinavam-se a produzir alimentos²⁵³.

Ainda dialogando com a produção de trigo ser uma lógica de desenvolvimento das propriedades camponesas, Gelman acredita que o maior empecilho para esse cultivo em maior escala estava justamente na aquisição de mão de obra, por isso seria mais um entrave para os grandes estancieiros já dedicados à produção pecuária. Devido precisar de mais braços para sua lavragem, o alto custo do trigo dava-se pela mão de obra necessária nos meses de arar a terra e semear, além do período de colheita²⁵⁴. Para esses pequenos produtores, mesmo com o fato de ter que pagar pela mão de obra, o investimento no trigo seria um bom negócio, pois além dessa plantação também suprir o consumo familiar, ocorria a autoexploração do grupo doméstico no desenvolvimento dessa atividade, fato que melhor viabilizava essa produção.

A conclusão de Gelman de que o trigo era produzido, preferencialmente, por famílias camponesas, faz-nos dialogar com Barickman que estudou a produção do fumo no Recôncavo Baiano. Em Barickman notamos que o fumo, produto também destinado para a exportação, tinha como característica sua produção ficar sob o encargo das famílias camponesas. Foi uma cultura que também oscilou bastante devido a irregularidade do mercado e troca de variedades dessa planta, porém a presença cativa, embora relativa, se fazia presente em grande parte das unidades destinadas a essa produção, havendo produtores bem estabelecidos com um grande número de escravos²⁵⁵. Em nosso universo documental também encontramos produtores de trigo onde uma numerosa posse de trabalhadores escravizados estava manifesta, podendo chegar seus planteis até nove cativos. Esse fato poderia representar que a produção desses lavradores encontrava-se estável a ponto de render lucros os quais foram reinvestidos em mão de obra.

Levantamos como hipótese que o cultivo do trigo foi um dos responsáveis pela disseminação do trabalho escravo e acúmulo de recursos na região analisada, pois através dos testemunhos encontrados, como o requerimento de Manuel Teixeira de Mello, nos permitiram pensar que essa atividade não era somente destinada para a subsistência da população de

²⁵³ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. pp. 58.

²⁵⁴ GELMAN, Jorge. *Op. Cit.* 1998. pp. 221.

²⁵⁵ BARICKMAN, Bert Jude. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 244.

Jaguarão. A confirmação do Comandante da Guarda, Silvestre Teixeira Pinto, de que nos campos ocupados por Manuel havia uma grande quantidade desse cereal plantado e colhido, faz-nos supor a produção de excedentes importantes²⁵⁶.

Provavelmente Jaguarão contribuía para a atividade exportadora de trigo para outras regiões da América portuguesa, por ser sua localização geográfica estratégica, dada sua proximidade com o porto de Rio Grande e a conexão que a mesma mantinha através de seu sistema hidrográfico com a Lagoa Mirim.

Como já é mencionado pela historiografia dedicada a esse assunto no período colonial sulino, ao contrário do que ocorre na região do Rio da Prata, a ausência de fontes que nos ajudem a entender a produção, distribuição e comercialização dos produtos aqui produzidos – como os censos e dados de arrecadação dos dízimos da região bonaerense e arredores –, faz-nos buscar alternativas que nos ajudem a vislumbrar um cenário produtivo na perspectiva de tentar obter respostas frente a necessidade de compreender as lógicas produtivas. Assim o fizemos para Jaguarão.

Com a dificuldade de obtermos acesso a fontes para Jaguarão no período colonial, chamou-nos atenção um documento encontrado quando ainda estávamos realizando a delimitação de nosso objeto de estudo. Esse documento, *Balanzo de rendimento e despesa da Cano Gota*, consta no inventário de Francisco José Rodrigues Fontes²⁵⁷, um comerciante instalado naquela região desde o início de sua ocupação em 1803²⁵⁸.

Em seu inventário, aberto no ano de 1814, descobrimos que Francisco possuía uma Canoa em sociedade com Bartholomeu Sandim. Esse empreendimento durou dois anos e dez meses, quando Francisco veio a falecer e foi realizado um balanço de rendimento das atividades desenvolvidas por aquela parceria. O objetivo deste negócio era realizar o transporte de mercadorias produzidas em Jaguarão e comercializá-las em Rio Grande. Durante esse período ocorreram 48 viagens, onde foi realizado, inclusive, deslocamentos específicos carregando mercadorias produzidas em duas charqueadas encontradas nessa região. Na tabela abaixo, demonstramos os itens mais transportados durante esse íterim e o rendimento obtido por esses negociantes com os produtos transportados.

²⁵⁶ Infelizmente não produzimos uma fonte que nos permite estudar a produção.

²⁵⁷ Inv. de Francisco Jose Rodrigues Fontes. APERS, 1º Cartório de órfãos e Ausentes de Jaguarão, 1814. Fundo 008. Caixa 008.0024.

²⁵⁸ FRANCO, Sérgio da Costa. *Op. Cit.* 1980, pp. 41.

Tabela 10. Produtos mais transportados pela Canoa Gota

Produto	Quantidade transportada	Rendimento por alq., pç. ou arr. (em réis)
Couro	18.160 pç.	\$80
Trigo	12.419 alq	\$100
Sebo	6.502 arr.	\$60

Tabela elaborada pelo autor.

Fonte: Inv. de Francisco Jose Rodrigues Fontes. APERS, 1º Cartório de órfãos e Ausentes de Jaguarão, 1814. Fundo 008. Caixa 008.0024.

Podemos observar na tabela acima, que o couro foi um dos produtos mais transportado por esses comerciantes durante o período de vigência de seus negócios. Esse fato não chega a ser surpreendente tendo em vista que este artigo permaneceu, durante um longo período, como o produto mais exportado para o mercado ultramarino, embora tenha perdido espaço para o charque após 1790 e, em determinado momento, para o trigo. Porém, recuperou seu valor e quantidade de exportação após 1815 ultrapassando novamente o cereal²⁵⁹.

O sebo, produto oriundo das charqueadas, é referência constante entre os itens transportados por esses negociantes, embora tenham somente quatro menções ao deslocamento do charque dos estabelecimentos nascentes de Jaguarão para o porto de Rio Grande. Enquanto isso, o trigo também aparece como um dos produtos mais exportados por esses comerciantes.

Além de ser a cultura com o maior número de transportes realizados até Rio Grande, cabe ressaltar que este configurava-se como o mais rentável para estes negociantes²⁶⁰. Enquanto conseguiam obter um lucro de 60 réis por arroba de sebo e 80 por cada peça de couro; com o trigo seu rendimento alcançava 100 réis por alqueire²⁶¹. Temos de ponderar que o período

²⁵⁹ OSÓRIO, Helen. *Op. Cit.* 2007. pp. 204-205.

²⁶⁰ Durante os dois anos e dez meses em que esse negócio funcionou, foram realizadas 38 viagens com destino à Rio Grande. Destes 38 transportes, os produtos mais deslocados foram: trigo (28), sebo (27), couro (26) e o charque (4). Pela organização encontrada no documento, percebemos que são os proprietários da Canoa que comercializam o produto a preço fixo nesse meio tempo, o que nos possibilitou afirmar a rentabilidade do cultivo do trigo.

²⁶¹ Ainda no tocante a produção do trigo, convém mencionar que quando convertemos as medidas para os padrões utilizados atualmente, impressionamo-nos com a quantidade desse cereal que foi transportado para Rio Grande nesse curto período. Conforme observamos, era muito comum pesar os produtos utilizando o volume como medida padrão. Sendo assim, encontramos nas “Unidades Agrárias não Decimais em Uso no Brasil”, produzido pelo Ministério da Agricultura, e também em Corcino, a referência de que um alqueire correspondia a 22,67

abarcado por esta análise corresponde ao momento de apogeu desse cultivo ocorrido entre 1811 e 1816²⁶². Contudo, se para estes comerciantes o rendimento da produção tritícola era superior, podemos argumentar que para seus produtores era ainda maior.

O balanço de rendimentos da Canoa realizado em decorrência da morte do comerciante Francisco José Rodrigues Fontes, além de mostrar-nos testemunhos das atividades produtivas de Jaguarão no período colonial, torna-se importante por demonstrar quais as pessoas que enviavam seus produtos para Rio Grande. O documento é registrado da seguinte forma: no primeiro momento foi feita a relação dos artigos e a quantidade que foi transportada para Rio Grande, o que gerou a tabela acima. Posteriormente, é indicado o valor trazido para Jaguarão e quanto pertencia a cada pessoa. Desse modo, nos foi possível transcrever esse documento e pesquisar se os nomes de nosso universo documental estavam incluídos entre as pessoas que enviavam itens de sua produção para comercialização em Rio Grande²⁶³.

Devemos ressaltar, entretanto, que a única informação disponível nessa lista é o nome e sobrenome da pessoa que teria obtido rendimentos com a atividade comercial de Francisco José Rodrigues Fontes e Bartholomeu Sandim. Na falta de maiores informações, podemos apenas levantar como hipótese que caso fosse encontrado algum nome correspondente de um integrante de nosso universo de pequenos produtores, este faria parte da atividade voltada para a comercialização de seus produtos para o abastecimento de outras regiões.

Sendo assim, nossa pesquisa resultou em dois pequenos produtores que receberam rendimentos do transporte de produtos da Canoa Gotta para o porto de Rio Grande. O primeiro deles é Damasio Vergara, estudado anteriormente devido ao seu agregamento ao pai, que também carrega o mesmo nome. Encontramos seu nome na lista a partir de 26 de setembro de 1812. Sua unidade produtiva pode ser caracterizada como mista, devido encontrarmos ferramentas e bois mansos entre seus bens, porém não há indícios de trigo armazenado. Contudo, estava em posse de 5 trabalhadores escravizados.

Outro pequeno produtor localizado foi Domingos Anselmo. Este lavrador já aparece denominado na listagem desde a primeira viagem da Canoa para Rio Grande em 05 de abril de 1811. Por sua vez, não haveria a possibilidade deste sujeito depender da atividade criatória

quilogramas. Desse modo, a Canoa de Francisco José Rodrigues Fontes e Bartholomeu Sandim transportou no período de menos de três anos, o correspondente a 300.539,80 quilogramas de trigo, o equivalente a pouco mais de 300 toneladas. Ver as medidas em: BRASIL. *Unidades Agrárias não Decimais em Uso no Brasil*. Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro. 1948. Pp. 49-50. SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII*. São Paulo: Editora Nacional, 1984. pp. 04.

²⁶² Idem, 2007. pp. 198.

²⁶³ Inv. de Francisco Jose Rodrigues Fontes. APERS, 1º Cartório de órfãos e Ausentes de Jaguarão, 1814. Fundo 008. Caixa 008.0024.

devido possuir em seu rebanho apenas 15 reses. Em contrapartida, declara duas chácaras com casa de capim onde em uma delas é mencionada a presença de lavoura, contendo 200 ovelhas entre seu rebanho. Ainda estava arrolado em seu patrimônio o domínio de nove trabalhadores escravizados, uma quantidade muito significativa para alguém que possuía um rebanho pequeno. Sendo assim, acreditamos que sua principal atividade estava voltada para a produção do trigo e a criação de ovelhas.

Nessa listagem ainda deparamo-nos com muitos casos onde só colocavam o primeiro nome, fator que abre margem para a ocorrência de muita especulação devido encontrarmos muitos deles em nosso grupo. Contudo, optamos por não referenciar pois a repetição de nomes no período colonial é uma constante.

Apesar de encontrarmos somente dois sujeitos de nosso universo documental nesse balanço de rendimentos, devemos destacar o ponto de esta ser apenas uma das outras possíveis Canoas e formas de transporte para comercialização dos produtos produzidos²⁶⁴. Além disso, no desenrolar dos anos em que esse empreendimento ficou ativo, percebemos que a maioria dos nomes repetem-se, nos levando a crer em uma certa clientela dessa embarcação.

Desse modo, acreditamos que o cultivo do trigo propiciou o acúmulo de capital desses pequenos produtores de Jaguarão e, com isso, os mesmos investiriam na mão de obra cativa visando o futuro aproveitamento desses trabalhadores escravizados nas plantações e lides rurais. Contudo, a produção tritícola não terá seu auge durante todo o período aqui estudado.

O porto do Rio de Janeiro, principal destino do trigo produzido no Continente, começará a receber remessas a partir de 1820 com grande frequência vindo dos Estados Unidos, mais especificamente, Filadélfia. Com políticas de apoio a produção do trigo, o que diminuía o preço desse produto, os EUA verão seu cereal ser comercializado em maior escala para o Rio de Janeiro, diminuindo os envios de Rio Grande de São Pedro²⁶⁵. Além disso, as posteriores guerras e o futuro crescimento da lucratividade da pecuária também serão fatores que contribuirão para esse declínio²⁶⁶.

Pensando nisso, nos propomos a fazer uma nova média de trabalhadores escravizados que estavam em posse dos pequenos produtores, dentro de nosso universo documental e do recorte de análise, levando em consideração o momento em que o cultivo do trigo ainda estava

²⁶⁴ Em Sérgio da Costa Franco é demonstrado que a atividade econômica, na estruturação da freguesia, já demonstrava sinais de desenvolvimento, tanto com os lusos quanto castelhanos. Ver em: FRANCO, Sérgio da Costa. *Op. Cit.* 1980. pp. 38-40.

²⁶⁵ BROWN, Gregory G. The impact of American flour imports on Brazilian wheat production: 1808-1822. *The Americas*, vol. 47, Nº 3, Jan. 1991. p. 315-336.

²⁶⁶ OSÓRIO, Helen. *Op. Cit.* 2007, pp. 198-199.

presente (1802- 1822); e posteriormente, quando essa cultura perdeu sua força no mercado de exportação (1823-1835). Os resultados obtidos podem ser conferidos na tabela abaixo.

Tabela 11. Média de trabalhadores escravizados levando em consideração o cultivo do trigo

Ano	Total de Unidades Produtivas	Unidade Produtiva com escravos	Quantidade de escravos	Média
1802-1822	40	38	157	4,1
1823-1835	27	21	112	4,6*

Tabela elaborada pelo autor.

*Retiramos dessa amostragem dois inventários os quais possuíam os maiores planteis encontrados entre esses produtores, contendo, respectivamente, 11 e 12 cativos. Sendo assim, para calcular a média foi levado em consideração 89 trabalhadores escravizados presentes em 19 unidades produtivas.

Fonte: 67 inventários *post mortem*. APERS.

A ideia de realizarmos essa divisão surgiu da necessidade que nos impomos de buscar compreender a utilização dessa mão de obra cativa entre os pequenos produtores em Jaguarão. O intuito era perceber se a estagnação do cultivo do trigo afetaria a aquisição de trabalhadores escravizados nas unidades produtivas.

Com isso, a tabela 11 demonstra-nos que o declínio das exportações do trigo em nada afetou a manutenção/reposição da mão de obra cativa entre esses produtores. No período de produção desse cereal, os trabalhadores escravizados estavam presentes em um maior número de unidades produtivas, em que apenas duas delas não tinham acesso a essa força de trabalho, porém sua média era de 4,1 escravos por inventário *post mortem*. No cenário seguinte, onde a produção do trigo teria estagnado, chegamos a dados díspares dos encontrados para o primeiro período.

Na análise das informações pertencentes ao período de 1823-1835, notamos o fato de que mesmo que essa mão de obra seja menos difundida entre os pequenos produtores, pois seis delas não possuíam nenhum trabalhador escravizado, sua média ainda assim era maior, com um contingente médio de 4,6 cativos por unidade produtiva. Devemos ainda ressaltar que foram excluídos os números de dois inventários onde a escravaria era bem superior quando comparados com o restante dos inventários *post mortem*; uma delas possuía 12 e a outra 11

trabalhadores escravizados. Se levássemos em consideração esses números, a média chegaria a 5,3 cativos por unidade produtiva após o fim do cultivo do trigo.

Nesse sentido, o crescimento da participação do trabalhador escravizado, no desenrolar dos períodos estudados, dentro do patrimônio desses pequenos produtores²⁶⁷, não ocorre em decorrência da maior valorização do cativo; mas percebemos que sua média, mesmo após o término das exportações de trigo, cresce dentro das unidades produtivas. Como nos propomos a buscar compreender onde essa mão de obra era empregada, devido sua elevada média, queremos problematizar e levantar algumas hipóteses que ainda podem render alguns estudos que nos ajudem a pensar sobre este assunto.

Acreditamos que a produção do trigo foi um fator determinante para aquisição da mão de obra cativa, assim como um dos locais em que foi mais utilizada por esses pequenos produtores. Contudo, essa atividade não é suficiente para explicar tamanha presença de cativos entre esses pequenos produtores. Afinal, porque um pequeno produtor investiria seus excedentes na compra de um escravo e não de um número elevado de reses?²⁶⁸

Sendo assim, nos propomos a pensar nesses trabalhadores escravizados enquanto renda; ou seja, esses cativos representavam rentabilidade para esses pequenos produtores, devido sua alta produtividade perante aos demais meios produtivos disponíveis para acesso nas unidades produtivas. Portanto, uma das hipóteses pode ser pensada através de a economia dos pequenos produtores não ser ditada pela pecuária, mas sim por outras atividades produtivas.

Levamos como uma alternativa para o desenvolvimento dos pequenos estabelecimento rurais o cultivo do trigo²⁶⁹. Porém, sabe-se que o momento de maior necessidade da mão de obra cativa ocorre quando é necessário arar e semear a terra; além do período da colheita. Mas o que acontecia quando ocorria a sobreoferta do trabalho, ou seja, quando não se fazia mais necessário a mão de obra cativa? Conforme podemos observar nos rebanhos aqui analisados os quais possuíam uma média de 92 vacuns, certamente não seria esse o destino dos trabalhadores escravizados.

Um fator importante a ser mencionado decorre do fato de nas economias pampeanas – estas sem o emprego de trabalhador escravizado tão difundido como no Continente do Rio Grande de São Pedro – ser largamente mencionado há muito tempo a alta mobilidade espacial

²⁶⁷ Ver capítulo 1.

²⁶⁸ Realizamos um cálculo no capítulo 1 onde conferimos a equivalência no valor de um trabalhador escravizado e o número de reses. Essa média pode variar de um escravo como correspondente para 73 até 151 reses.

²⁶⁹ Enfatizamos o cultivo do trigo devido a historiografia e as fontes consultadas nos fornecerem maiores subsídios para esse tema, mas ainda não podemos desconsiderar as outras culturas lavradas, como as mencionadas por Gonçalves Chaves: milho, feijão, alpiste, etc. Ver: CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil*. São Leopoldo: Unisinos, 2004. pp.236.

praticada por jovens, em sua maioria solteiros, em busca de emprego ou, simplesmente, venderem sua força de trabalho²⁷⁰. Esse fato também é abordado pela historiografia desenvolvida no Rio Grande do Sul²⁷¹. Com isso, não podemos levantar a hipótese de que na região analisada a força de trabalho vendida seria a do trabalhador escravizado? Sendo assim, nos momentos em que não estivesse ocupado prestando serviços ao dono da unidade produtiva, o mesmo era alugado de modo que gerasse renda para esse proprietário²⁷².

Apesar de seu trabalho exceder nosso recorte temporal, Bom trabalha com escravidão em Jaguarão na segunda metade do XIX onde busca compreender as experiências de cativo e liberdade vividas pelos trabalhadores escravizados. Com a análise de processos criminais, este autor constata a seguinte situação envolvendo dois cativos:

Antônio foi trabalhar na propriedade de Francisco José Gonçalves da Silva, pois foi alugado por seu senhor para trabalhar sob as ordens do capataz João Jacinto. Ocorreu o mesmo com a escravizada Maurícia. Ela com seus 20 anos de idade, solteira e trabalhadora doméstica, foi alugada pelo capataz da propriedade de Francisco José²⁷³.

Conforme pode-se observar, Bom encontra em seu período de análise trabalhadores escravizados sendo alugados como modo de obtenção de renda pelos produtores daquela localidade²⁷⁴. Sendo assim, também não podemos descartar essa utilidade da mão de obra cativa

²⁷⁰ Durante muito tempo esses sujeitos ficaram estigmatizados como os “gauchos”, sujeitos considerados preguiçosos e indolentes pelos governantes devido sua recorrente mobilidade espacial. Com o avanço das pesquisas, um novo cenário foi descoberto onde esses agentes, em busca de melhores condições, vendiam sua força de trabalho de modo sazonal, como um modo de subsistência, sendo chamados de “peões”. São inúmeros trabalhos que abordam esse assunto da mão de obra na região pampeana. Pode ser observado em: GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Pastores y labradores de Buenos Aires. Una historia agraria de la campaña bonaerense (1700-1830)*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999. MAYO, Carlos. Sobre peones, vagos y malentretenidos: El dilema de la economia rural rioplatense durante la epoca colonial. In: *Anuario IEHS: Instituto de Estudios histórico sociales*, n;2, 1987, pp. 25-32. GARAVAGLIA, Juan Carlos. ¿Existieron los gauchos? In: *Anuario IEHS: Instituto de Estudios histórico sociales*, n;2, 1987, pp. 42-52. GELMAN, Jorge. ¿Gauchos o Campesinos?. In: *Anuario IEHS: Instituto de Estudios histórico sociales*, n;2, 1987, pp. 53-60.

²⁷¹ Podemos citar para o período imperial: FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Op. Cit.* 2007, pp. 368-383. Também é trabalhada para finais do século XIX e início do XX a questão da transição entre dependência e autonomia entre os filhos mais jovens que buscavam vender sua força de trabalho em: LEIPNITZ, Guinter Tlajja. *Vida independente, ainda que modesta. Dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil (c. 1884 – c. 1920)*. 2016. 285 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. pp. 102-166.

²⁷² O aluguel de escravos também é citado por Farinatti para a região de Alegrete como forma de uma dívida entre pais e filhos/genros, porém agindo no mercado “impessoal” dessas relações. Ver: FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Op. Cit.* 2010. pp. 314.

²⁷³ BOM, Matheus Batalha. *Porosas Fronteiras: Experiências de escravidão e liberdade nos limites do Império (Jaguarão – Segunda metade do século XIX)*. 2017. 208f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017. pp. 130.

²⁷⁴ Seu argumento ocorre, principalmente, através do uso de processos crimes durante 1780-1888. Nesse cenário, também deve ser ressaltado o compartilhamento de cativos entre as famílias, Ver: BOM, Matheus Batalha. *Op. Cit.* 2017

em nosso intervalo de tempo, pois acreditamos que podemos estar capturando um traço estrutural presente naquela sociedade que vai consolidar-se com o desenrolar dos anos.

Outro aspecto que deve ser mencionado está na relação rural – urbano. Também buscamos problematizar essa conjuntura, pois na historiografia argentina, principalmente em nosso período estudado, é cada vez mais frequente a menção de que ao passo que os núcleos urbanos foram crescendo, o campo não perdeu moradores. Desse modo, é proposto pensar nesses dois ambiente não como antagônicos e impecilhos para o desenvolvimento um do outro, mas sim como espaços complementares²⁷⁵.

Nessa relação ambos auxiliariam mutuamente o desenvolvimento das atividades econômicas e produtivas daquele espaço. Conforme Ciliberto destaca, o rápido crescimento de Buenos Aires fez com que os produtores dedicados ao cultivo de cereais e hortícolas, abastecesse e alimentasse os moradores do meio urbano. Isso decorre, muitas vezes, de não haver um limite claro entre o campo e a cidade²⁷⁶

Inspirados nessa provocação, e cientes de que as primeiras concessões de terrenos urbanos em Jaguarão começaram a ocorrer a partir de 1811²⁷⁷, também nos propomos a pensar se esses trabalhadores escravizados não seriam utilizados para erigir as futuras moradias daquela freguesia. Acreditamos que essa tenha sido a principal mão de obra empregada pois, como Mattos destaca, ser livre na sociedade escravista do século XIX perpassava basicamente por “não trabalhar”, ou mais especificamente viver de rendas. Dentro dessas opções é destacado, inclusive, o aluguel de cativos como um modo de garantir uma fonte de renda, em muitos casos esta atividade seria capaz de eximir a família livre do trabalho direto. Desse modo, a liberdade incumbia “idealmente, portanto, como um atributo do homem branco e potencializadora do não-trabalho”²⁷⁸.

Neste capítulo nosso foco voltou-se para os trabalhadores escravizados encontrados nas unidades produtivas dos pequenos produtores. Essa opção foi resultado da grande quantidade de cativos que compunham a média e sua representação no patrimônio desses agentes do meio rural.

²⁷⁵ CILIBERTO, Valeria. La agricultura a las puertas de la ciudad: arrendatarios, pequeños propietarios y grandes chacareiros. In: *Quinto sol*, n. 4, 2000. pp. 40.

²⁷⁶ Idem, 2000. pp. 41-42.

²⁷⁷ FRANCO, Sérgio da Costa. *Op. Cit.* 1980. pp. 40.

²⁷⁸ MATTOS, Hebe. *Op. Cit.* 1998. pp. 32.

Diante disso, nos propusemos a dividir o capítulo em dois itens. No primeiro, caracterizamos as escravarias e pudemos perceber que os pequenos produtores possuíam planteis em sua maioria de 5 a 9 cativos, não havendo uma concentração de escravos. Além disso, tinham nos escravos africanos a maioria de seu plantel, em que os adultos em idade produtiva compunham a maior parte da escravaria. Esses dados contribuem para pensarmos na participação de Jaguarão no mercado do tráfico atlântico de escravos, devido sua proximidade com o porto de Rio Grande. Em virtude disso, o trabalho seria o destino final desses cativos. Mas a que trabalho refere-se?

Na segunda parte abordamos as atividades que os pequenos produtores desempenhavam com o uso de mão de obra de trabalhadores escravizados. Com auxílio de fontes administrativas e judiciais, apontamos a atividade trigueira como um dos destinos prováveis do emprego desses cativos, haja vista sua importância na exportação do Continente. Porém esse não poderia ser o único destino desses trabalhadores, pois a média de cativos, mesmo após o fim do cultivo desse cereal, aumenta. Devido a isso nos propomos pensar nesses escravos enquanto renda, os quais gerariam lucro para seus proprietários através de seu aluguel e emprego em atividades variadas, além da utilização no cultivo de outros produtos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal de nossa dissertação de mestrado foi de compreender as formas de produção e de vida dos pequenos produtores de Jaguarão, no período de 1802 - 1835. Além disso, buscamos captar a estrutura agrária e sua lógica de sobrevivência perante aspectos que também permeavam o âmbito social dessas famílias, através do ciclo de vida e reprodução social.

Nossa metodologia foi baseada através de um trabalho tanto quantitativo quanto qualitativo da documentação pesquisada, em que criamos um banco de dados no *Microsoft Access* onde depositávamos todas as informações pertinentes aos pequenos produtores analisados, como seus bens e organização familiar. Essa ferramenta demonstrou-se no decorrer do estudo como de grande utilidade, devido nos proporcionar o armazenamento de diversas informações nos facilitando na construção desta dissertação.

Inserido no campo da história agrária, essa pesquisa possibilitou-nos desvendar um leque de práticas até então pouco estudadas para o meio rural de Jaguarão. Sendo assim, hipóteses e grupos sociais que até então pensávamos não estar manifestos naquele âmbito social fizeram-se presentes na construção argumentativa ao decorrer desse percurso.

Nosso ponto de partida estava em definir o perfil econômico de suas unidades produtivas e aspectos de sua estrutura familiar. Nesse sentido, descobrimos que a produção pecuária não balizava a economia desses pequenos produtores. Imersos em um mundo onde a atividade criatória, durante um longo período, representou os maiores rendimentos do Continente de São Pedro, estas pequenas unidades produtivas buscavam diversificar suas atividades visando a manutenção de sua sobrevivência.

Com isso, nos foi possível perceber que os animais não representavam a maior parte do patrimônio desses sujeitos quando analisada o conjunto da categoria, ficando frequentemente atrás das terras e dos trabalhadores escravizados, estes últimos foram o bem com maior participação na fortuna dos pequenos produtores. Sendo assim, os animais eram somente o terceiro bem de maior valor nessas unidades produtivas, diferindo de muitos estudos que já se debruçaram sobre o meio rural do espaço sulino.

Mas ainda mais significativo era a presença muito difundida da mão de obra cativa entre esses pequenos produtores. Presentes em 88% das unidades produtivas, os trabalhadores escravizados representavam uma média de 4,6 indivíduos por domicílio, equivalendo um deles a uma grande parcela de reses, animal que rendeu um dos produtos mais exportados no mercado Ultramarino, o couro.

Apesar do grupo dos pequenos produtores possuírem rebanhos modestos, encontramos uma diversificação de espécies criadas, com destaque para os equinos e ovinos. Embora representassem a maior parte do patrimônio e da composição do rebanho, os animais vacuns perdiam quanto a média de tamanho do rebanho para os ovinos. Estes, aliados aos equinos, demonstraram-se estar presente em grande quantidade das unidades produtivas, havendo a necessidade de ainda pensarmos sobre a utilização dessas espécies na economia daquele espaço, o que não realizamos por falta de fontes, especialmente para os ovinos.

Apesar de comporem o segundo bem de maior valor entre os pequenos produtores, a terra ainda não havia sido completamente monopolizada pela expansão da grande propriedade. Percebemos que 51% dos inventariados não possuíam a propriedade da terra, sendo assim, ainda ocorria a possibilidade de se ter acesso ao uso da terra nos princípios da colonização de Jaguarão.

Esses produtores buscaram desenvolver atividades econômicas que lhes possibilitassem suprir sua subsistência e algum excedente. Com isso, a agricultura surge com grande participação nesses estabelecimentos rurais, talvez até maior que a pecuária, uma vez que a atividade criatória não era responsável pelo desenvolvimento total desses locais. Dentro desses cultivos destacamos a presença do trigo – importante produto no desenvolvimento das exportações do Continente – como essencial para a manutenção dessas atividades, dado o apogeu de sua produção compreender o período aqui analisado.

Dentro de nossos objetivos de estudo, não esperávamos que fôssemos deparar-nos com um agente em específico de Jaguarão, o agregado. Encontramos inúmeros casos de agregação em meio aos produtores que não possuíam a propriedade da terra. Essa situação pode ser percebida nos próprios inventários *post mortem* aqui analisados, pois essa característica tonava-se visível quando realizada a declaração dos bens de raiz e, ao contrário disso, os inventariantes declaravam que aquele pequeno produtor encontrava-se agregado em outra propriedade, geralmente de algum familiar.

Todavia, com o desenrolar da pesquisa notamos que haviam diferenças dentro do próprio grupo de agregados. Através de uma análise onde buscamos estudar os perfis econômicos e produtivos de agregados e proprietários ou não de terras, levantamos a hipótese de ocorrer mais casos de agregação não declaradas entre os agregados que não descobrimos vínculos com o agregador e os produtores “sem terra”. Isso ocorreu devido a proximidade dessas categorias no que tange a fortuna, rebanhos e cativos. Essa provocação, que ainda necessita de um estudo mais aprofundado, surgiu devido à expansão das estâncias e a monopolização das terras que por vezes poderia absorver a posse de um pequeno produtor no

percurso da primeira metade do século XIX. Nesse sentido, o posseiro, mais fraco socialmente, agregava-se como um modo de garantir o seu direito de uso da terra.

O avanço da análise mostrou-nos que não podíamos pensa-los como um grupo social, dada a diversidade de situações sociais em que estavam inseridos e que devíamos ampliar o círculo de análise e relações do agregado para compreender o sentido obtido pela agregação naquele contexto. Buscamos também observar se o ato de agregar-se estava vinculado a uma resposta frente à limitação de recursos ou a uma estratégia para a obtenção de bens na via relacional. Em decorrência disso, percebemos que a família possuía importante participação naquele cenário, devido representar estratégias que visavam a manutenção e sobrevivência daquela rede parental.

Sendo assim, passamos em seguida para a análise dos casos onde os agregados encontravam-se em terras de familiares. Dentro desse grupo percebemos que existiam diferentes situações de agregação em que as estratégias usadas pela família visavam, de um lado, a manutenção e reprodução de sua parentela e da unidade produtiva; do outro, servia como um auxílio para os filhos que estavam recém começando sua vida produtiva.

Também nos deparamos com casos onde agregar-se era uma resposta frente à falta de recursos. Desse modo, as famílias mais pobres encontravam na agregação um meio de subsistência em decorrência da escassez e adversidades. Para chegarmos nessas conclusões, foi de grande importância pensarmos no ciclo de vida familiar desses sujeitos, pois essa configuração nos permitiu compreender algumas dinâmicas desses domicílios.

Conforme já mencionado, a grande presença de trabalhadores escravizados em posse dos pequenos produtores fez com que dirigíssemos um olhar específico para essa mão de obra. Sendo assim, buscamos compreender as escravarias dessas unidades produtivas e de que modo essa mão de obra era empregada.

Com o auxílio de inventários *post mortem* e documentos administrativos, notamos que a disseminação da mão de obra cativa naquela região, entre os pequenos produtores, ocorria devido ao acúmulo de capital possibilitado pelas atividades econômicas por eles desenvolvidas, principalmente a agricultura. Em posse dos pequenos produtores encontramos escravarias que em sua maioria eram compostas por 5 a 9 cativos, fato este que demonstrou-nos como essa mão de obra estava espalhada no meio rural, mesmo entre modestos produtores.

Outro ponto que nos foi possibilitado questionar em decorrência do estudo das escravarias, consistiu na participação de Jaguarão na aquisição de cativos junto ao porto de Rio Grande em virtude da alta ocorrência de escravos africanos nesses planteis. De fato, a proximidade de Jaguarão com essa região portuária, de certo modo, era o fator que auxiliava

nesses negócios. Contudo, não era somente de negócios envolvendo a reposição de mão obra cativa que ligava o meio rural de Jaguarão com Rio Grande.

Devido seus rebanhos serem modestos e não possibilitar que os pequenos produtores vivessem da atividade criatória, buscamos compreender de que modo eles obtinham excedentes para investir em mão de obra escrava. Com isso, chegamos a conclusão de que esses pequenos produtores diversificavam suas atividades para garantir sua subsistência e conseguir excedentes, e uma das principais atividades que gerou lucro para esses sujeitos era a agricultura, mais especificamente, o cultivo do trigo.

Caberia, preferencialmente, aos pequenos produtores a produção desse cereal. O aperfeiçoamento das grandes estâncias na prática criatória fazia com que nessas pequenas unidades produtivas fosse direcionado o investimento nessa cultura, já que era uma demanda necessária para o próprio abastecimento interno. Porém, observamos que essa atividade foi além, e que muitos produtores enviavam excedentes de trigo para serem exportados no porto de Rio Grande. Em nosso período de análise, os produtores do trigo assistiram ao apogeu da comercialização desse produto, rendendo cifras suficientes para acumular e investir em sua unidade produtiva.

Mas o trigo produzido no Continente do Rio Grande de São Pedro, a partir de 1816, perderá seu maior mercado exportador – Rio de Janeiro – para os Estados Unidos. Sendo assim, a produção dessa cultura não era o único destino dos trabalhadores escravizados encontrados nas unidades produtivas dos pequenos produtores. Logo, propomos pensar essa mão de obra enquanto investimento, que gerava rentabilidade para esses senhores. Sendo assim, através do aluguel desses cativos ou emprego em outras atividades, como a construção civil, os produtores veriam no investimento dessa mão de obra o ideal de liberdade, a qual significava o não trabalho e viver de rendas; para além da diferenciação social que representava a posse de trabalhadores escravizados.

Por fim, ressaltamos que ainda não possuímos estudos que contemplem esse grupo de pequenos produtores agrários – proprietários ou não de terras –, embora sua presença seja sempre ressaltada no meio rural. Desse modo, procuramos compreender a estrutura agrária dessa parcela de produtores e as dinâmicas que perpassam sua produção e relações familiares. Sendo assim, esperamos que estas reflexões possam servir de incentivo para futuros debates sobre esse conjunto que é tão pouco estudado e que foram responsáveis por moldar aquele espaço e região platina.

FONTES

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS)

Fundo Autoridades Militares – Correspondência de Manoel Marques de Sousa

Maços 01, 02, 04, 06, 08, 10 e 12.

Fundo Estatística

Maços 01 e 02

Fundo Autoridades Municipais

Correspondência expedida da Câmara Municipal de Jaguarão

Fundo Requerimentos

Maços 01, 02, 03, 04, 05

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

67 registros de inventários *post mortem*

Fundo 008.

Caixas: 0023, 0024, 0025, 0026, 0027, 0028, 0029, 0030, 0031 e 0032.

03 registros de testamento

Fundo 008

Caixas: 0026, 0028 e 0029

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão: inventários: o escravo deixado como herança/* Coordenação Bruno Stelmach Pessi. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010. Vol. 1 e 2.

_____. *Documentos da escravidão: testamentos: o escravo deixado como herança /* Coordenação Bruno Stelmach Pessi. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AITA, Edsiana Belgrado. “*Entre a Lagoa e o Mar*”: propriedade de mercado de terras em Santa Vitória do Palmar (1858-1888). 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. Senhores de pequenos mundos: disputas por terras e os limites do poder na América portuguesa. In: *Sæculum* – Revista de História, n. 26, João Pessoa, jan./jun. 2012. pp. 63-77.

ARCE, Estrella Garrido. El ciclo familiar y el tempo de vida en la huerta de Valencia, 1747-1800. *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, n.º. 3, 1992. pp. 63-91

BERTRAND, Michel. “De la familia a la red de sociabilidad”. *Revista mexicana de sociología*. Vol 61, n.º 2 (apr. Jun 1999)

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: UNICAMP. 1997.

_____. A escravidão miúda em São Paulo colonial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 239-254.

_____. Agregados em casa, agregados na roça: uma discussão. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, pp. 187-199.

BARICKMAN, Bert Jude. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c.1790-c.1825*. 2006. 200f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BOIXADÓS, Roxana E. Y FABERMANN, Judith. Proprietarios, agregados y “pobres de Jesucristo”. Tierra y sociedad em Los Llanos riojanos en el siglo XVIII. *Historia Agraria*, Murcia, Universidade de Murcia, n.º 54, agosto 2011, pp. 47-51.

BOM, Matheus Batalha. *Porosas Fronteiras: Experiências de escravidão e liberdade nos limites do império (Jaguarão – Segunda metade do século XIX)*. 2017. 218f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

BROWN, Gregory G. The impact of American flour imports on Brazilian wheat production: 1808-1822. *The Americas*, vol. 47, Nº 3, Jan. 1991. p. 315-336.

CAMARGO, Fernando. *O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional*. Passo Fundo: Clio. 2001.

_____. Guardas militares ibéricas na fronteira platina. In: POSSAMAI, P. C. (org.) *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas, EDUPEL: 2010, pp. 67-80

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

CASANOVA, Julian. La historia desde abajo: la versión radical de la historia social. In: _____. *La historia social y los historiadores*. Barcelona, Critica, 1997, p.125-139.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: Editor FGV, Fapergj. 2009. 2ª Ed.

CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: Período colonial*. Porto Alegre: Editora Globo, 1970.

CILIBERTO, Valeria. La agricultura a las puertas de la ciudad: arrendatarios, pequeños propietarios y grandes chacareiros. In: *Quinto sol*, n. 4, 2000.

CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano; STOLCKE, Verena. *A questão agrária*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. p. 133-163.

CONGOST, Rosa. Las leyes sobre la propiedad de la tierra y el análisis histórico de los derechos de propiedad. Reflexiones a partir de algunos bicentenarios. *Claves*. Revista de Historia, Nº.1, 2015. pp. 121-137.

CORRÊA, André do Nascimento. *Ao sul do Brasil Oitocentista: Escravidão e estrutura agrária em Caçapava, 1821-1850*. 2013. 118f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

_____. *Organização domiciliar e escravidão no extremo sul do Brasil: Caçapava no século XIX*. 2017. 216 f. Tese (Doutorado em História)- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

DJENDEREDJIAN, Julio. *Historia del capitalismo agrario pampeano: La agricultura pampeana en la primera mitad del siglo XIX*. Buenos Aires: Siglo XIX Editores Argentina, 2008.

FAORO, Raymundo. Traços gerais da organização administrativa, social, econômica e financeira da colônia. In: _____. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2008.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARINATTI, Luís Augusto. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. In: *Anos 90*, v. 15, nº 28, 2008, p. 57-72.

_____. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. 2012. 343 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FOLETTTO, Arlene Guimarães. *Dos campos junto ao Uruguai aos matos em cima da serra: A paisagem agrária na Paróquia de São Patrício de Itaqui (1850 – 1889)*. 2003. 184 f. Dissertação

(Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003

FONTELLA, Leandro Goya. *Sobre as ruínas dos sete povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missioneiro (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, c. 1828 – c. 1860)*. 2013. 283 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro; PITZER, Renato Rocha. Barões, homens livres e escravos: notas sobre uma fonte múltipla – Inventários *post-mortem*. In: *Revista Arrabalde*, Niterói, n.2, set./dez. 1998

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade do Império. In: *Penélope*, n° 23, 2000.

_____. Algumas notas sobre a noção de colonial tardio no Rio de Janeiro: um ensaio sobre a economia colonial. In: *Locus*, Vol. 6, n° 1, 2000.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Origens de Jaguarão (1790-1833)*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul. 1980.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997

GARAVAGLIA, Juan Carlos. ¿Existieron los gauchos? In: *Anuario IEHS: Instituto de Estudios histórico sociales*, n;2, 1987, pp. 42-52.

_____. Las “estancias” em la campaña de Buenos Aires. Los medios de producción (1750-1815). In: FRADKIN, Raúl O. (Org.). *La historia agraria del Rio de la Plata colonial. Los establecimientos productivos (II)*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993. p. 136.

_____. *Pastores y labradores de Buenos Aires. Una historia agraria de la campaña bonaerense (1700-1830)*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999.

_____. “De ‘Mingas’ y ‘Convites’: La reciprocidad campesina entre los paisanos rio-platenses”. IN: _____. *Poder, conflicto y relaciones sociales*. El Río de la Plata, XVIII-XIX. Rosario: Homo Sapiens, 1999.

_____. *San Antonio de Areco, 1680-1880*. Un pueblo de la campaña, del Antiguo Régimen a la modernidade argentina. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2009.

GARCIA, Fernando C. de. *Fronteira Iluminada*. História do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920). Porto Alegre, Editora Sulina: 2010.

GARCIA, Graciela Bonassa. O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista. 2005. 191 f. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

_____. *Terra, trabalho e propriedade: a estrutura agrária da campanha rio-grandense nas décadas finais do período imperial (1870 – 1890)*. 2010. 208 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

GARCIA, Graciela Bonassa; RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *Vozes da Terra: proprietários rurais, camponeses e burocratas na América Latina*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

GELMAN, Jorge. ¿Gauchos o Campesinos?. In: *Anuario IEHS: Instituto de Estudios histórico sociales*, n;2, 1987, pp. 53-60.

GELMAN, Jorge. Producción campesina y estancias em el Rio de la Plata colonial. La región de Colonia a fines del siglo XVIII. In: *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani*, 6, 1992, p. 47-56.

_____. *Campesinos y estancieros*. Uma região del Rio de Plata a fines de la época colonial. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Rei, 1998.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1989. p. 169-178.

GOMES, Luciano Costa. *Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802*. 2012. 292 f. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GOLIN, Tau. *A fronteira: Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Vol I. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GONZÁLEZ, Francisco García. *Las estrategias de la diferencia*. Familia y reproducción social en la Sierra (Alcaraz, siglo XVIII). Madrid: C. Publicaciones. 2000.

GULARTE, Gustavo. *Fronteira do Jaguarão: unidades produtivas e trabalho escravo na formação de um espaço fronteiriço, 1801-1835*. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

HAMEISTER, Martha Daisson; GIL, Tiago Luís. Fazer-se elite no extremo-Sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos*. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007, p. 265-310.

HESPANHA, António Manuel. Depois do Leviathan. In: *Almanack Brasiliense*, nº 5, 2007.
HOBSBAWM, Eric. Da história social a história da sociedade. In: _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 83-105.

HOBSBAWM, Eric. Da história social a história da sociedade. In: _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 83-105

KOCKA, Jurgen. Losses, gains and opportunities: social history today. *Journal of Social History*. Fall 2003

KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: Família e poder no Continente do Rio Grande (Campos de Viamão, 1720-1800)*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

LEIPNITZ, Ginter Tlajja. *Entre contratos, direitos e conflitos: arrendamentos e relações de propriedade na transformação da campanha rio-grandense: Uruguaiana (1847-1910)*. 2010. 224f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

_____. *Vida independente, ainda que modesta*. Dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil (c. 1884 – c. 1920). 2016. 285 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LINHARES, Maria Iedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Cardoso; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LYNCH, John. As origens da independência na América Espanhola. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina: Da Independência a 1870*, vol. III. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 19-72.

MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara: terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*. São Paulo: Paulinas: CEDHAL, 1986.

MAYO, Carlos. Sobre peones, vagos y malentretidos: El dilema de la economía rural rioplatense durante la época colonial. In: *Anuario IEHS: Instituto de Estudios histórico sociales*, n;2, 1987, pp. 25-32.

_____. *Estancia y sociedade en la pampa: 1740-1820*. Buenos Aires: Biblos, 1995.

MATEO, José. Dominación, clientelas y redes sociales. In: _____. *Población, parentesco y red social en la frontera. Lobos (provincia de Buenos Aires) en el siglo XIX*. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata, 2001. p.37-56

MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-1870)*. 2016. 422f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. Campesinato e escravidão. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João. *Escritos sobre história e educação: Homenagem à Maria Yedda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: MAUAD; FAPERJ. 2001, p. 331-350.

MOLL, Isabel; MIKELARENA, Fernando. Elementos para el estudio de las sociedades agrarias de los procesos de trabajo al ciclo de vida. *Noticiario de História Agraria*, Nº5 (1993). pp. 25-42.

MOTTA, Márcia. Sesmarias e o mito da primeira ocupação. In: *Justiça & História*. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, v. 4, n.7, 2004.

MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____; GUIMARÃES, Elione. História Social da Agricultura Revisitada: Fontes e metodologia de pesquisa. *Diálogos*, Maringá, v. 11, n. 3, p. 95-117, 2007.

OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. 1990. 248f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

_____. *Fronteira, Escravidão e Pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial*. Segundas Jornadas de História Regional Comparada. Anais. Porto Alegre: PUCRS, 2005.

_____. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: agropecuária e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 153-157.

PESSI, Bruno Stelmach. *Entre o fim do tráfico e a abolição: a manutenção da escravidão em Pelotas, RS, na segunda metade do século XIX (1850 a 1884)*. 2012. 205 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

PETIZ, Silmei de Sant'Ana. *Caminhos cruzados: famílias e estratégias escravas na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. 2009. 322 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

ROSENTAL, Paul-André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”. In: REVEL, Jacques. *Jogo de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. pp. 151-172.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII*. São Paulo: Editora Nacional, 1984.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. As teias que a família tece: Uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. *História: Questões & Debates*, Curitiba, nº. 51, 2009. pp. 13-29.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recorações na formação da família escrava – Brasil, sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

THOMPSON. E.P. *Miséria de la teoria*. Barcelona: Crítica, 1981.

VARGAS, Jonas Moreira. *Os barões do charque e suas fortunas: Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

VICENZI, Renilda. *Nos Campos de Cima da Serra: ser preto, pardo e branco na vila de Lages, 1776-1850*. 2015. 232 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

VILAR, Pierre. ¿Economía campesina? In: _____. *Iniciación al vocabulario del análisis histórico*. Barcelona: Editorial Crítica, 1980. p. 265-311.

XAVIER, Paulo. A Estância. In: *Rio Grande do Sul Terra e Povo*. Porto Alegre: Editora Globo, 1964. p. 75-87.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do Planalto gaúcho*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1997.

_____. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002.